

INICIAÇÃO
CIENTÍFICA 2017

Produção Científica 2017

das Faculdades Promove e Kennedy

Resumos do VI Encontro de Iniciação Científica

Comissão organizadora:

Prof. Me. Silvino Santos

Profa. Dra. Daniela Rocco

**PRO
2017** **Produção Científica 2017 das Faculdades Promove e
Kennedy Resumos do VI Encontro de Iniciação Científica
/ organizado por Silvino Santos e Daniela Rocco ; revisado
por Imaculada Conceição dos Santos Fernandes e Maria do
Carmo Teixeira Costa -- Belo Horizonte : Faculdades
Promove, Faculdade Kennedy 2017.
196p.**

ISBN 978-85-60176-00-7

**I. Santos, Silvino II. Rocco, Daniela III. Fernandes,
Imaculada Conceição dos Santos IV. Costa, Maria do
Carmo Teixeira V. Título.**

CDU 001.42

Revisão língua portuguesa e normas da ABNT:

Prof^a. Imaculada Conceição dos Santos Fernandes

Prof^a Maria do Carmo Teixeira Costa

O Programa de Iniciação Científica – PIC aliado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC foi criado nas Faculdades Promove e Kennedy em 2012 com o intuito de estabelecer um ambiente propício ao desenvolvimento da pesquisa e da criticidade na graduação. A interação professor orientador e aluno orientado favorece a construção do conhecimento novo e/ou o reestudo daquilo que está posto. Pesquisas já apontaram que alunos que participam de PIBICs entram mais rapidamente em programas de pós-graduação stricto sensu, bem como conseguem concluir mais rápido esses programas quando comparados com aqueles que nunca participaram, ou seja, esse aluno é capaz de se desenvolver no ambiente acadêmico com melhor desenvoltura e, no mercado de trabalho, também não é diferente. Com espírito mais crítico, observador, conhecedor e desenvolvedor de métodos e das ferramentas de busca de informações confiáveis, esse aluno poderá contribuir de forma significativa com nossa sociedade, seja qual for o espaço geográfico ou laboral que ele ocupar. Com isso, as Faculdades Promove e Kennedy cumprem suas missões de educar para transformar a sociedade, fazendo de seus egressos cidadãos comprometidos com nossa história.

Para o ano letivo de 2017 foram submetidos 71 projetos para a seleção de 30 bolsas de pesquisa. A maior novidade do ano de 2017 foi a premiação dos três primeiros colocados, selecionados por banca examinadora externa. Foram realizados, também, três encontros intermediários onde orientador e orientado puderam apresentar seus projetos e propostas, bem como o andamento dos trabalhos. É um momento de grande alegria, porque em 2012 foram submetidos 17 trabalhos e nesses 5 anos de trabalho com a pesquisa na graduação foi possível dar um salto de três vezes mais projetos submetidos. Crescemos não só na quantidade, mas na qualidade dos trabalhos apresentados.

Agradecemos a cada um dos alunos e professores que compartilham suas pesquisas com toda a comunidade acadêmica e com a sociedade externa e contamos com sua importante participação nas próximas edições. Este livro representa a possibilidade de interação entre as Faculdades Promove e Kennedy e os demais Institutos de Pesquisa, Instituições de Ensino Superior e seus pesquisadores, para formação de futuras parcerias e redes de pesquisa.

Que todo leitor possa apreciar as pesquisas realizadas por nossos pesquisadores e que se interessem em apoiar, participar ou divulgar o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica das Faculdades Promove e Kennedy em Belo Horizonte!

Prof. Dr. Natanael Átilas Aleva

Diretor Acadêmico das Faculdades Promove e Kennedy

ADMINISTRAÇÃO

ANÁLISE DO PERFIL DO CONSUMIDOR DE CERVEJA ARTESANAL NA CIDADE DE BELO HORIZONTE – MG

Carlos Alberto de Oliveira Santos e Ronaldo Maciel Guimarães

6

FATORES DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL: ANÁLISE EM UMA EMPRESA DE CAPITAL FECHADO

Mayara Aparecida Rezende Martins e Fernando Gonçalves Custódio

12

DIREITO

A POSSIBILIDADE DO ESTADO BRASILEIRO SER RESPONSABILIZADO PERANTE A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO

Adriana Karla Pereira Costa e Joice Martins da Costa

17

A JUSTIÇA FISCAL COMO PRESSUPOSTO DE EFICIÊNCIA DA DEMOCRACIA

Amanda Alves Brito Flores e João Salvador dos Reis Neto

23

XENOFOBIA: UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO DOS IMIGRANTES NO BRASIL

Amanda Augusta Silva de Souza, Kamila Costa Barbosa e Cristiane Helena de Paula Lima Cabral

30

REFÚGIO NO BRASIL: ANÁLISE DA PROTEÇÃO CONCEDIDA AOS REFUGIADOS PELO ESTADO BRASILEIRO

Amanda Karen Costa Santos, Kênia Mara Guedes da Silva, Larissa de Lima Santana e Fernanda Araújo Kallás e Caetano

36

ATIVISMO JUDICIAL E OPERAÇÃO LAVA JATO

Camila de Oliveira, Gerald Otaviano Leal Pereira e Ernane Salles da Costa Júnior

42

ADOÇÃO HOMOAFETIVA E OS DESAFIOS DA NOVA CONCEPÇÃO FAMILIAR

Daniela Mara Silva Campos, Ana Aparecida de Oliveira e Raquel Santana Rabelo

48

O TRIBUNAL DO JÚRI COMO ESPAÇO DIALÓGICO: UMA ANÁLISE DO CASO NARDONI

Graciele Silva Rezende, Meiryane C. L. Peixoto e Warley Rodrigues Belo

54

A FACE OCULTA DAS APAC'S – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDE- NADO- UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA UNIDADE SANTA LUZIA-MG Isabela Morgana Novais Soares, Beatriz Gomes Godoy Alberti e Isabela de Andrade Pena Miranda Corby	60
ANÁLISE DA LEI N. 13.467/17, REFORMA TRABALHISTA: A PRECARIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO Jacques de Carvalho Fragoso Filho e Otávio Vieira Tostes	65
A INSUSTENTABILIDADE JURÍDICA DA DECISÃO DE IMPRONÚNCIA FRENTE AOS PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS Leandro Braga da Silva e Warley Belo	70
A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA: EM BUSCA DA RES PUBLICA DO BRASIL Maria Angélica de Alvarenga Bragança, Chare Viviane Mesquita e Alex Cabral	76
UBER: DA CONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE MOTORISTAS PRIVADOS ATRAVÉS DO USO DE APLICATIVOS Maria Antonieta Fernandes e Hellom Lopes Araújo	82
A DESCONFORMIDADE DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA COM O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL Matheus Magalhães da Silva, Cristina de Oliveira Ferreira e Cláudia Regina Miranda de Freitas	88
A RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA E A APLICAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DA CHANCE: QUESTÕES POLÊMICAS Natália Cristina Siqueira Costa e Silvia de Abreu Andrade Portilho	93
A (DES) PROTEÇÃO DO IDOSO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA IMPOSIÇÃO DO REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS À PESSOA IDOSA Sheila Martins de Lana Abreu e Mariana Swerts Cunha	99
O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO LIMITE À APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA Simoni Caetano Miranda e Rene Vial	104
ENGENHARIAS (CIVIL, MINAS E PRODUÇÃO)	
DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA PARA EQUIDADE SOCIAL POR MEIO DE PRODUTOS DE MODA: ESTUDO DE CASO NA APAC MASCULINA DE NOVA LIMA / MG Alandes Ferreira de Paiva, Daniel Fernandes Leite e Luciana dos Santos Duarte	110

DIRETRIZES PARA A CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL LEED E AQUA NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM BELO HORIZONTE Camila Márcia Leão, Vanêssa Cruz Trigueiro, Victor Vinicius de Jesus Elias e Sirlei Geraldo de Azevedo	118
QUALIDADE EM SERVIÇOS: ESTUDO DE CASO DE UM RESTAURANTE DE PEQUENO PORTE NA CIDADE DE BELO HORIZONTE/MG Camila Marques Generoso e Eduardo Gonçalves Magnani	124
AVALIAÇÃO DA AUTOCICATRIZAÇÃO DO CONCRETO PARA COLMATAÇÃO DE FISSURAS EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO Cristiano Bertolini; Denison de Castro, Edson Salomão, Elieú José e Geciane da Silva Gonçalves	130
ESTUDO DOS CICLOS OPERACIONAIS QUE INFLUENCIAM A QUALIDADE DO DESMONTE DA LAVRA DE MINA SUBTERRÂNEA Jean Carlo Silva Lopes, Carlos Antônio Diniz e Cláudia Duarte da Conceição	136
PRÁTICAS E CONTROLE DA CORRUPÇÃO NO MERCADO SEGURADOR: UMA PROPOSTA DE BASE DE DADOS PARA SISTEMAS DE CONTROLE E COMPLIANCE Laíssa Ponciano Rocha e Lucas Cristiano Ferreira Alves	143
DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA COM USO DE RECURSOS MÍNIMOS PARA DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE DE INVESTIMENTO EM CONSULTORIA EM UMA PEQUENA EMPRESA Lucas Tadeu Natan de Queiroz, Maria Cristina Souza Lopes e Eduardo Martins de Oliveira	151
FATORES QUE CONTRIBUEM PARA BELO HORIZONTE SE TORNAR UM POLO DE PRODUÇÃO DE CERVEJAS ARTESANAIS Matheus Ferreira Amorim e Rubens Hermógenes Ferreira	157
DIMENSIONAMENTO DE PENEIRAS INDUSTRIAIS A PARTIR DE ENSAIOS DE LABORATÓRIO Milena Pedersoli, Josimar da Silva; Wesley Natan e Cristiano Geraldo de Sales	162
APLICAÇÃO DO MASP PARA ANÁLISE DE FALHAS Rafael Fagundes Sousa e Eduardo Martins de Oliveira	171
GASTRONOMIA	
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM PAUTA: A RELAÇÃO DAS OFICINAS DE CULINÁRIA COM O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS COM AUTISMO Lorena Luíze Silva Dias e Frederico Divino Dias	178

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A PUBLICIDADE NA LÓGICA MIDIÁTICA DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE A ADEQUAÇÃO DO DESIGN PARA INTERAÇÕES CONSUMIDOR-MARCA COM CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO DO FOCO DE ATENÇÃO VISUAL

Nayara Mendes Mendonça e Ana Paula Gomes Braga Coelho

183

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: DESENVOLVIMENTO DE UM ESTUDO DIAGNÓSTICO JUNTO AO NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DA FACULDADE PROMOVE

Hudson Rodrigues da Silva Alves e Maria Renata Silva Furtado

188

ADMINISTRAÇÃO

ANÁLISE DO PERFIL DO CONSUMIDOR DE CERVEJA ARTESANAL NA CIDADE DE BELO HORIZONTE – MG

Carlos Alberto de Oliveira Santos¹

Ronaldo Maciel Guimarães²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar o perfil do consumidor de cerveja artesanal em Belo Horizonte, Minas Gerais. Foi realizada uma pesquisa de natureza quantitativa com abordagem descritiva para conhecer e identificar o comportamento dos consumidores, pois o mercado de cervejas artesanais é altamente competitivo e vem crescendo cada dia mais nos últimos anos e as cervejarias não têm pleno conhecimento do perfil de seu público-alvo.

Palavras-chave: Cerveja artesanal. Perfil do consumidor. Comportamento do consumidor.

INTRODUÇÃO

As cervejas artesanais chegaram ao Brasil em 1808 junto à família real. Por séculos as cervejas continuaram a ser produzidas de forma artesanal, porém de forma precária e com baixa qualidade. Assim o declínio dessa atividade foi contínuo. Nos dias de hoje há um ressurgimento da atividade, mas com um novo conceito de negócio, onde fabricação artesanal e qualidade se aliam ao conceito de gastronomia *gourmet*.

Minas Gerais, normalmente, é lembrada por produtos como pão de queijo, cachaça e doce de leite, quando se fala em gastronomia. Mas a cerveja artesanal vem ganhando espaço como um produto forte do Estado. Minas Gerais vem sendo chamada de “A Bélgica brasileira”, devido à grande quantidade de cervejarias

¹ Orientando. Aluno do curso de administração.

² Professor orientador. Mestre em administração, especialista em educação à distância, graduado em Administração.

Segundo o Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas, em Geral, do Estado de Minas Gerais (SindBebidas), são produzidas cinquenta e cinco tipos de cervejas dos cento e vinte existentes no mundo. O mercado mineiro cresceu 21% no ano de 2014, valor acima da média nacional, que foi de 12,6%. No ano de 2012 havia apenas doze cervejarias artesanais em Minas que produziam um milhão de litros mês e hoje são mais de trinta, sendo que vinte e quatro são consideradas micro cervejaria artesanal e produzem mais que o dobro.

Este trabalho tem como objetivo geral identificar o perfil do consumidor de cerveja artesanal em Belo Horizonte, Minas Gerais.

METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida neste trabalho foi de natureza quantitativa com abordagem descritiva.

O instrumento de pesquisa foi dividido em duas partes: 1ª parte – Perfil Socioeconômico: com questões de múltipla escolha, relativas à identificação do perfil socioeconômico do consumidor de cerveja artesanal; 2ª parte – Hábitos do Consumidor: com questões relativas à identificação dos hábitos de consumo do consumidor de cerveja artesanal.

A amostra foi de 529 questionários respondidos, sendo que 19 deles foram excluídos da pesquisa por não corresponderem ao perfil pesquisado, ou seja, foram analisados 510 questionários. O grau de confiança da pesquisa é de 95% e sua margem de erro é de 5%. Os locais de pesquisa foram cinco distribuidoras de bebidas, localizadas em Belo Horizonte e, também, o Facebook.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira parte será apresentado o perfil socioeconômico e na segunda parte os hábitos de consumo.

A maioria dos respondentes do questionário foi do sexo masculino - 67,46%. Porém observa-se que há muitas mulheres consumindo cervejas artesanais.

Percebe-se que há uma parcela de distribuição equivalente entre as idades dos consumidores de cervejas artesanais. 74,42% dos consumidores estão na faixa etária de 31 a 60 anos.

61,57% dos consumidores estão casados ou em união estável. Enquanto os solteiros perfazem um total de apenas 22,16%.

Percebe-se que há um elevado nível de escolaridade nos consumidores de cervejas artesanais. Apenas 12,79 % não têm nenhuma graduação, ou seja, 87,21% já se formaram em algum curso superior. 40,70% continuaram seus estudos e estão, agora, finalizando uma especialização ou mestrado ou doutorado.

A maioria dos consumidores de cerveja artesanal mora na região sul (30,20%). A região que menos apresentou consumidores foi o centro da cidade, com apenas 5,88% da amostra.

Em relação à renda familiar, pode-se notar que apenas 31,37% recebem até R\$ 4.000,00 e a faixa que representa a maioria (46,47%) é a de mais de R\$ 7.000,00.

Percebe-se que a cerveja artesanal não é uma bebida que é muito consumida de uma única vez, 83,73% dos pesquisados informaram que não chegam a beber 2 litros por semana. Os que conseguem beber mais de 4 litros são apenas 1,17% dos pesquisados.

Constata-se com a pesquisa, que 47,65% dos pesquisados preferem consumir cerveja artesanal em casa, seguido de 31,37% que preferem os bares.

Os pesquisados preferem utilizar das redes sociais (85,29%) seguido da TV fechada (58,24%) e o rádio com 53,53%¹.

³ Neste questionamento, os pesquisados poderiam escolher mais de uma opção de mídia.

Percebe-se que, mesmo a mídia mais utilizada pelos pesquisados seja a das redes sociais (gráfico 9), 53,33% buscam, preferencialmente, informações sobre cerveja com amigos e conhecidos e, em seguida, com os vendedores de lojas especializadas (22,16%).

Os principais influenciadores para a tomada de decisão dos pesquisados, na hora da escolha de qual cerveja artesanal deve ser comprada, são os amigos (46,67%), os vendedores de lojas especializadas em cerveja (16,27%) e os garçons de bares e restaurantes (12,75%).

Os pesquisados costumam pagar suas compras de cerveja com cartão de débito (53,53%) e com o cartão de crédito e à vista, (34,90%). Nota-se que uma pequena parcela paga com cartão de crédito parcelado (2,35%).

Observa-se que existe uma preferência pelas cervejas com cores mais claras (54,51%) enquanto as cervejas mais escuras têm apenas 24,51% da preferência.

Nota-se que há uma preferência de 40,49% dos pesquisados para as cervejas de maior teor alcoólico. Seguida da preferência de uma cerveja com teor alcoólico intermediário, em torno de 4,5% de álcool (padrão das cervejas industriais). As cervejas com baixo teor alcoólico têm a preferência de 20,98% da preferência⁴.

Pode-se dizer que há uma preferência pelas cervejas com sabor mais neutro (40,78%) e mais amargo (40,58%). Enquanto apenas 18,63% preferem cervejas mais adoçadas.

Em relação ao aroma das cervejas artesanais, os pesquisados preferem o aroma do puro malte, com 39,61% de preferência. Nenhum dos pesquisados optou pelo aroma puro das especiarias.

Existe uma preferência pelas cervejas com uma textura mais forte (58,18%). A textura leve obteve apenas 17,45% da preferência.

⁴ Entende-se como baixo teor alcoólico as cervejas com menos de 2% de álcool e alto teor alcoólico as cervejas com mais de 7% de álcool em sua composição.

Nota-se que 83,53% não acham o preço baixo e 41,79% acham que o preço que pagam é justo.

64,90% dos entrevistados têm interesse em experimentar novos sabores enquanto 7,06% preferem os sabores tradicionais de cerveja.

CONCLUSÃO

A análise do comportamento do consumidor é de suma importância para qualquer tipo de empresa. Identificá-lo e entender suas preferências é fundamental para que as empresas consigam desenvolver estratégias para sua fidelização.

Pode-se destacar que o perfil identificado por esta pesquisa é que o consumidor de cerveja artesanal tem idade bem variada, entre 31 e 60 anos (74,42%), são pessoas casadas (61,57%), com alto grau de escolaridade (87,21%) e uma renda superior a quatro mil reais (68,67%).

Normalmente consomem menos de 2 litros de cerveja artesanal por semana (83,73%), e preferem beber em suas próprias casas (47,65%).

Buscam informação e indicação de cervejas pessoalmente, principalmente, com amigos, garçons e vendedores de lojas especializadas, mesmo que a preferência seja por redes sociais para se comunicarem.

Em relação à escolha da cerveja preferencial foi identificado que ela deve ser mais clara (54,51%), com teor alcoólico de médio para alto (79,02%), de sabor moderado - nem adocicado nem amargo (40,78%), com aroma mais voltado para o puro malte (39,61%) e com o líquido mais encorpado – uma textura mais forte (58,18%).

Em relação ao preço do produto, a percepção é de que é uma bebida mais cara para 41,77% dos pesquisados e um preço justo para 41,79%.

69,90% dos pesquisados gostariam de provar novos sabores de cerveja, o que mostra uma alta aceitação por novidade e um desafio para os mestres cervejeiros em desenvolverem novos sabores.

É preciso ressaltar que este trabalho não é definitivo, pois o perfil dos consumidores sofre alterações de tempos em tempos.

É importante ressaltar que o objetivo deste trabalho foi alcançado, tendo em vista que foi identificado o perfil do consumidor de cerveja artesanal em Belo Horizonte, Minas Gerais.

FATORES DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL: ANÁLISE EM UMA EMPRESA DE CAPITAL FECHADO

Mayara Aparecida Rezende Martins⁵

Fernando Gonçalves Custódio⁶

Resumo: Um dos temas centrais estudado em finanças diz respeito à Estrutura de Capital nas empresas. Isso refere-se à forma como as empresas utilizam capital próprio e capital de terceiros para financiar seus ativos. Na literatura financeira o estudo sobre a estrutura de capital teve como marco a publicação do trabalho de Modigliani e Miller (1958) e, desde então, vem sendo amplamente discutido por pesquisadores de finanças, e várias teorias já foram levantadas afim de identificar uma estrutura ótima de capital. Diante desse contexto, essa pesquisa identificará quais são os fatores determinantes para formulação da estrutura de capital e, consequentemente, qual a relação dessa estrutura com a do patrimônio líquido da empresa. O estudo será baseado nas teorias existentes, que explicam os elementos fundamentais da estrutura de capital, bem como os principais indicadores que são utilizados para determinação das fontes de capital. Para apresentação dos resultados será aplicado um questionário em uma empresa de capital fechado, que servirá para avaliar os fatores que determinam a estrutura do capital e como esses impactam no resultado da empresa.

Palavras-chave: Finanças. Estrutura de capital. Patrimônio líquido.

INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios e objetivos das organizações é assegurar que suas estratégias e decisões se transformem nos resultados desejados.

Nas empresas de capital fechado, onde as informações circulam rapidamente, dada a exigência de seus acionistas e a persistente competitividade de outros mercados, os investidores precisam lidar, estrategicamente, com demandas

⁵ Graduada em Administração pela Faculdade Promove. Pós-graduanda em Finanças Corporativas - IBMEC

⁶ Mestre em Administração e Professor Orientador – Faculdade Promove

relacionadas à captação de recursos para o desenvolvimento de projetos de investimentos, os quais são altamente necessários para que a empresa se desenvolva e gere lucros a seus acionistas.

Considerando a competitividade explícita, no mercado atual, é necessário que a empresa disponha de uma gestão financeira que lhe permita definir quais as fontes de recursos que determinarão a estrutura de capital e, conseqüentemente, a do patrimônio líquido da empresa.

Destaca-se que, no ambiente empresarial, as decisões financeiras relativas aos investimentos e fontes de recursos para sua implantação, determinarão, entre outros aspectos, o risco inerente ao negócio, o risco financeiro e as projeções de resultados da empresa ou do empreendimento, que são fatores fundamentais ao sucesso das empresas. (SOUZA, 2003).

A maneira pela qual a empresa organiza a necessidade de busca por capital, seja próprio ou de terceiros, é denominada estrutura de capital. Segundo Gitman (1997), a discussão de custo de capital só faz sentido se servir para o suporte das decisões de investimento – e essas são em longo prazo.

Desse modo o custo de capital serve como uma taxa referencial para decisões de aceitar ou rejeitar os investimentos, fazendo com que as alternativas, cujos retornos não gerem valor para a empresa, sejam descartadas. (Fipecafi, 2001).

Além disso, o custo de capital pode ser utilizado para calcular o lucro econômico ou valor agregado, como um parâmetro para comparação com as taxas de retorno do capital investido. (Goldberg, Godwin e Duchac, 2001).

Diante disso, as organizações precisam determinar a melhor estrutura de capital e selecionar onde investir. Para isso, é necessário avaliar as técnicas de análise de investimentos e identificar os aspectos fundamentais no processo de estruturação de capital que fazem com que resultados sejam alcançados.

Uma das etapas mais importantes para se determinar a estrutura de capital, é identificar quais são as variáveis que, potencialmente, constituem a estrutura de

capital da empresa, avaliar os riscos, o retorno obtido, e como esses fatores se relacionam com a conjuntura do mercado e gera lucro aos acionistas.

METODOLOGIA

O presente trabalho é caracterizado como pesquisa de caráter exploratório e bibliográfico, de natureza qualitativa.

A pesquisa exploratória apresenta, como objetivo principal, aprimorar ideias ou descobrir intuições. Tais pesquisas envolvem, na maioria das vezes, o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que possuem experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que proporcionem a compreensão. (Gil 1991)

A pesquisa bibliográfica que, segundo Gil (1991), é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos.

Quanto à natureza qualitativa são concebidas análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. Esta abordagem busca colocar em destaque características não observadas por meio de um estudo quantitativo, tendo em vista a superficialidade deste último. (Longaray et al., 2003)

Quanto aos meios de identificação será realizada uma revisão bibliográfica para construir um referencial teórico, que permitirá pleitear o tema abordado, juntamente à pesquisa documental, a partir de informações coletadas em periódicos especializados, artigos, dissertações e teses.

Finalmente, e como apresentação para o resultado desse estudo, será realizado um estudo de caso em uma empresa de capital fechado, onde será aplicado um questionário, que permitirá avaliar os principais fatores que tendem a explicar a forma que a empresa estabelece sua estrutura de capital e como tais decisões influenciam na patrimônio líquido da empresa.

CONCLUSÕES

O objetivo desse estudo consistiu em avaliar os fatores determinantes de estrutura de capital em uma empresa de capital fechado. Foram levadas em consideração as teorias conhecidas como Trade-Off e PeckingOrder e, também, cinco fatores determinantes para a escolha, baseados na estrutura macroeconômica da empresa escolhida.

Os resultados obtidos indicam predominância da teoria do trade off em relação à teoria do pecking order, uma vez que ficou clara que a intenção dos administradores da empresa estudada é aproveitar o benefício fiscal do endividamento (capital de terceiros), e, conseqüentemente, gerar riqueza aos acionistas.

No que se refere à estrutura de capital da empresa, evidenciou-se que ela estabeleceu uma estrutura de capital ótima, na qual consiste na utilização de no máximo 62% de capital de terceiros e 8% de capital próprio. O restante refere-se à reserva e lucros acumulados. Tal opção é característica da Teoria Trade-off, a qual sugere a existência de uma estrutura ótima de capital, que maximiza o valor da empresa e, conseqüentemente, gera valor ao acionista.

Esse estudo permitiu avaliar quais os fatores considerados por uma empresa de capital fechado que melhor determinaram a composição da estrutura de capital por ela escolhida, corroborando com a teoria do trade-off, cujo benefício fiscal maximiza o valor da empresa. Ademais, comprovou-se resultado positivo para a empresa estudada.

REFERÊNCIAS

FIPECAFI, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Avaliação de empresas: da mensuração contábil à econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da administração financeira**. São Paulo: Habra, 1997.

GOLDBERG, Stephen R.; GODWIN, Joseph H. e DUCHAC, Jonathan E. International treasury management: understanding the cost of capital. **The Journal of Corporate Accounting e Finance**. Vol. 13. Iss. 1, p. 13- 21, Nov/Dec 2001.

LONGARAY, André Andrade et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. BEUREN, Ilse Maria (Org.). São Paulo: Atlas, 2003.

MODIGLIANI, F; MILLER, M. The cost of capital, corporation finance, and the theory of investment. **American Economic Review**. June 1958.

SOUZA, Acilon Batista de. **Projetos de investimentos de capital: elaboração, análise, tomada de decisão**. São Paulo: Atlas, 2003.

A POSSIBILIDADE DO ESTADO BRASILEIRO SER RESPONSABILIZADO PERANTE A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM DO FUNDÃO

Adrianna Karla Pereira Costa⁷

Joice Martins da Costa⁸

Resumo: O presente artigo tem por objeto o tema meio ambiente, que é de grande relevância. Dessa forma, diante da importância do meio ambiente como um direito humano, e considerando que o Brasil é membro das Organizações dos Estados Americanos (OEA), questiona-se: É possível o Estado Brasileiro ser responsabilizado na Corte Interamericana de Direitos Humanos pelas violações de direitos humanos oriundas do rompimento da barragem de Fundão? Assim, esse questionamento, se faz necessário a análise do fato, da forma como ocorreu, bem como suas consequências. Discute-se a responsabilidade do Estado Brasileiro sobre os danos morais coletivos causados pelo desastre, enquadrando a visão do direito brasileiro e da Corte Interamericana de Direitos Humanos. O estudo apoia-se no procedimento metodológico de cunho descritivo, cuja pretensão é investigar e debater os conhecimentos que visam à compreensão textual. Neste estudo certifica-se que vários direitos foram violados como o direito a um meio ambiente equilibrado e sadio, o direito de propriedade das pessoas que perderam suas moradias, o direito à vida, o direito ao trabalho digno, o direito à integridade cultural e à física, o direito ao território, o direito à consulta livre, prévia e informada de populações indígenas, além dos danos coletivos gerados por esse desastre. Conclui-se que a demora do Estado Brasileiro, para dirimir o litígio, possibilita que seja julgado e condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Isso porque a morosidade, a falta de eficiência e de habilidade, ferem os Direitos Humanos previstos nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Desastre de Mariana. Direitos Humanos. Direitos do Meio Ambiente. Direito Internacional. Corte Interamericana.

⁷ Adrianna Karla Pereira Costa, graduanda do Curso de Direito das Faculdades Kennedy de Belo Horizonte

⁸ Joice Martins da Costa, professora do Curso de Direito das Faculdades Kennedy de Belo Horizonte

INTRODUÇÃO

No dia 05 de novembro de 2015, por volta das 16h20min, ocorreu um lastimável acidente na mineradora brasileira, no Município de Mariana (MG). A tragédia aconteceu após o rompimento de uma barragem (Fundão) da mineradora Samarco, que é uma sociedade entre a empresa brasileira Vale com a anglo-australiana BHP Billiton. Não é apenas um caso de violação de direitos humanos, mas é considerado o maior desastre e o maior crime socioambiental da história brasileira, dada a sua proporção em danos ambientais e número de vítimas.

O primeiro distrito afetado com o rompimento da barragem, localizado próximo à Mariana (M.G), foi Bento Rodrigues. O município com seus 317 anos e 600 habitantes foi totalmente devastado. O rastro deixado, após a destruição, teve seu destino avançado pelo Rio Doce até o mar. Mariana agonizou com 19 mortos, 303 famílias desalojadas, rios contaminados, perda de sua flora e fauna, prejuízo para os ribeirinhos, que vivem às margens do vale do Rio Doce, que banha Minas Gerais e Espírito Santo.

Devido ao ocorrido, faz-se necessário mais proteção ao direito humano do meio ambiente, a fim de evitar desastres naturais cuja recuperação, por muitas vezes, demandam anos ou até mesmo são irrecuperáveis.

Por decorrência, muitos sistemas jurídicos internacionais, como a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em suas decisões, referem-se ao meio ambiente como um direito humano.

Isso porque o meio ambiente encontra-se inserido como um direito fundamental “a proteção ambiental, abrangendo a preservação da Natureza em todos os seus elementos essenciais à vida humana e à manutenção do equilíbrio ecológico, visa a tutelar a qualidade do meio ambiente em função da qualidade de vida, como uma forma de direito fundamental da pessoa humana” (SILVA 2012, p. 58).

Importante evidenciar que “o meio ambiente é a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas” (PIOVESAN, 2013).

Assim, reza a Lei n. 6938, de 31.08.1981, que dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente conceitua o Meio Ambiente como “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” BRASIL (1981).

Ingressando no campo dos Direitos Humanos, que são definidos por Mazzuoli (2012, p.824) como sendo: “[...] valor – fonte do direito que se atribui a cada pessoa humana pelo simples fato de sua existência”, temos que a sua proteção ganhou destaque no pós-guerra”.

Preceitua Guerra (2011, p.87), em sua obra intitulada Direito Internacional dos Direitos Humanos, uma vez que se fez necessário normatizar direitos até então inexistentes, a qual:

Foi então no pós-guerra que os direitos da pessoa humana ganharam extrema relevância, consagrando-se internacionalmente, surgindo como resposta às atrocidades cometidas durante da a Segunda Guerra Mundial, especialmente aos horrores praticados nos campos de concentração Alemanha nazista (GUERRA, 2011).

Mazzuoli (2012, p.44) dita que o "direito a ter direitos", segundo a terminologia de Hannah Arendt, passou, então, a ser o referencial primeiro de todo o processo internacionalizante dos Direitos Humanos, momento em que se cria uma sistemática internacional de proteção, tornando-se possível a responsabilização do Estado no plano externo, quando, internamente, os órgãos competentes não apresentarem respostas satisfatórias na proteção desses mesmos direitos.

Isso posto, justifica-se o presente estudo perante o desastre ocorrido no ano de 2015, na cidade de Mariana, Minas Gerais, o qual ficou mundialmente conhecido, tendo em vista a gravidade do acidente, bem como a violação de diversos direitos humanos ocorridos. Naquele ano, houve o rompimento da barragem de rejeitos pertencente à empresa Samarco, barragem de Fundão, ocasionando um verdadeiro desastre ecológico, social e econômico no Brasil.

O que chocou a sociedade internacional foi que o Brasil, apesar do compromisso assumido com vários tratados de direitos humanos, manteve-se inerte com relação às violações a esses direitos, o que ocasionou a denúncia do Estado Brasileiro perante a comissão do Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

METODOLOGIA

Este estudo está apoiado como procedimento metodológico numa pesquisa de cunho descritiva, cuja pretensão é investigar e debater os conhecimentos que visam à compreensão da possibilidade do Estado Brasileiro ser responsabilizado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo rompimento da barragem do Fundão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Averigua-se que existem evidências de que o Estado brasileiro conhecia os riscos de rompimento da barragem e que, em nenhum momento foi tomada qualquer medida para evitar o “acidente” e poupar a vida das vítimas, bem como para ressarcir os danos causados. Além das mortes ocorridas, o acidente ocasionou outras violações como o direito ao meio ambiente equilibrado e sadio, o direito de propriedade, o direito ao trabalho digno, a integridade cultural e física, o direito ao território, a consulta livre e informada das populações indígenas e outros danos coletivos.

Pode-se questionar, ainda: Como fazer com as mazelas desse acidente que o Estado e a mineradora Samarco não terão como ressarcir? Dívidas que não têm preços, tais como: as dores da alma, onde se encontram as lembranças do que era bom e não existe mais.

Devido à demora na ajuda às vítimas, e a omissão do Estado, foi preciso recorrer a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que representa todos os membros da Organização dos Estados Americanos. Na carta da OEA, artigo 106, estabelece que essa Comissão terá como principal função promover o respeito e a defesa dos Direitos Humanos e servir como órgão consultivo.

Atenta Piovesan:

A Comissão Interamericana, no termos do artigo 41: [...] confere á Comissão atribuição de examinar petições e comunicações que responsabilizem Estados-partes por violações de obrigações constantes da Convenção Americana. Ao realizar tal atribuição, a comissão Interamericana exerce uma função quase judicial (PIOVESAN, 2013, p 337).

Ainda, nas palavras de Piovesan:

Recebidas às informações do governo, a Comissão verifica se há motivos para a petição. Logo após realizará com conhecimento das partes, um exame acurado do assunto e, se necessário, fará a investigação dos fatos. Feito o exame da matéria, a Comissão se empenhará em buscar uma solução amistosa entre as partes-denunciante e Estado. É feito um relatório e encaminhado ao Estado-parte, que tem o prazo de três meses para conferir cumprimento às recomendações feitas. Durante esse período de três meses, o caso pode ser solucionado pelas partes ou encaminhado à Corte Interamericana de Direitos Humanos (PIOVESAN, 2013, p 339-340).

Conforme prosseguimento do processo Piovesan destaca:

A Corte tem jurisdição para examinar casos que envolvam a denúncia de que um Estado-parte violou direito protegido pela Convenção. Se reconhecer que efetivamente ocorreu a violação, determinará a adoção de medidas que façam necessárias à restauração do direito violado. A Corte pode ainda condenar o Estado a pagar uma justa compensação à vítima (PIOVESAN, 2013, p. 346-348).

Dessa forma, é indubitável que o estado brasileiro deve ser responsabilizado pelo acidente e julgado perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, conforme o instituto da responsabilidade objetiva, não apenas pelas violações de Direitos Humanos, mas também pelos danos causados às vítimas.

CONCLUSÕES

Após dois anos, os danos, oriundos da tragédia nos remetem à importância de uma legislação ambiental moderna e atuante, que vise à prevenção de eventos como o ocorrido em Mariana. Para isso é necessário haver rigor na fiscalização e nos licenciamentos ambientais, que hoje praticamente inexistem perante aos órgãos de controle das mineradoras.

A camuflagem da empresa causadora do dano e a escusa do Estado, com relação a ato de seus representantes não podem ser aceitas, diante da situação de calamidade, havendo contribuição direta na falta de fiscalização, prevenção, planejamento e implementação de políticas públicas efetivas para evitar o dano advindo da atividade de exploração de minério.

Não restam dúvidas de que a demora do Estado Brasileiro para dirimir o litígio possibilita que seja julgado e condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. Isso porque a morosidade, a falta de eficiência e de habilidade fere os Direitos Humanos previstos nos Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** 1981.

GUERRA, Sidney. **Direito internacional dos direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2011.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira; AYALA, Patryck. Cooperação internacional para a preservação do meio ambiente: o Direito brasileiro e a convenção de Aarhus. **Revista do Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Fundinopi.** Paraná: 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direito constitucional internacional.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional.** 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

A JUSTIÇA FISCAL COMO PRESSUPOSTO DE EFICIÊNCIA DA DEMOCRACIA

Amanda Alves Brito Flores⁹

João Salvador dos Reis Neto¹⁰

Resumo: O presente trabalho tem o propósito de analisar a justiça fiscal como pressuposto de eficiência da democracia. A tributação, principalmente por meio dos impostos, é aferida pelo Estado como método de alcance das políticas públicas, ligadas às questões sociais. No outro lado dessa relação há o contribuinte, responsável pelo pagamento dessa prestação compulsória que lhe é imposta. Diante do novo cenário que se avizinha, no qual o chamado Estado Fiscal está em crise, se faz necessário que o poder público se preocupe em adotar uma nova postura diante dos contribuintes para dar eficiência ao paradigma democrático. A pesquisa é qualitativa, pois descreve os cenários doutrinários, notadamente a partir das perspectivas do direito constitucional e do direito tributário, analisando os dados colhidos por intermédio do método indutivo.

Palavras-chave: Justiça Fiscal. Tributação. Democracia.

INTRODUÇÃO

A necessidade de analisar justiça social na busca de se aferir eficiência ao paradigma democrático, além de outras considerações, é bem plausível, diante da possibilidade de se entender as questões jurídicas tendo como ponto de partida a maximização dos interesses do Fisco e dos contribuintes.

É necessário partir do pressuposto que, alcançada a justiça fiscal, está promovido paradigma democrático. A questão da tributação, ou mesmo da polêmica que ela sustenta, em si, não é recente. Data dos primórdios da história do homem em sociedade. Contudo, tal longevidade não a fornece uma seara tranquila. A tributação, principalmente por meio de impostos, espécie tributária, essa principal

⁹ Discente orientanda, graduando em Direito pela Faculdade Kennedy de Minas Gerais.

¹⁰ Docente orientador pela Faculdade Kennedy de Minas Gerais. Pós-Doutor em Direito Constitucional Tributário pela Università Degli Studi di Messina/IT. Doutorando em Direito Internacional pela PUC/MG. Mestre em Direito Empresarial pela Universidade FUMEC. MBA em Direito Tributário pela FGV. Advogado.

componente do sistema tributário, é utilizada pelo Estado como instrumento de implementação de suas políticas públicas, geralmente fundadas na ideia de justiça social.

Fato é que, tais políticas e, mais precisamente, o instrumento de tributação, é intentado em resposta a diversos motivadores que o Estado tem em fazê-los. Trata-se de incentivos aos quais o Estado responde, geralmente, assim é esperado, ligados a questões sociais.

De outra sorte, observando a outra ponta da relação jurídico-tributária, há o contribuinte, responsável pelo pagamento desta prestação compulsória que lhe é imposta.

Da mesma forma, ao contribuinte são postos incentivos de toda sorte. Incentivos estes muitas vezes capazes de compelir que o contribuinte cumpra sua obrigação ou que o faça de forma diversa que aguardava o Estado. Ocorrendo desta forma, questiona-se como ficaria a ideia de financiamento da máquina estatal e de justiça social. Não obstante, questiona-se também que, se ao contribuinte, enquanto particular, não é vedada determinada prática que lhe incorreria menor carga tributária, porque deveria realizar outra prática que lhe oneraria em montante maior?

Fato é que seja qual for a parte acima elencada, a mesma pautará sua atuação motivada em incentivos, na busca de maximizar seus interesses e principalmente, gerando consequências que devem ser observadas sob pena de uma diversa gama de prejuízos.

O objetivo geral da presente pesquisa, consiste na corroboração de fato, da justiça fiscal ser um pressuposto de eficiência da democracia. Os objetivos específicos equivalem-se na análise de teses mais modernas sobre democracia, análise das funções do tributo, análise de constituições e legislações tributárias de Estados nacionais, apuração de eventuais conflitos entre garantias de direitos fundamentais e garantia do crédito tributário e apresentar uma nova forma de leitura do paradigma democrático através da garantia da justiça fiscal.

As motivações para a imposição da tributação geralmente divergem das motivações para pagamento de tributos. Se de um lado o Estado o possui como financiador de sua máquina, o contribuinte geralmente o vê como uma imposição desmedida da voracidade arrecadatória do Fisco.

Fato é que a eficiência da democracia está intimamente ligada a relação jurídico-tributária, visto que sensível a percepção da dicotomia entre o sacrifício social e a prestação do Estado. Tomando o Brasil como exemplo, comumente conhecido como um país e de "tributação de primeiro mundo e de serviços públicos de terceiro", tal dicotomia resta bem visível, a ponto, inclusive, de se perceber em diversas decisões judiciais uma utilização equivocada de institutos de Direito Público e Direito Privado por parte dos magistrados em busca da chamada justiça social, um pretensão pilar da tributação.

Pretende-se no presente trabalho analisar esta questão sob o enfoque dado pela eficiência, como mecanismo da completude do paradigma democrático.

Surgida da interação entre as ciências econômica e jurídica, sua doutrina propõe o estudo das dimensões econômicas de problemas jurídicos, tendo como foco central o fundamento de eficiência e premissas principais a maximização de interesses e a questão da escassez. Maximização de interesses que possui como força motriz algum incentivo e como efeito colateral uma consequência.

Essa análise dará meios de investigar a polêmica questão da tributação sob um enfoque em que pretende-se alcançar as motivações do Estado na sua imposição e do contribuinte no seu cumprimento, bem como alcançar as consequências dos atos não só de ambas as partes da relação jurídico-tributária, como também de magistrados nas decisões que concernem a matéria. Ora, sem justiça fiscal não há democracia.

METODOLOGIA

A presente pesquisa buscará apresentar a importância da justiça fiscal como pressuposto de eficiência democrática.

Para se comprovar as hipóteses apresentadas fez necessária uma análise do Direito Tributário, Direito Tributário Internacional, Direito da Integração, com o Direito Constitucional, vislumbrando sempre a harmonização, principal objetivo a ser alcançado pelas normas supracitadas.

O modelo escolhido para a realização foi o teórico, uma vez que o projeto visa verificar os atuais contornos sobre tributação, justiça fiscal e democracia, como forma de se encontrar a melhor solução para o problema.

No que tange às técnicas de pesquisa, que são instrumentos pelos quais o pesquisador obtém material suficiente para embasar e sustentar a tese almejada foi considerada, quanto à tipologia técnica, a pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que o levantamento bibliográfico proporcionou um maior aprofundamento sobre o tema escolhido e o documental fundamentou o trabalho jurídico através da apresentação dos tratados internacionais/leis que regem o tema.

O método para realização da pesquisa escolhido foi o analítico-indutivo, que possui embasamento na pesquisa bibliográfica e servirá para enfrentar o problema proposto no que diz respeito à falta de normas e entendimentos sobre democracia e tributação.

O presente projeto de pesquisa busca, desta forma, fazer uma análise crítica da necessidade de se observar a justiça fiscal, considerando o aspecto tributário na democracia dos Estados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presente pesquisa demonstrou que a discussão da tributação, ou melhor, da justiça fiscal, não poderia estar separada de uma discussão sobre a democracia. Muitas pessoas possuem o errôneo arbítrio, que não existindo a devida contribuição ou fraudando esta, seria mais favorável para todos. Independente do mérito dos incentivos concedidos ou postulados é válido o levantamento que o país caminha com as arrecadações.

Toda a arrecadação do Estado que se realiza por meio dos tributos, tem por objetivo, pelo menos assim é esperado, a implantação e a manutenção das políticas sociais, que por sua vez, beneficia diretamente a sua população.

No meio da relação do contribuinte e o Estado, deverá existir a confiança e a transparência, para assim permitir, que a tributação venha a ser entendida como um reforço do contrato social existente entre o governo e o povo, fazendo que dessa relação, surja uma verdadeira democracia participativa.

CONCLUSÕES

Diante do novo cenário que se avizinha, no qual o chamado Estado Fiscal está em crise, se faz necessário que o poder público se preocupe em adotar uma nova postura diante dos contribuintes.

Postura essa representada em um molde de administração tributária com fundamento no desenvolvimento da moralidade tributária e a adoção do paradigma do serviço.

Não se trata de algo novo. Não se trata de inovar a administração tributária. Trata-se, apenas, de enxergar a relação jurídico-tributária como sempre deveria ser enxergada, ou seja, como um termômetro da democracia.

De nada adianta o paradigma democrático prever valores sem a necessária efetivação. Não obstante, se de um lado a tributação desmedida é pressuposto para ineficiência da democracia, de outro, a inadimplência por parte do cidadão também o é. Nesse sentido, a justiça fiscal na relação jurídico-tributário, com a função de cada um dos atores que a compõem sendo realizada de forma adequada, é pressuposto de eficiência democrática.

REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. **Curso de direito tributário**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. 545 p.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11. ed. Atual. Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 1132 p.

COASE, Ronald. **The nature of firm**. The Firm, the market and the law. Chicago University Press. 1988. p.6.

_____. O problema do custo social romanizado. (tradução e adaptação artigo original "The Problem of Social Cost"). The Latin American and Caribbean Journal of Legal Studies. Article 9. Volume 3, Issue 1, 2008. Disponível em: <<http://www.iders.org/textos/Oproblemadocustosocialromanizado.pdf>> Acesso em: 17.03.09.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de direito tributário brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 874 p.

DERZI, Misabel Abreu Machado. **A desconsideração dos atos e negócios jurídicos dissimulatórios segundo a Lei Complementar no. 104 de 10 de Janeiro de 2001. O planejamento tributário e a Lei Complementar no. 104**. São Paulo: Dialética, 2001, p.214-215.

PAULSEN, Leandro. **Direito tributário: constituição e código tributário à luz da doutrina e da jurisprudência**. 7. ed. Ver. Atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado: Esmafe, 2005, 1432 p.

PIMENTA, Eduardo Goulart. Eficiência econômica e autonomia privada como fundamentos da recuperação de empresas no direito brasileiro. In: FIÚZA, César; NAVES, Bruno Torquato de Oliveira; SÁ, Maria de Fátima Freire (Coord.). **Direito Civil: atualidades II**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. p. 291-313.

_____. Teoria da empresa em direito e economia. **Revista de Direito Público da Economia** – RDPE, Belo Horizonte, ano 4, n. 14, p. 55-74, abr./jun.2006.

RIBEIRO, Maria de Fátima. GESTEIRO, Natália Paludetto. A busca da cidadania fiscal no desenvolvimento econômico: função social do tributo. Disponível em: http://facnpar.com.br/revista/arquivos/13/10_ribeiro_e_gesteiro_a_busca_da_cidadania_fiscal>. Acesso em 21 de outubro de 2017.

SALAMA, Bruno Meyerhof. A história do declínio e queda do eficientismo na obra de Richard Posner. Disponível em: http://works.bepress.com/bruno_meyerhof_salama/35/ .Acesso em 10 ago. 2016.

SANCHES, José Luís Saldanha. **Justiça fiscal**. Portugal: Ensaios da Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2010.

SOARES, Domitília Diogo. **Percepção social da fiscalidade em Portugal, um estudo exploratório**. Coimbra, 2004. Almedina. 223 p.

TEIXEIRA, S. O. Por trás do fundo menos público o que está em jogo é a democracia. In: SALVADOR, E. [et al]. **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo, SP:Cortez, 2012.

TIPKE, Klaus; YAMASHITA, Douglas. **Justiça fiscal e princípio da capacidade contributiva**. São Paulo: Malheiros, 2002.

XENOFOBIA: UMA ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO DOS IMIGRANTES NO BRASIL

Amanda Augusta Silva de Souza¹¹

Kamila Costa Barbosa¹²

Cristiane Helena de Paula Lima Cabral¹³

Resumo: O presente artigo se propõe a refletir sobre as condições de integração em que se deparam os estrangeiros ao se deslocarem para o Estado Brasileiro, ou seja, de que forma ocorre a hospitalidade do nacional em face do estrangeiro. Para tanto, inicia-se com o conceito do instituto da xenofobia. Ao final, lançam-se reflexões acerca do problema apresentado, analisando a nova Lei Migratória e apresentação de formulários aplicados a nacionais, refugiados e imigrantes.

Palavra-Chave: Xenofobia. Imigrantes. Refugiados. Nova Lei Migratória. Hospitalidade

INTRODUÇÃO

O Brasil, embora seja um país que vem enfrentando uma crise econômica e um agravamento do desemprego, não deixou de lado a sua tradição em conceder abrigo e proteção aos estrangeiros perseguidos por motivos políticos, raciais e sociais. E, em virtude, também, de apresentar suas diversas riquezas, os povos estrangeiros despertam em si o desejo de imigrarem para o Estado Brasileiro, em busca de uma estabilidade financeira e/ou uma vida mais digna e segura.

Em decorrência disso, o Brasil tem-se consolidado como destino de imigrantes que veem no país uma possibilidade de mudança de vida, mas se depara com a problemática crise dos refugiados, especialmente os pedidos de refúgio dos

¹¹Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais - 10º período/Manhã

¹²Acadêmico do Curso de Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais - 10º período/Manhã

¹³Doutora em Direito Público Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Ciências Jurídico-Internacional pela Universidade de Lisboa. Professora das Faculdades Kennedy

Devido ao surto migratório em que o Estado brasileiro se depara em meio a uma crise mundial, tem-se provocado o crescimento de intolerância por parte dos brasileiros. Sendo assim, torna-se imprescindível analisar a nova lei migratória com a finalidade de se verificar as diretrizes a serem implementadas pelas autoridades brasileiras para promover a integração local dos estrangeiros no território nacional.

Então, compreende-se ser importante conhecer as condições em que se deparam os estrangeiros ao se deslocarem para o Estado Brasileiro, pois embora a sociedade anseie por um mundo em que se tenha liberdade e justiça, é espantoso e moralmente inaceitável presenciar o número absurdo de casos de Xenofobia que são praticamente invisíveis aos olhos dos juristas, devido ao fato de poucos se tornarem processos.

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os casos de Xenofobia no Brasil após o surto migratório, estudando o referido instituto, coletando dados junto ao Estado Brasileiro, Governo de Minas e Secretaria Especial de Direitos Humanos sobre os casos de Xenofobia e realizando entrevistas com estrangeiros sobre sua estadia no Brasil.

Considerando as normas internacionais sobre o tema, espera-se ao final do projeto apresentar mecanismos a serem adotadas pelo Brasil para que se possa possibilitar uma melhor relação do estrangeiro com o nacional, e o cumprimento dos seus direitos e garantias fundamentais

METODOLOGIA

Para embasar e sustentar a tese almejada o método escolhido foi o analítico-indutivo.

No que tange à técnica de pesquisa foi utilizada a técnica quanti-qualitativa, uma vez que foi necessário num primeiro momento, definir o que pode ser considerado como xenofobia, e posteriormente, a realização de entrevistas na tentativa de se colher algum dado relevante sobre o assunto.

A pesquisa se classifica, quanto aos objetivos, como uma pesquisa exploratória e os procedimentos de estudo foram utilizados uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, uma vez que o levantamento bibliográfico proporcionará um maior aprofundamento sobre o tema escolhido e o documental fundamentará o trabalho jurídico através da apresentação dos tratados internacionais/leis que regem o tema.

A pesquisa de campo, realizada por meio de questionários, sob dois enfoques, uma na visão de imigrante e outra na visão do nacional brasileiro, permitirá apresentar a realidade que o estrangeiro enfrenta no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados não foram como o esperado uma vez que se encontrou uma resistência muito grande por parte dos imigrantes, a grande maioria não está legalmente em território brasileiro, e também dos refugiados em responderem ao questionário que fora apresentando.

Buscou-se também contato com Organizações Não Governamentais, com órgãos estatais para que fosse possível apresentar dados acerca da xenofobia no Brasil, porém, também não foi possível a obtenção de sucesso.

Vale destacar que, na grande maioria das vezes, por desconhecimento ou medo de algum tipo de repressão, o imigrante/refugiado não relata o crime de xenofobia para as autoridades, o que dificulta assim, a coleta de dados mais concretos.

O que se verificou foi que a grande maioria dos indivíduos brasileiros que responderam ao questionário (114 no total) não considera, nem o imigrante e nem o refugiado como um problema para a economia brasileira.

Em relação aos imigrantes/refugiados (17 no total) que responderam às perguntas ficou constatado que 58,8% foram vítimas de algum tipo de preconceito, a metade pensa em retornar ao seu país de origem.

A grande maioria é de nacionalidade síria e 60% pretendem retornar ao seu país de origem, bem como tiveram dificuldades em se inserirem na cultura brasileira e não conseguiram trabalhos na sua área de formação.

Como a grande maioria das respostas foi proveniente da Síria, o motivo da vinda ao Brasil se deu para fugir da guerra.

CONCLUSÕES

A xenofobia, denominada de aversão ao estrangeiro, não se confundindo com o preconceito, apesar de ser mais comum nos países europeus, tem sido verificada no Brasil como consequência do crescimento do surto migratório.

Percebe-se que o estrangeiro, com medo de sofrer represálias, não denuncia tais atos. Ela tem crescido de forma disparada. Entretanto, pode-se ser considerado um tipo de crime praticamente invisível aos olhos dos juristas, pois embora seja crescente o número de denúncias, poucos são os casos que viram processo conforme explanado no trabalho.

O que se verificou é a dificuldade em se definir o crime de xenofobia e a análise pelos tribunais brasileiros com a aplicação de sanções aos cometedores deste delito.

REFERÊNCIAS

ACNUR. CONVENÇÃO RELATIVA AO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (1951). Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso 11 de agosto de 2017.

AZEREDO, Laís. Um panorama da situação migratória no Brasil. 07/05/2017. Disponível em: <<https://ogusmao.com/2014/05/07/um-panorama-da-situacao-migratoria-no-brasil/>>. Acesso em 13 de agosto de 2017.

BARRETO, Luiz Paulo Teles Ferreira (Org.). **Refúgio no Brasil: A proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: Athalaia Gráfica e Editora, 2010.

BAZZO, Gabriela. Haitianos enfrenta preconceito e abuso no Brasil. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/haitianos-enfrentam-preconceito-e-abusos-no-brasil/>>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça – estrangeiros. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ33FCEB63PTBRNN.htm>>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

BRASIL. Lei nº 13.445/2017. Lei de Migração. 24 de maio de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm>. Acesso em 21 de agosto de 2017.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1997.

DEMANT, Eva et al. **Refúgio, migrações e cidadania**. Brasília: Anual, 2009. 4 v.

DINIZ, Aline. Imigrantes haitianos sofrem com xenofobia no trabalho. 12/12/2016. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/imigrantes-haitianos-sofrem-com-xenofobia-no-trabalho-1.1410725>>. Acesso em 15 de setembro de 2017.

GEDIEL, José Antônio Peres; GODOY, Gabriel Gualano de (Org.). **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós, 2016.

JARDIM, Tarciso Dal Maso. As leis da xenofobia. 18/04/2017. Disponível em: <<https://oestran.geiro.org/2017/04/18/as-leis-da-xenofobia/>>. Acesso 08 de outubro de 2017.

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Entenda as diferenças entre refúgio e asilo. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/entenda-as-diferencas-entre-refugio-e-asilo>>. Acesso em 01 de novembro de 2017.

MACIEL, Edgar. Chegada de refugiados faz xenofobia crescer mais de 600% no Brasil, mas nem 1% dos casos chega à Justiça. 20/06/2016. Disponível em: <http://www.huffpostbrasil.com/2016/06/20/xenofobia-brasil-justica_n_10558742.htm>. Acesso em 08 de agosto de 2017.

MACONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

OLIVEIRA, Tory. “Sai do meu país”: agressão a refugiado expõe a xenofobia no Brasil. 04/08/2017. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/sai-do-meu-pais-agressao-a-refugiado-no-rio-expoe-a-xenofobia-no-brasil>>. Acesso em 09 de setembro de 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SANTOS, Cleusa. **Série assistente social no combate ao preconceito**. Xenofobia. Brasília: Serra Dourada, 2016.

SICILIANO, André Luiz. A política migratória brasileira – limites e desafios. Dissertação de mestrado. Disponível em: <http://www.iri.usp.br/documentos/defesa_12-04-19_Andre_Luiz_Siciliano.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2017.

VASCONCELOS, Beto. A crise migratória impõe desafios ao Brasil. 12 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2015/09/beto-vasconcelos-crise-migratoria-impoe-desafios-ao-brasil.html>>. Acesso em 08 de julho de 2017.

VIEIRA, André. Refugiados no Brasil: vítimas de xenofobia. 13/07/2016. Disponível em: <<https://acasadoconcurseiro.com.br/blog/refugiados-no-brasil-vitimas-de-xenofobia/>>. Acesso em 13 de outubro de 2017.

XAVIER, Renan. Denúncias de xenofobia no disque 100 crescem 633% em 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/denuncias-de-xenofobia-no-disque-100-crescem-633-em-2015-18554954>>. Acesso em 08 de julho de 2017.

REFÚGIO NO BRASIL: ANÁLISE DA PROTEÇÃO CONCEDIDA AOS REFUGIADOS PELO ESTADO BRASILEIRO

Amanda Karen Costa Santos¹⁴

Kênia Mara Guedes da Silva¹⁵

Larissa de Lima Santana¹⁶

Fernanda Araújo Kallás e Caetano¹⁷

Resumo: O presente artigo tem como foco analisar a proteção concedida aos refugiados pelo Brasil e as principais implementações do benefício com a entrada em vigor da Lei de Migração e diante das atuais políticas pró refúgio. Nesse sentido, será analisado os reflexos de tais medidas no combate à xenofobia e a discriminação bem como o papel da sociedade civil e das entidades governamentais e não governamentais no amparo dos refugiados que tem o Estado Brasileiro como destino.

Palavras-chave: Refúgio. Nova Lei de Imigração. Xenofobia.

INTRODUÇÃO

A atual crise migratória de refugiados conclama a atenção do mundo. Em virtude de uma massiva onda de conflitos armados, crises políticas, religiosas e ideológicas, que afligem diversos países do mundo, um grande contingente de pessoas cruza as fronteiras de seus Estados de origem em busca de uma vida digna. A prova disso é que a última década foi o período em que houve o maior número de refugiados em todo mundo desde o final da Segunda Guerra Mundial.

¹⁴Orientanda e graduanda do Curso de Direito das Faculdades Promove, amandakarencs@gmail.com

¹⁵Orientanda e graduanda do Curso de Direito das Faculdades Promove, keniamara17@hotmail.com

¹⁶Orientanda e graduanda do Curso de Direito das Faculdades Promove, larissa-dlia@hotmail.com.br

¹⁷Professora Orientadora, Doutora em Direito Público Internacional pelo PUCMINAS (2016), Mestre Em Direito Internacional Público pela Université Paris 2 (2006), Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos (2002). Professora de Direito Internacional Público e Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito Promove. E-mail: fernandakallas@hotmail.com

Visando colaborar com o pleito desses indivíduos, diversos países receberam um expressivo número de solicitações de refúgio, e dentre eles, o Brasil se destaca como um país que desde o ano de 1977 acolhe refugiados em seu território.

O refúgio se dá quando um indivíduo ou um grupo de pessoas, vítima de um fundado temor de perseguição dentro do seu país de nacionalidade, busca proteção em outro país. Trata-se de um instituto internacional previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951.

A definição contida na Convenção de 1951 contém três requisitos essenciais que a caracterizam e que são, por sua vez, de obrigatório cumprimento pelo solicitante de refúgio, quais sejam: a perseguição, o fundado temor e a extraterritorialidade.

O elemento central da definição de refúgio é a perseguição em virtude de opiniões políticas, raça, religião, nacionalidade ou grupo social. Diante do presente quadro do refúgio e da crise migratória na Venezuela, o Brasil tem recebido milhares de solicitações de refúgio que não necessariamente se enquadram no conceito de perseguição que a Convenção de 1951 determinou. O segundo elemento essencial presente na definição do instituto é o fundado temor, que deve ser compreendido como o medo, a aversão, o receio e a insegurança que sentem os indivíduos perseguidos de permanecer em seu país de origem. O último elemento é a extraterritorialidade, ou seja, não são contemplados com a proteção especial pessoas que se deslocam forçadamente dentre dos seus respectivos Estados, sem ultrapassar as fronteiras.

Além de ser parte da Convenção de 1951, em 1997 o Brasil publicou a Lei nº 9.474/97 que dispõe exclusivamente sobre refúgio, em conformidade com o tratado ratificado.

Apesar de toda a garantia normativa, grande parte dos refugiados além de gerir os traumas já vividos, precisa lidar com a xenofobia de uma população que acredita que o refugiado está lhes retirando oportunidades que antes eram somente dos brasileiros.

Sendo assim, o Brasil além de receber os refugiados precisa, por meio de leis e políticas públicas, garantir o combate à xenofobia e a não discriminação, sendo esta, uma das temáticas a ser explorada nesta pesquisa.

Nesse contexto, uma das questões mais relevantes a serem refletidas no atual contexto concerne à entrada em vigor da Lei de Migração – Lei 13.445 de 2013, lei que tem dividido o país entre críticas e elogios.

Dessa forma, este trabalho trata de verificar como se dá a acolhida dos refugiados no Brasil, tanto pelos órgãos do governo quanto pela sociedade civil para posteriormente analisar os efeitos da recém promulgada Lei de Migração no cenário brasileiro e sua aplicação nas políticas públicas pró-refúgio.

METODOLOGIA

A presente pesquisa será do tipo exploratória, tendo em vista que o objetivo proposto visa reunir análises para avançar o conhecimento acerca da proteção concedida aos refugiados pelo Estado brasileiro. Serão adotadas as técnicas de documentação indireta pela pesquisa bibliográfica.

As fontes primárias serão compostas pela Lei nº 9.474/97 e Lei 13.445/2017. As fontes secundárias são baseadas nas teorias que esclarecerão o respaldo legal para aplicar a proteção aos refugiados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente pesquisa foi possível analisar o trabalho que é realizado pela Polícia Federal, que é o órgão receptor dos estrangeiros que desejam fazer o pedido de refúgio; pelo CONARE, que além de instruir o processo e decide sobre a concessão do status de refugiado ao solicitante; bem como pelo Cáritas, que atua no sentido de facilitar a inserção do refugiado na sociedade brasileira, agindo desde a sua acolhida até o estabelecimento de suas condições dignas de vida.

Apesar da grande crise mundial concernente à figura dos refugiados, o Brasil promulgou em maio de 2017 uma nova lei para tratar da situação dos estrangeiros no Brasil – a Lei de Migração. Entre os princípios da nova lei, estão repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; a acolhida humanitária; inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas; acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social.

No que concerne o instituto do refúgio, a Lei de Migração inova ao prever a concessão do visto de acolhida humanitária aos nacionais de qualquer país em situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de conflito armado, de calamidade de grande proporção, de desastre ambiental ou de grave violação de direitos humanos.

Assim, ainda que a situação do solicitante do refúgio não seja configurada nos moldes da Convenção de 1951, diante da ausência de uma perseguição em virtude de opiniões políticas, raça, religião, nacionalidade ou grupo social, passa existir a possibilidade do mesmo receber um visto temporário convertido em autorização de residência em território brasileiro fundamentado na acolhida humanitária prevista no art. 30, I, c da Lei de Migração. Esta possibilidade acaba ampliando a proteção ao migrante que tenha tido seus direitos humanos violados no estrangeiro, sobretudo daqueles grupos de indivíduos que recorrem ao Brasil em virtude de uma situação de grave ou iminente instabilidade institucional bem como dos chamados “refugiados ambientais” que passam a poder ter deferidos seus pedidos de residência, ainda que não enquadrados no conceito de refugiados.

Entendemos, portanto, ser essa lei um avanço, pois uma nação que se estrutura para receber estrangeiros necessitados de todo o mundo, contribui não somente com aqueles que requerem o refúgio, mas também com o próprio Estado, que ao regularizar a situação desses indivíduos faz com que possam ter um emprego formal e contribuir com o crescimento do país.

Nesse sentido, é dever do Estado realizar campanhas que promovam debates entre a população nacional e os refugiados, de modo a extinguir os estigmas e

preconceitos em torno destes migrantes de modo a efetivar no país o combate à prática de xenofobia. Vale ressaltar que o papel da sociedade civil tem sido de grande valia neste processo, visando promover a defesa dos Direitos Humanos sem diferenciar nacionais e os não nacionais.

CONCLUSÕES

Mesmo diante da crise política e instabilidade financeira que vem assolando o Brasil nos últimos anos, as autoridades brasileiras não procederam o fechamento das suas fronteiras para os refugiados. Na contramão mundial, o Brasil, por intermédio de políticas públicas, parcerias entre organizações internacionais e sociedades civis e a criação de uma nova lei vem se esforçando para oferecer melhores condições aos refugiados.

Apesar de ainda existir um longo caminho para se percorrer e muitas desigualdades a serem combatidas, o Brasil tem buscado oferecer uma nova esperança e perspectiva àqueles que foram forçados a recomeçar.

REFERÊNCIAS

ACNUR. **Manual de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado: de acordo com a convenção de 1951 e o protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados**. ACNUR Brasil, 2004.

BARRETO, Luiz Paulo Teles (org.). **Refúgio no Brasil: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas**. Brasília: ACNUR, 2010.

BIJOS, Leila Maria D´Ajuda. O Direito Internacional e o Refúgio Político. **Revista CEJ**, v. 17, n.61, set./dez. 2013, pp.17-26.

BRANDINO, Géssica. Caminhos do refúgio. Disponível em: <http://caminhosdorefugio.com.br/>. Acesso em: 13 de outubro de 2017.

GERALDO, Endrica. A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, v.15, n.27, 2009, pp.177-185.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicacao no ordenamento juridico brasileiro**. Sao Paulo: Editora Metodo, 2007.

LOPES, Evaldo Evangelista. **Refúgio: termo de solicitação**. Brasília, 23 maio 2017. Disponível em [http: <http://www.pf.gov.br/servicos-pf/estrangeiro/refugio>](http://www.pf.gov.br/servicos-pf/estrangeiro/refugio). Acesso em: 10 de outubro de 2017.

SOARES, Carina de Oliveira. “A proteção internacional dos refugiados e os sistema brasileiro de concessão de refúgio.” In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIX, n.88, maio 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9430>. Acesso em novembro de 2017.

ATIVISMO JUDICIAL E OPERAÇÃO LAVA JATO

Camila de Oliveira¹⁸

Gerald Otaviano Leal Pereira¹⁹

Ernane Salles da Costa Júnior²⁰

Resumo: O presente artigo aborda o Ativismo do Ministério Público na Operação Lava Jato. A pesquisa visou investigar os acordos de colaboração premiada, a fim de compreender se, na luta contra a corrupção, tais acordos violariam as garantias fundamentais presentes na Constituição de 1988. A pesquisa fundamentou-se num estudo de casos de modo a produzir um diagnóstico sobre o problema em questão.

Palavras-chave: Operação Lava Jato. Ativismo Judicial. Ministério Público. Colaboração Premiada. Devido Processo Legal.

INTRODUÇÃO

O estudo que se segue aborda a atuação do Ministério Público no contexto da Operação Lava Jato, mais especificamente a legitimidade dos acordos de colaboração premiada como parte integrante da luta contra a corrupção à luz dos princípios e garantias constitucionais.

A análise em questão foi realizada no marco da teoria constitucional crítica, desenvolvida tendo, especialmente, como fundamento teórico e conceitual as reflexões de Lênio Luiz Streck, Luis Roberto Barroso, Juarez Guimarães e do orientador Ernane Salles da Costa Junior. Para tanto, o artigo está dividido em quatro partes.

Na primeira, narra-se a crise de identidade e brasilidade. São apresentados, assim, sobre a ótica sociológica, a ideia de que a malandragem, o jeitinho e a

¹⁸Graduanda em Direito pela Faculdade Promove de Belo Horizonte camilaoliv.direito@gmail.com

¹⁹Graduando em Direito pela Faculdade Promove

²⁰Doutor em Direito pela UFMG e Mestre em Teoria do Direito pela PUC-MG. Professor de Filosofia e Sociologia do Direito e Direito Constitucional.

corrupção são vistos, pelo imaginário nacional predominante, como algo intrínseco à condição de brasileiro.

A ideia que abarca toda a sociedade brasileira é de que no Brasil nada funciona, as coisas não são sérias e o povo sempre quer tirar vantagem de tudo, “a começar pelo próprio Estado Brasileiro, que, na pessoa de seus governantes, oferece o pior exemplo que qualquer sociedade poderia ter” (BARBOSA, 1992, p. 76). Desse modo, a narrativa segue com estudo crítico da mídia e sua contribuição para alimentar essa ideia de que no Brasil a trindade do jeitinho, da malandragem e da corrupção são a causa de todos os males sociais presentes na contemporaneidade, situação essa amplamente difundida nas manifestações de 2013 e nos diversos movimentos sociais que a sucederam até os dias atuais (COSTA JUNIOR, 2017).

Não obstante firmada a ideia do senso comum de que nada funciona, o brasileiro, descrente do cenário político atual, passa a ver na atuação do Judiciário e Ministério Público na Operação Lava Jato a salvação para o Brasil, contribuindo para a expansão do ativismo judicial. O tópico se encerra com a demonstração da manipulação da midiatização instrumental, disseminada pelas grandes redes televisas e ratificada pelo Judiciário que contribuem para um combate, sem regras, à corrupção.

A segunda parte é dedicada a descrever a importância do devido processo legal no contexto do Estado democrático de direito como possibilidade única da instauração de um processo justo, dialógico e comprometido como a busca da verdade, sempre dentro dos limites da lei, atentando para o fato de que em um Estado democrático é preciso zelar, insistentemente, pelo contraditório e pela ampla defesa.

A terceira parte introduz o Instituto da colaboração premiada, passando pelos fundamentos históricos, estrutura e adequação no Estado democrático de Direito, assim como sua aplicação específica na Operação Lava Jato.

A quarta parte instaura um estudo de caso numa vertente sócio jurídica a partir de uma amostragem no contexto da Operação. A partir de uma profunda

análise e investigação de dois acordos de colaboração premiada firmados pelo Ministério Público, foram encontradas violações das garantias constitucionais presentes na Constituição de 88, como se verá a seguir.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O que a pesquisa se propôs a analisar foi o contexto social que se dá o combate à corrupção em território nacional, com papéis de suma importância da mídia e de instituições brasileiras.

Como o discurso oriundo da população cansada de sofrer com os efeitos tóxicos da corrupção e tão dependente de heróis torna hostil o combate a corrupção.

A análise desse cenário sob o prisma do Ativismo do Ministério Público nos trouxe um vasto material a ser visto e interpretado à luz de um Estado Democrático de Direito. A discussão girava em torno de como a ação ativista do MP trazia consigo resquícios de tirania, onde um réu em ação penal, exposto da maneira vil pela mídia, é colocado em uma situação em que o mesmo abdica de seus direitos e garantias fundamentais em razão de um acordo fora de um devido processo legal, fora do contexto Constitucional, por ser nesse espetáculo todo, o vilão, o mal a ser combatido.

Esse cenário por trás da luta contra a corrupção não pode ser legitimador para condutas arbitrárias e horrendas por parte das instituições que visam combatê-la. Por mais difícil que seja o combate contra a corrupção, esse deve ser combatido dentro das regras do jogo, respeitando todo sujeito que nele figurar. Nos acordos pesquisados foi possível identificar uma série de inconstitucionalidades, entre elas a renúncia à garantia fundamental ao Habeas Corpus, com previsão legal na Constituição da República de 1988 no artigo 5º, LXVIII.

Conforme exposto abaixo na análise dos acordos de colaboração premiada do ex doleiro Alberto Youssef e do ex diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa.

A cláusula 10, item k, do acordo que pode ser interpretado como a violação do direito fundamental do acesso à justiça, que é previsto no artigo 5º, inciso XXXV da Constituição.

FIGURA 1 – Colaboração Premiada AblertoYoussef

k) a não impugnar sob qualquer hipótese, salvo o descumprimento do acordo pelo MPF ou pelo Juízo, nenhuma das sentenças condenatórias mencionadas na cláusula 5ª, I, deste acordo;

Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/01/acordodela%C3%A7%C3%A3oyoussef.pdf>> Acesso em 18 de junho de 2017

Nota-se ainda a violação à garantia fundamental do HABEAS CORPUS, que é exposto na cláusula 12, do acordo de Paulo Roberto da Costa, que expressa que o colaborador renuncie todos os Habeas Corpus impetrados no período de 24 horas. Ocorre, no entanto, que o Habeas Corpus, enquanto garantia constitucional, é ação apta a proteger a liberdade de locomoção, direito esse tido como indisponível e inalienável

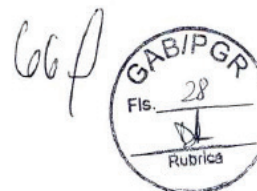
FIGURA 2 – Colaboração Premiada Paulo Roberto da Costa

Via 13ª VFA criminal de Curitiba
Brasília, 29/09/2014

Márcio Schieffer Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ



Cláusula 11. A defesa e o acusado concordam com a suspensão de todas as ações penais em andamento em relação a ele, bem como com o adiamento de atos processuais, sem que isso caracterize ou venha a caracterizar excesso de prazo de prisão, uma vez que são feitos em seu interesse, na hipótese de o Ministério Público entender necessário seu sobrestamento para avaliar a produtividade da colaboração ou adotar outras medidas pertinentes à colaboração.

Cláusula 12. A defesa desistirá de todos os habeas corpus impetrados no prazo de 48 horas, desistindo também do exercício de defesas processuais, inclusive de discussões sobre competência e nulidades.

Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/lava-jato-acordo-delacao-paulo-roberto.pdf>> Acesso em 20 de Setembro de 2017

CONCLUSÕES

Diante de um contexto social marcado por um clamor social gigantesco na luta contra corrupção, com um enredo de telenovela onde se tem “heróis” e “vilões”, surge o ativismo judicial, que é nocivo ao Estado Democrático de Direito.

No estudo de caso foi possível identificar inúmeras inconstitucionalidades, inclusive de Direitos e Garantias Fundamentais. Diante da análise dos acordos de colaboração premiada do ex doleiro Alberto Youssef e do ex diretor da Petrobrás Paulo Roberto Costa foi possível enxergar a atitude ativista do Ministério Público com o aval tácito do Poder Judiciário.

Fica exposto o quão despreparado é a tutela jurisdicional e os institutos que visam combater a corrupção em solo brasileiro, com um combate cego e sem observância de qualquer parâmetro, onde os meios justificam os fins, criando um cenário propício a cometer injustiças.

AGRADECIMENTOS

Ao nosso orientador Ernane Salles, por sua dedicação e incentivo ao longo de toda a pesquisa. Por compartilhar o conhecimento de modo único. Ao núcleo de Pós-graduação e Pesquisa da Faculdade Promove de Belo Horizonte.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Anuario iberoamericano de justicia constitucional**, n. 13, 2009.

_____. Judicialização, ativismo judicial. Legitimidade Democrática. **Revista Eletrônica da OAB**. n, 2008

COSTA JÚNIOR, Ernane Salles da. **Sobre vozes da rua e gigantes que despertam: retratos de um imaginário.** Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AKJR34>. Acesso em: 3 de Abril 2016.

ADOÇÃO HOMOAfetiva E OS DESAFIOS DA NOVA CONCEPÇÃO FAMILIAR

Daniela Mara Silva Campos²¹

Ana Aparecida de Oliveira²²

Raquel Santana Rabelo²³

Resumo: Na contemporaneidade a adoção homoafetiva é um assunto de grande repercussão sociocultural, produzindo reflexo e mudanças na estrutura da entidade familiar. O estudo versará sobre a igualdade de direitos dos casais heterossexuais e homoafetivos, no tocante à adoção, sobretudo considerando-se o reconhecimento da união estável homoafetiva como uma modalidade de família com direito à parentalidade por meio de adoção. Nesse escopo, o trabalho analisará se adoção homoafetiva seria também uma forma viável de garantir às crianças em abandono o direito de convívio familiar.

Palavras-chave: Adoção. Família. Casais Homoafetivos.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema principal a adoção homoafetiva e os desafios de uma nova concepção familiar, a partir da discussão sobre igualdade de direitos dos casais heterossexuais e homoafetivos, no tocante à adoção. Partindo-se do reconhecimento da união estável homoafetiva como uma modalidade de família e, portanto, com direito à parentalidade por meio da adoção. Nessa perspectiva, a adoção, não pode ser considerada somente uma questão jurídica, uma vez que constitui uma postura de vida, uma escolha, um ato de amor de quem decide adotar

²¹ Graduanda do curso de Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais E-mail: danielacp321@gmail.com

²² Graduanda do curso de Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais Email: Anpo70@hotmail.com Com auxílio e apoio da Ex- Des. Maria Berenice Dias E-mail: mdias@mdias.com.br Canadá: Parlamento Canadense E-mail: info@parl.gc.ca, e da Província Nova Scotia E-mail: legliB@novascotia.ca.

²³ Raquel Santana Rabelo, mestre em Direitos Fundamentais pela Universidade de Lisboa, pós-graduada em Direito Processual pelo Instituto de Educação Continuada da Pontifícia Católica de Minas Gerias, graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS). E-mail: raquelsrabelo@gmail.com.

O foco desta pesquisa será, portanto, o estudo da adoção por casais homoafetivos, no que tange à sua regulamentação e repercussão na atual sociedade.

Desse modo, ao se considerar a hipótese da adoção homoafetiva, tem-se uma nova possibilidade de proteção às crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade. Tendo em vista que a regulamentação da adoção homoafetiva possibilita a emissão de certidão de nascimento com os nomes dos pais adotantes, sejam hétero ou homoafetivos. O que se constitui uma garantia aos direitos do menor adotado em ter sua filiação constatare nos documentos que registram sua paternidade, como qualquer outro infante.

Uma das questões que norteou a realização deste estudo foi o fato de que com reconhecimento da união homoafetiva como novo modelo de família contemporânea, como se dá adoção por parte do casal nessa circunstância, no tocante ao registro do menor que é adotado, em todas as suas nuances. Com o intuito de buscar resposta a essa questão, a pesquisa ora apresentada tem como objetivo analisar adoção por parte de casais homoafetivos, de modo a verificar a ocorrência, ou não, de tratamento igualitário em relação aos casais heterossexuais.

Para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista o objetivo proposto, buscou-se delinear os conceitos de família e adoção, apresentando um estudo sobre a evolução do conceito de família e suas formas de constituição. Bem como, realizou-se uma análise da legislação vigente no que diz respeito à adoção e dos tratados internacionais de proteção à criança e ao adolescente, que tratam questões relativas à adoção.

De inextinguível relevância jurídico-cultural, a adoção homoafetiva é um assunto de grande repercussão nos dias atuais. Haja vista sua capacidade de promover mudanças na estrutura da entidade familiar. Deste modo, como qualquer inovação de relevo na sociedade, desencadeia alterações e adaptações no ordenamento jurídico, tanto interno quanto internacional, por meio de novas regulamentações, que visam conformar a norma positivada com a realidade vivida. Assim sendo, frente à relevância do tema na atualidade, faz-se necessária a análise tanto dos aspectos legais nacionais e internacionais, quanto dos mecanismos

práticos de operacionalização da adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos.

METODOLOGIA

A fim de elaborar uma análise coerente com a realidade da sociedade contemporânea e atingir os objetivos propostos, neste estudo, utilizou-se uma abordagem fenomenológica da adoção *latu sensu*. É uma abordagem hipotético-dedutivo para avaliar consequências, positivas e/ou negativas, da regulamentação da adoção por casais homoafetivos.

As técnicas utilizadas para a realização deste trabalho remetem às formas de pesquisa qualitativa, no que se refere à classificação do problema, haja vista que o presente trabalho aborda o instituto da adoção e sua utilização por casais homoafetivos. Explicativa, quanto aos objetivos e, no que se refere aos procedimentos, um sintético estudo comparativo entre ordenamentos jurídicos sobre a maneira que se dá a adoção por casais homoafetivos. Não obstante, considerando a natureza da legislação que trata sobre o tema proposto, delimitou-se o estudo ao direito brasileiro e sua forma de tratamento da adoção, inclusive tomando por referência decisões jurisprudenciais.

Com o intuito de nortear trabalhos futuros, a partir desta pesquisa, foram coletados dados, por meio de questionário que demonstra, por amostragem, a opinião popular sobre a adoção por casais homoafetivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A adoção legal por homossexuais é buscada, na maioria das vezes, de forma individual. Existe o temor da recusa, se o pedido for feito pelo casal, quando ficaria explicitada a homossexualidade. A adoção legal implica no estabelecimento de um vínculo de filiação irrevogável, unindo o adulto adotante e a criança adotada, com os direitos e deveres daí decorrentes. Um grande avanço, para a adoção por

casais homoafetivos, foi à mudança do padrão da certidão de nascimento do tradicional “pai e mãe” para o termo “filiação”, em 2009, pelo Conselho Nacional de Justiça. Essa mudança possibilitou o registro de crianças por casais do mesmo sexo, garantindo à criança todos os direitos sucessórios e patrimoniais, inclusive em caso de separação ou morte de um deles.

- **Análises de Direito Comparado**

Diversos países já têm previsão, em seu corpo legislativo, de casamento entre pessoas do mesmo sexo; como Bélgica, Holanda, Espanha, Portugal, Suécia, Noruega, Dinamarca, Canadá, África do Sul, Argentina e Chile. Além do próprio casamento civil, em muitos países institui-se a parceria civil, registrada entre pessoas do mesmo sexo; enquanto em outros países nota-se total discriminação em relação à homossexualidade. No tocante à adoção, ao longo da realização deste estudo, verificou-se que em alguns países, entre eles, Espanha, Bélgica, Holanda, Canadá, Inglaterra, África do Sul e países escandinavos, permite-se a adoção aos casais homossexuais, tendo por base o entendimento que nenhum dano psíquico é imposto à prole, decorrente da orientação sexual de seus pais.

No Canadá há previsão legal do casamento homossexual. Em 28 de junho de 2005, foi aprovada a lei que reconhece o casamento homossexual por todo território canadense - *Civil Marriage Act* outorgando aos casais homossexuais inclusive o direito de adoção conjunta. Em Portugal, foi reconhecida a legitimidade da família formada por pessoas do mesmo sexo, no ano 2010, mas deixando à margem de regulamentação a possibilidade de adoção pelos casais homossexuais.

CONCLUSÃO

A adoção nada mais é que incluir no seio familiar uma criança que se encontra em estado de abandono, trazendo, para a vida dos envolvidos, laços de afeto e amor. A adoção decorre de um ato de vontade e se efetiva no fator sociológico e não biológico. Entende-se que é um ato de amor por parte da pessoa que decide adotar e uma possibilidade para o adotando em ter um lar.

No Brasil o sistema de adoção pelos casais homoafetivos não se encontra legalmente formalizado. O respaldo jurídico que atualmente tem vigorado no Brasil seria na jurisprudência que regulamenta a união estável homoafetiva e adoção unilateral.

Em Portugal o modelo ainda é tradicional, admitindo apenas adoção por casais heterossexuais. Nesta perspectiva o Canadá apresenta um sistema jurídico mais avançado, no que tange a adoção homoafetiva, admitindo adoção conjunta.

A não constatação dos nomes dos pais ou mães na certidão de nascimento viola direitos constitucionais, interferindo nos direitos sucessórios do adotado. Estes ficarão desamparados se um dos pais falecerem, comprometendo sua subsistência, seu plano de saúde, e em casos de separação a sua guarda compartilhada. Os resultados obtidos pela pesquisa permitem afirmar que, apesar de existir uma legislação, resguardando os direitos ao princípio da igualdade, tanto para adoção heterossexual, quanto para os homoafetivos, ainda é uma questão complexa e controversa na sociedade.

Concluiu-se que, o Brasil, deveria seguir o exemplo do Canadá, onde várias províncias estabelecem uma legislação específica sobre a diversidade sexual.

No Brasil o ideal seria a criação do estatuto da diversidade sexual, assim como temos os estatutos do idoso, da criança e adolescente. Esse estatuto da diversidade sexual traria benefícios para tanto os casais homoafetivos, que estariam com seus direitos garantidos, como no caso de heranças, bem como para os adotandos, que teriam constando em seus registros, os nomes de seus pais ou mães garantindo assim direitos decorrentes deste ato.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a Nossa Senhora, à Professora Raquel Rabelo, pelo auxílio e apoio. A ela nossa admiração, a ex. Desembarcadora Maria Berenice, carinho e incentivo. O Parlamento Canadense, Província de Nova Scotia pelo auxílio

e apoio em nossa pesquisa, à Professora Maria do Carmo, do Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação (NPP), pelo incentivo em buscar novos horizontes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. São Paulo: Ed. Saraiva 2006.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Ação Declaratória de União Homoafetiva. Recurso Especial nº 820475/RJ. Quarta Turma. Relator: Ministro Antônio Pádua Ribeiro. Relator para acórdão: Ministro Luís Felipe Salomão. Julgado em: 02 set 2008. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, DF, 06 out 2008; RDTJRJ, vol. 77, p. 97.

DIAS, Maria Berenice. **União homoafetiva: o preconceito e a justiça**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

HENRIQUES, Antônio, MEDEIROS, João Bosco: Metodologia Científica na Pesquisa Jurídica. 9. ed. São Paulo: Atlas.2017

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF, Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. Curso Direito de Família. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p.835. Disponível em: <https://lop.parl.ca/Content/LOP/ResearchPublications/2008-49-f.htm> _ acesso 30 de maio de 2017.

O TRIBUNAL DO JÚRI COMO ESPAÇO DIALÓGICO: UMA ANÁLISE DO CASO NARDONI

Graciele Silva Rezende²⁴

Meirylane C. L. Peixoto²⁵

Warley Belo²⁶

Resumo: Este artigo apresenta uma análise sob o ponto de vista dialógico, referente ao julgamento submetido ao Tribunal do Júri brasileiro em 2008. Para tanto, fez-se um estudo do Caso Nardoni por meio do livro “A Prova é a Testemunha” escrito pela autora e jornalista Ilana Casoy. Realizou-se revisão bibliográfica e análise da obra à luz da Teoria da Análise do Discurso e dos fundamentos jurídicos pertinentes ao caso.

Palavras-chave: Dialogismo. Linguagem Forense. Tribunal do Júri. Caso Nardoni.

INTRODUÇÃO

Este estudo abordará o dialogismo no Tribunal do Júri. Para isso parte-se da leitura de transcrição dos depoimentos referentes ao Caso Nardoni feitos pela especialista Ilana Casoy, que acompanhou o julgamento durante dois anos e registrou em seu livro “A Prova é a Testemunha” o que se passou durante esse júri.

O trabalho será desenvolvido utilizando procedimentos metodológicos, como a transcrição de enunciações dos sujeitos da instância produtora do discurso envolvidos no tribunal do júri, tomando-se como base o livro “A Prova é a testemunha” de Ilana Casoy. Dessa forma, para a composição do corpus, será feito um levantamento dos pontos de vista dos enunciadores presentes no caso Nardoni.

²⁴Aluna do 10º Período das Faculdades Kennedy. E-mail: gracieleresende@hotmail.com

²⁵Aluna do 10º Período das Faculdades Kennedy. E-mail: meirycosta.adv@gmail.com

²⁶Professor Orientador das Faculdades Kennedy. E-mail: warleybelo@yahoo.com.br

Parte-se do pressuposto de que as estratégias linguístico-discursivas utilizadas pela instância produtora do discurso tem o condão de influenciar os jurados, seja para condenar ou absolver o réu. Para tanto, a instância produtora utiliza-se, dessa forma, de uma dimensão patêmica para convencer os jurados de uma verdade.

Em outras palavras, os discursos que perpassam e são veiculados pelo Tribunal do Júri têm a finalidade de se construir imagem dos réus – quer seja positiva ou negativa - por meio de estratégias linguístico-discursivas, além da dimensão patêmica presente nos discursos do Tribunal do Júri.

Considerando que o discurso começa a ser construído no momento em que os fatos que se tornam públicos, têm-se o primeiro passo o Boletim de Ocorrência, seguido dos depoimentos de testemunhas, depoimentos periciais e o papel da acusação e da defesa. As imagens dos réus também são construídas concomitantemente nesses discursos e constituem alvo para uma observação mais atenta, a fim de conduzir o leitor a uma “verdade”.

Busca-se, portanto, pesquisar as estratégias linguístico-discursivas utilizadas no Tribunal do Júri referente ao Caso Nardoni. Para isso, tenta-se responder a seguinte questão: em que medida o Tribunal do Júri caracteriza-se como um espaço dialógico e como um espaço de construção de uma “verdade”?

REFERENCIAL TEÓRICO

Para realizar a análise linguístico-discursiva, o estudo terá como referência para o desenvolvimento a Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (1992) que discute as modalidades nas relações enunciativas. Além disso, esse autor problematiza a relevância de um lugar social do discurso, imprescindível ao estudo das práticas sociais. Segue-se, assim, uma linha de pesquisa que trata o discurso, enquanto troca comunicativa entre parceiros e a linguagem como comportamento sociocultural.

Os estudos sobre dialogismo feitos por Bakhtin (1997) também serão adotados nesse estudo por haver o interesse pelas ideias sobre as relações dialógicas devido ao fato de os pontos de vista serem reveladores de discursos de outros e ainda porque as relações dialógicas nos permitem afirmar que os discursos veiculados no Tribunal do Júri assumem identidades.

Impossível seria analisar o discurso no Tribunal do Júri sem destacar a necessidade da técnica e rito assegurado pelo Direito Processual Penal. Trata-se de um ramo do direito que tutela importantes bens jurídicos, tais como a integridade física, psicológica e, principalmente, a vida, além de prezar para que os princípios reguladores do direito sejam assegurados.

A escolha do dialogismo no Tribunal do Júri se deu por ser esse um espaço marcado por discursos que se cruzam em busca da inocência ou culpa de um réu. Neste lugar, ao tratar de crimes dolosos contra a vida, a lei tem força de mudar o destino de um indivíduo seja para condená-lo ou para absolvê-lo. Por haver uma multiplicidade de vozes discursivas, o Tribunal do Júri funciona como um espaço repleto de modalidades enunciativas nas quais há uma sequência de fatos e ações que constituem o processo.

Além do mais é importante a análise dos depoimentos no tribunal do júri para desvendar as sutilezas presentes nesse espaço dialógico, pois esse é um objeto rico para o estudo tanto de seu caráter jurídico quanto de seus aspectos linguísticos. Isso nos leva ao seguinte questionamento: como o linguístico testemunha ou oculta uma “verdade? Importa também a apreciação das estratégias discursivas usadas pela instância produtora, a fim de melhor compreensão das imagens sociais construídas em torno dos acusados: Alexandre Nardoni e Ana Caroline Jatobá para a busca de uma “verdade”.

Os estudos de Lopes Júnior (2010) serão de grande valia uma vez que esse autor questiona a busca insana da “verdade real”. Para ele, as provas obtidas no processo não devem ser absolutórias, mas um meio para indicar um juízo de probabilidade. Além de salientar que a discussão acerca da “verdade” sempre foi palco para homéricos debates.

Em um Estado Democrático de Direito, uma exigência como a da “verdade” não pode ser absoluta, é preciso que essa busca desenfreada se encontre limitada, com a recusa de prova ilegal e a presunção de inocência, por exemplo. Afinal, não se pode considerar que o juiz seja alheio a paixões e que, por isso mesmo, ele não tenha uma hipótese que, mesmo inconscientemente, possa tentar provar caso lhe seja atribuída a iniciativa de investigação. Em linha com o exposto, Lopes Júnior (2010) afirma que o objetivo do processo penal é a garantia das liberdades dos cidadãos, através da garantia da verdade obtida mediante provas lícitas, refutáveis e no devido processo legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada no trabalho é relevante uma vez que, ao longo da leitura do livro “A Prova é a Testemunha”, de Ilana Casoy, a autora conseguiu transportar o leitor para um plenário de tribunal do júri. A transcrição das falas, suas análises e impressões foram essenciais para que o leitor pudesse remontar dias tão intensos, e também alcançar o estado de tensão e comoção que tomou o Brasil diante do caso em estudo.

O dialogismo presente no tribunal do júri foi imprescindível para a formação do convencimento do conselho de sentença. Percebe-se que o domínio da linguagem, a postura corporal, a firmeza dos argumentos e, evidentemente, o conhecimento técnico foram elementos que contribuíram em grande escala para a decisão dos jurados.

Ressalte-se a dificuldade encontrada pelo advogado de defesa em atuar no crime em tela. Muitos foram os desafios: o fato do homicídio ter a participação direta do pai da vítima, quem deveria cuidar dela; o peso do crime ser cometido contra uma criança; o notório desequilíbrio da madrasta que em inúmeros momentos se contradisse; o enorme apelo social de justiça que envolvia o crime e o fato de que as provas que a defesa formara para buscar provar a inocência dos réus eram frágeis em demasia.

Portanto, tem-se uma rica discussão considerando que todo o rito processual foi devidamente observado e respeitado. Conclui-se que a dinâmica discursiva instaurada entre os atores do processo: promotoria *versus* defesa dos réus, ambos intermediados pela figura do juiz é cenário em que a verdade deste processo penal se constitui para os fins de cumprimento legal e para uma resposta tida como justa ao clamor social. Neste jogo o domínio das capacidades de convencimento via emoção (*pathos*) e sujeito (*ethos*) se fez condição determinante de sucesso para o predomínio desta ou daquela tese e sua posterior instauração como a verdade no processo.

Em suma, as ações processuais, desde o oferecimento da denúncia por parte da delegada de polícia civil até o proferir da sentença pelo juiz de direito, evidenciam o jogo dialético de tese, antítese e síntese que culmina naquela que chamamos de verdade real. Por fim, tem-se uma parceria de relevo entre o rito jurídico, com todas as suas formalidades, se bem acompanhado de domínio da linguagem e seus ínterins.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN. M. **Problemas da poética de Dostoiévsky**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1929]. (1997).

BAKHTIN. M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, [1929], (2000).

CASOY, Ilana. **A prova é a testemunha**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

CHARAUDEAU, P. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

LIMA, Helcira. **Estratégias argumentativas em uma sessão de julgamento de Tribunal do Júri**. 2001. 186 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 2001.

LOPES JR., Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2010.

PEREIRA, Allan Aparecido Gonçalves. A arte do convencimento e o tribunal do júri. Revista Intertemas, São Paulo, vol.15, nº15, 2008. Disponível em:
< <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewArticle/592> > Acesso em

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.

LIMA, Renato Brasileiro. **Manual de processo penal**. 4. ed., Salvador: Editora JusPodivm, 2016.

A FACE OCULTA DAS APAC'S - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AO CONDENADO- UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA UNIDADE SANTA LUZIA-MG

Isabela Morgana Novais Soares²⁷

Beatriz Gomes Godoy Alberti²⁸

Isabela de Andrade Pena Miranda Corby²⁹

Resumo: O sistema prisional brasileiro, com superlotações, constantes rebeliões e motins tem se mostrado caótico e ineficiente. Diante disso é imprescindível que se investigue um novo modelo prisional mais humanizado, que vem se contrapor ao tradicional sistema brasileiro. O presente trabalho busca evidenciar os elementos ocultos por detrás das estatísticas do método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado).

Palavras-chave: APAC. Sistema prisional. Ressocialização. Recuperando.

INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro, com superlotações, constantes rebeliões e motins tem se mostrado caótico e ineficiente. Segundo dados do Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) de dezembro/2014, o Brasil é a quarta nação com maior número absoluto de presos no mundo, ficando atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia (SITE MINISTÉRIO DA JUSTIÇA).

²⁷Isabela Morgana Novais Soares- Graduanda do 4º período de Direito pela Faculdade Promove. E-mail: morgana_novais@hotmail.com

²⁸Beatriz Gomes Godoy Alberti- Graduanda do 4º período de Direito pela Faculdade Promove. E-mail: beatriz27godoy@gmail.com

²⁹Isabela de Andrade Pena Corby- Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, Professora no Curso de Direito da Faculdade Promove e Assessora Jurídica Popular. E-mail: isabelacorbyadv@gmail.com

Diante disso, é imprescindível se investigar um novo modelo prisional mais humanizado, que vem se contrapor ao tradicional sistema brasileiro e aparentemente apresenta surpreendentes resultados.

O presente trabalho busca evidenciar os elementos ocultos por detrás das estatísticas do método APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado). O método apaqueano se diferencia e destaca por trazer uma proposta de recuperação ressocialização do indivíduo, pautada principalmente nos Direitos Humanos e em princípios religiosos. Outro destaque da metodologia são suas excelentes estatísticas em relação ao Sistema Prisional Comum (RESENDE, 2013, p.13).

Segundo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, a taxa de reincidência das APAC's gira em torno de 15%, enquanto que no Sistema Carcerário Comum esse percentual é superior a 70%. Os Centros de Reintegração Social-CRS geridos pela APAC, ainda apresentam percentuais baixíssimos de fugas e rebeliões (SITE TJMG).

METODOLOGIA

A pesquisa selecionou como objeto de estudo o Centro de Reintegração Social Dr. Franz de Castro Holzwarth, a APAC da cidade de Santa Luzia do Estado de Minas Gerais. O trabalho foi realizado utilizando pesquisas bibliográficas e pesquisa em campo. As informações foram obtidas por meio de funcionários da unidade e via entrevistas e aplicação de questionário aos internos do Centro de Reintegração Social. Ademais, também se obteve informações perante o Poder Judiciário da Comarca de Santa Luzia, especificamente na vara competente pela execução de penas.

As inspirações teóricas do trabalho são as escolas de pensamento denominadas Direito Insurgente ou Alternativo e Direito Achado nas Ruas, ambas escolas brasileiras, amplamente consolidada na Universidade Nacional de Brasília-UNB.

A proposta de pesquisa tem como vertente teórico-metodológica a jurídica-sociológica ou empírica, tendo em vista que é a mais adequada ao objetivo a ser dissecado, pois busca compreender os fenômenos jurídicos no ambiente social mais amplo. E esta pesquisa se norteará por meio de dados colhidos em campo, a partir de diversas vozes envolvidas no modelo APAC.

Após uma longa jornada de tentativas para conseguir agendar uma visita na APAC de Santa Luzia, somente foi possível realizar duas visitas à unidade. Durante as visitas foi viabilizado conversar com o encarregado administrativo do local³⁰, o presidente e vice-presidente do Conselho de Sinceridade e Solidariedade (CSS) e quatro internos, sendo que, na conversa com os internos, foi aplicado um questionário, mediante autorização prévia da administração da unidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os recuperandos (termo utilizado para denominar os presos dentro das APAC's) entrevistados apresentavam faixa etária entre 26 a 44 anos, sendo que entre eles havia um deficiente físico que se locomovia com auxílio de cadeira de rodas. Todos estão na APAC de Santa Luzia há, aproximadamente, 6 meses a 1 ano, e os entrevistados tomaram conhecimento da metodologia apaqueana por meio de outro preso do Sistema Prisional Comum.

Após a realização das visitas e observação da rotina da unidade, foi possível constatar que, aparentemente, a metodologia da APAC é aplicada na prática no Centro de Reintegração Social-CRS de Santa Luzia. Porém alguns elementos do método demonstrou uma carência em sua aplicação, como por exemplo, o elemento família. Por meio das conversas e entrevistas com os recuperandos, constatamos que a participação da família no processo de recuperação não é tão incentivada pela APAC como é difundido pelo método. Não foram observadas, durante a pesquisa, ações efetivas do CRS que inserisse os familiares na metodologia. Essa é uma falha relevante verificada pelas pesquisadoras, visto que os recuperandos relataram por

³⁰Opta-se por preservar os nomes das pessoas entrevistadas ao longo da pesquisa.

diversas vezes, durante as entrevistas, a importância do apoio familiar no processo de recuperação.

Da ida ao Poder Judiciário da comarca de Santa Luzia (Fórum Desembargador Pedro Viana), tomou-se conhecimento que a Juíza de Execução Penal da comarca, utiliza como base no processo de transferência do detento do Sistema Comum para o Centro de Reintegração Social Dr. Franz de Castro Holzwarth duas portarias, a Portaria Conjunta Nº 653/PR/2017 do Estado de Minas Gerais e a Portaria 001/2016/APAC/SLU da comarca de Santa Luzia/MG. Essas duas portarias, dentre outros assuntos, trazem em seu bojo os critérios de seleção dos presos que irão para a APAC's.

Muito embora existam portarias do Poder Judiciário regulamentando o processo de transferência de presos do Sistema Comum para as APAC's, alguns critérios de seleção dos recuperandos não se mostraram muito precisos e transparentes. Essa face oculta das APAC's ainda permanece, relativamente, encoberta nesse aspecto. As dificuldades encontradas para acessar a unidade apaqueana e a impossibilidade de poder conversar com mais detentos, foi um fator prejudicial à obtenção de mais informações a respeito desse processo de transferência. A fala dos recuperandos a respeito desse tema, na aplicação dos questionários, também suscita dúvidas e questionamentos, pois todos os entrevistados apresentaram a mesma resposta sobre o assunto, um discurso, aparentemente, padronizado e pré-definido.

CONCLUSÕES

Muito embora existam algumas falhas ainda a serem desvendadas e críticas a serem feitas, em relação ao método APAC, a metodologia talvez seja uma possível tentativa de solução para o caótico e ineficaz Sistema Prisional Brasileiro. Em face todo o exposto, pode-se chegar à conclusão que o método APAC é ainda um campo muito fértil para novas explorações. Portanto, é indispensável que continue sendo feito novos estudos e pesquisas a respeito da metodologia, objetivando o aprimoramento e mais eficácia e efetividade do método.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Amilton Bueno de (Dir). **Direito alternativo na Jurisprudência**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1992.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso?** : método APAC. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2006.

RESENDE, Juliana Marques. **Desinstitucionalização prisional e o discurso do método APAC**. 2013.13f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

SILVA, Jane Ribeiro (Org.). **A execução penal à luz do método APAC**. Belo Horizonte: TJMG, 2012.

SITE JUSTIÇA. SEUS DIREITOS POLITICA PENAL: Disponível em: **<[http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez 14.pdf](http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez_14.pdf)>**. Acesso em: 02 de nov. 2017.

SITE TJMG. AÇÕES E PROGRAMAS NOVOS RUMOS APAC. Disponível em: **<<http://www9.tjmg.jus.br/portal/acoes-e-programas/novos-rumos/apac/>>**. Acesso em: 10 de out. 2017.

ANÁLISE DA LEI n. 13.467/17, REFORMA TRABALHISTA: A PRECARIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO

Jacques de Carvalho Fragoso Filho³¹

Otávio Vieira Tostes³²

Resumo: Devido à crise e ao alto número de desempregados no país, várias alterações estão sendo propostas ao Direito do Trabalho, entre elas a lei 13.467/17 (reforma trabalhista), que tem entre os seus objetivos a dita “modernização do direito do trabalho”, com objetivo de flexibilizar as relações de trabalho para diminuir o desemprego no Brasil. A Lei n. 13.467 alterou a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e as leis n. 6.019/1974, 8.036/1990, incluindo a prestação de serviços terceirizados. O objetivo desse trabalho é analisar a “Reforma Trabalhista”, avaliando seus impactos na vida dos trabalhadores e, principalmente, a efetividade do Direito do Trabalho após a lei n. 13.467/17. Destaca-se a diminuição de direito gerada pela Reforma Trabalhista, o que por certo poderá precarizar as condições de trabalho. Os dados, informações e demais subsídios para a pesquisa foram obtidos por meio de livros, artigos científicos, entendimento dos especializados na área trabalhista, além de publicações em periódicos, incluindo a análise de revistas e pareceres acerca do tema em comento. As conclusões finais do trabalho são que várias alterações implementadas pela Reforma Trabalhista afetam as garantias dos trabalhadores, sendo certo que dependem de análise do caso concreto e da interpretação conferida pela Magistratura Trabalhista. Pela novidade do texto legal, que entrou em vigor em 11/11/2017, exige-se o estudo continuado da matéria, de modo a analisar suas consequências ao Direito do Trabalho.

Palavras-chave: Reforma Trabalhista. Precarização. Direito do trabalho. Relativização.

INTRODUÇÃO

O Direito do Trabalho vem sofrendo grandes alterações ao longo de sua evolução, principalmente desde o ano de 1.943, quando a CLT entrou em vigor.

³¹Graduando do curso de Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais.

³²Advogado Mestre em Direito Empresarial e Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela Faculdade de Direito Milton Campos. Professor Convidado de Direito do Trabalho da Escola Superior de Advocacia – ESA da OAB/MG. Professor de Direito Coletivo do Trabalho da Faculdade PROMOVE de Belo Horizonte/MG. Professor de Direito do Trabalho das Faculdades Kennedy de Minas Gerais.

A Lei n. 13.467/2017, que implementou a Reforma Trabalhista, é considerada a mais profunda alteração sofrida no ramo *juslaboral*, eis que afeta o direito material do trabalho, em suas esferas individuais e coletivas, bem como o processo do trabalho.

A pesquisa teve como norte responder o problema apresentado na pesquisa, qual seja: analisar e constatar se as alterações propostas no texto da reforma trabalhista, incluindo a regulamentação da terceirização, geram a precarização do direito do trabalho. Ou seja, o trabalho tem como objetivo geral apresentar os impactos que o Direito do Trabalho poderá sofrer com a aplicação da “Reforma Trabalhista”, além de avaliar a efetividade do direito, vetor fundamental na valorização do trabalhador no Brasil.

De maneira específica, visamos apontar os impactos da reforma para o Direito do Trabalho e demonstrar suas consequências para as relações trabalhistas, traçando e apontando os eventuais aspectos positivos e também negativos da reforma, incluindo a regulamentação da terceirização.

Pretende-se abordar as consequências que a reforma trará a curto e em longo prazo para trabalhadores, entidades sindicais e empresários, identificando e destacando as contradições que a reforma trabalhista poderá causar.

O presente trabalho parte do marco teórico proposto pelo Professor Alves (2014), que aborda a necessidade de preservação do Direito do Trabalho, em contraposição à proposta de precarização do direito, como observado no projeto de lei, sendo certo que além da manutenção do direito trabalhista, fundamental se faz a garantia de sua efetividade, senão vejamos:

Entretanto, não apenas a preservação do direito social trabalhista torna-se necessário para garantir minimamente o processo civilizatório, mas deve-se garantir primeiro, sua plena efetividade pela construção de uma nova correlação de força política capaz de operar a luta contra a barbárie social e a ampliação da democratização radical da sociedade.

Desse modo, ao longo da pesquisa, procuramos analisar o texto da Lei n. 13.467/2017, especialmente quanto aos seus possíveis impactos na vida do trabalhador brasileiro, destacando-se, desde já, que a Reforma Trabalhista retirou direitos anteriormente assegurados aos trabalhadores.

METODOLOGIA

Os dados, informações e demais subsídios para a pesquisa, ora proposta, foram obtidos por meio de livros, artigos científicos, entendimento dos especializados na área trabalhista, além de publicações em periódicos, incluindo a análise de revistas e pareceres acerca do tema em comento.

A abordagem do tema foi realizada por intermédio de investigação jurídico descritivo e jurídico comparativo, para então compreender os pontos que são úteis e os que são dispensáveis.

Os dados levantados pelo trabalho são tanto de natureza primária (como legislação, jurisprudência, estatística, documentos oficiais e outros) quanto de natureza secundária (como livros, monografias, compêndios, artigos de revistas e jornais e outros).

Para tanto foram utilizados, como procedimentos que compõe a pesquisa, o levantamento documental, o levantamento bibliográfico, a análise de conteúdo e o levantamento de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A reforma trabalhista, implementada pela Lei n. 13.467/2017 é, sem dúvida, a maior mudança no Direito do Trabalho brasileiro desde a implementação da CLT, em 1943, alterando mais de 100 pontos da CLT.

Apesar das alterações que entraram em vigor em 11/11/2017 serem muito amplas, abarcando o direito individual e coletivo do trabalho, material e processual, é fundamental consignar que seus temas não foram debatidos com a Sociedade, sendo certo que a tramitação nas casas legislativas (Senado e Câmara dos Deputados) foi no regime de urgência, o que, a nosso ver, prejudicou a redação final do texto legal.

Como informado anteriormente, as alterações implementadas pela Lei n. 13.467/2017 afetam a dinâmica das relações de trabalho no Brasil, pelo que passaremos a abordar algumas de suas características, como resultado final de nossa pesquisa.

Analisamos os principais pontos da reforma trabalhista e avaliamos o quão positivo ou negativos elas foram para o Direito do trabalho. Devido a essas análises concluímos que as alterações feitas pela Lei 13.467/2017, não serão, na sua totalidade, boas para os trabalhadores e nem para os sindicalistas, sendo benéfica somente para os empresários.

Por se tratar de uma alteração recente em nosso ordenamento jurídico, cuja vigência iniciou-se em 11/11/2017, como informado alhures, exige-se uma análise e estudo continuado da matéria, de modo a constatar quais, de fato, foram as alterações *sentidas* pelos empregados e empregadores e, principalmente, a interpretação conferida pelos Tribunais brasileiros, de modo a estabelecer a segurança jurídica necessária à preservação do sistema.

CONCLUSÕES

A lei 13.467/2017 deveria ter sido discutida mais vezes e de uma maneira aberta para que a população entenda todas as alterações dessa lei, mesmo com a crise econômica e política que o país passa, não é um motivo justificável para fazer uma alteração que influenciará a vida de todos, sem uma discussão adequada.

Além disso, é uma lei que embora tenha alguns pontos que possa ser considerado como positivo, os seus principais pontos são notadamente prejudiciais aos trabalhadores, sendo evidente o seu viés *precarizante*, afetando diretamente o Direito do Trabalho e o Processo Trabalhista.

A lei poderá, sim, ter o efeito de aumentar o número de trabalhadores no Brasil, entretanto, devemos nos perguntar qual tipo de emprego queremos ter, pois a reforma irá proporcionar um trabalho precarizado e que o trabalhador estará à mercê das empresas.

As mudanças proporcionadas pela lei 13.467/2017 irão afetar diretamente de uma maneira negativa os trabalhadores e os sindicatos, pois os sindicatos serão enfraquecidos e os trabalhadores ficarão sem um amparo forte quanto existia antes. Para os patrões as mudanças serão boas, terão mais liberdade e segurança jurídica, e com o enfraquecimento dos sindicatos irão ter mais força nas negociações coletivas de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital e novas dimensões da precarização do trabalho – direitos sociais trabalhistas e barbárie social no Século XXI. **In:** DELGADO, Gabriela Neves; PEREIRA, Ricardo José Macedo de Brito (org). **Trabalho, constituição e cidadania:** A dimensão coletiva dos direitos sociais trabalhistas. São Paulo: Ltr, 2014.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho.** 14. edição. São Paulo: LTR, 2015.

A INSUSTENTABILIDADE JURÍDICA DA DECISÃO DE IMPRONÚNCIA FRENTE AOS PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS

Leandro Braga da Silva³³

Warley Belo³⁴

Resumo: O presente trabalho possui o fito de analisar a decisão de impronúncia, sua natureza jurídica, seus efeitos sociais e no âmbito do Júri sua disparidade com os princípios reitores do Estado Democrático de Direito, quais sejam, presunção de inocência, celeridade processual, culpabilidade e *in dubio pro reo*, afirmando que essa crise de incerteza processual não está em consonância com a Constituição Federal de 1988. Para esse fim serão utilizadas consultadas obras de autores renomados e nesse arcabouço bibliográfico serão analisados: Conceito, Natureza jurídica, Hipóteses e implicações da Decisão de Impronúncia. Quanto à metodologia foi adotado, na fase investigativa do projeto, o método indutivo, já na fase de construção foi utilizado o método hipotético dedutivo. Por fim busca-se concluir pela não aplicação da decisão de Impronúncia na fase de formação de culpa na qual deve ser substituída pela Absolvição Sumária, uma vez que esta espelha de maneira sublime o Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Impronúncia. Incerteza. Princípios constitucionais, Absolvição Sumária.

INTRODUÇÃO

O presente possui o escopo de verificar a incompatibilidade da Impronúncia com a Constituição Federal de 1988, para tanto será analisado os princípios constitucionais da presunção de inocência e celeridade processual, bem como princípios implícitos concernentes ao indivíduo, a exemplo dos princípios da culpabilidade e do ³⁵*in dubio pro reo*. Em seguida, estabelecer um paralelo com a decisão de impronúncia.

³³Graduado pela Faculdade Kennedy de Minas Gerais

³⁴Professor de Direito Penal da Faculdades Kennedy de Minas Gerais, Mestre em Ciências Penais pela Universidade Federal de Minas Gerais.

³⁵A terminologia de acordo Dicionário Jurídico Brasileiro, significa que no caso de dúvida ou diante da dúvida o sopesamento está em favor do réu. Lê-se: *in dubio, pro reo*.(SANTOS, 2011, P.290)

A decisão de impronúncia quanto à natureza jurídica se insere no campo das decisões interlocutórias mistas terminativas, tendo em vista que encerra a primeira fase sem analisar o mérito. O código de processo penal art. 414³⁶, parágrafo único informa que caso o juiz, uma vez não constatando indícios suficientes de autoria e materialidade do crime, poderá impronunciar o acusado. No atual Estado Democrático de Direito, que prima por um sistema de garantias penais e processuais, não pode haver um poder punitivo absoluto.

Portanto verificará que a impronúncia não se coaduna com o Estado Democrático de Direito, uma vez que se baseia na dúvida, haja vista o não convencimento do magistrado ao submetê-la ao juízo de prelibação. Com efeito, também, não ficou convencido para submeter o acusado à Pronúncia. Destarte o correto de acordo com os princípios norteadores abordados será a absolvição sumária, de acordo com que será exposto a seguir.

REVISÃO DA LITERATURA

A impronúncia consiste em uma decisão pela qual o magistrado ordena o arquivamento do processo quando não se dá por convencido quanto à existência de prova da materialidade do fato e de indícios suficientes da autoria ou da participação do acusado ao julgamento pelo plenário do júri.

Trata-se na verdade de uma absolvição de instância e não do processo propriamente dito, conforme (BONFIM, 2009, p.36). Aqui reside sua impertinência e inconstitucionalidade: a decisão dá ensejo a um “ilegal estado de pendência”³⁷, o limbo jurídico dentro do qual o acusado conviverá com a dúvida quanto ao desfecho final de sua situação (LOPES JÚNIOR, 2014, p. 2949), violando-se, assim, a

³⁶Art.414. Não se convencendo da materialidade do fato ou da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação, o juiz, fundamentadamente, impronunciará o acusado.

³⁷Aury Lopes Junior denomina a decisão de Impronúncia como um angustiante e ilegal estado de pendência (LOPES JÚNIOR, 2014, p. 2950) e afirma que essa não resolve nada, posto que o indivíduo não esteja absolvido nem condenado. Compartilha no mesmo Paulo Rangel afirmando que a decisão de impronúncia não espelha o Estado Democrático de Direito (RANGEL, 2010, p. 1691).

segurança jurídica que é esperada dos processos decisórios no Estado Democrático de Direito.

Por isso é salutar informar que essa vinculação do Processo penal em detrimento da respeitabilidade à soberania constitucional deve servir de parâmetro a fim de nortear uma atuação jurisdicional mais eficaz, (GREGO FILHO, 2002, P.112) obedecendo a princípios e garantias ali envolvidos, com o fito de validação jurídica das decisões provenientes dos magistrados.

Convém salientar que com a promulgação da Constituição da República, foram reafirmadas as garantias constitucionais em face do acusado no sentido de protegê-lo contra o livre arbítrio estatal.

A impronúncia não pode coexistir com o Estado democrático, tampouco reforça a segurança jurídica esperada, neste sentido (RANGEL, 2011, p. 1691).

METODOLOGIA

Quanto à metodologia foi adotado na fase investigativa do projeto, o método indutivo, já na fase de construção foi utilizado o método hipotético dedutivo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O princípio *in dubio pro societate* é utilizado para submeter o acusado ao plenário, no caso favorecendo o *ius puniendi* estatal. Já o princípio utilizado para absolver o réu, seria o *in dubio pro reo*. Conforme Alexy “os princípios tem pesos diferentes e que os princípios com maior peso tem precedência” (ALEXY, 2015, p.94). Logo Avalia o juízo de ponderação e verifica qual melhor se amolda no caso concreto no tocante da decisão de Impronúncia.

A despeito disso, se o magistrado impronuncia o acusado, tal decisão remete ao sistema inquisitorial. Assim entende-se que o agente deve responder na medida de sua culpabilidade, nesse sentido, Warley Belo expressa:

Do mesmo modo a responsabilidade não pode ser coletiva ou solidária, pois **cada qual responde na medida de sua culpabilidade**. (BELO, 2012, p. 259-260) (grifo nosso).

O fato de submeter o acusado a essa amargura processual com base na dúvida, importa em dizer que o magistrado não está aferindo a culpabilidade do autor, pois toda decisão do judiciário, inclusive a impronúncia deve ter respaldo na certeza de sua culpabilidade. Neste seguimento (BECCARIA, 1999, p.61) denomina “direito da força” quando se aplica uma pena ao cidadão que paira dúvida acerca de sua culpabilidade.

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu artigo 5º, inciso LXXVII assegura a duração razoável de um processo. A dilação processual causa sofrimentos psicológicos e sociais e refletem de maneira significativa na pessoa do acusado, conforme preleciona (BECCARIA, 1999, p.71)... “O processo deve ser concluído no mais breve possível...” A decisão de impronúncia simplesmente prolonga o processo, não tendo nenhum cunho jurídico significativo ou Garantista que sirva de base para o Estado Democrático de Direito e castiga o indivíduo com a “pena no tempo” (LOPES, 2014, p.469). Com isso ocorre a estigmatização do acusado. Parafraseando, no tocante a decisão de impronúncia, o tempo em si de espera do réu já o fará sofrer as amarguras processuais, tendo em vista que “O processo não pode durar eternamente” (CARNELUTTI, 1995. p.130). Ocorre que enquanto durar causará sofrimento ao réu.

A Constituição Federal no artigo 1º estabelece a ideia do Estado democrático de direito e no artigo 5º, inciso LVII define a presunção de inocência que vincula tanto o Ministério Público quanto ao magistrado a atuarem com um dever de tratamento de forma a limitar o puro arbítrio estatal. Cabe ao magistrado o dever de aplicar com lealdade processual o postulado da presunção de inocência, “recorde-se nesse momento processual, vigoram a presunção de inocência e o *in dubio pro reo*” (LOPES JÚNIOR, 2014, p.2951), logo na fase do “*judicium accusationes*”, sua aplicabilidade deve ser obedecida em respeito ao Estado Democrático de Direito

Dessa maneira, o princípio da presunção de inocência, reflete um crescimento de sua aplicação em respeito à garantia constitucional prevista no ordenamento jurídico vigente. De igual modo os doutrinadores atuais reforçam sua

aplicação em benefício do acusado, conforme já exposto, deve nortear a fase de formação de culpa.

CONCLUSÕES

Diante das reflexões explanadas tem-se que a Constituição Federal de 1988 inaugurou um novo prisma principio lógico no Brasil, uma vez que foi adotado o Estado Democrático de Direito. A prestação jurisdicional, a partir daí, passou a ser orientada pelo respeito aos seus postulados.

Dentro dessa perspectiva, tornam-se inadmissíveis quaisquer decisões que veiculem a ideia de incerteza; que admitam dilação probatória por um prazo não razoável ou que não façam um juízo de reprovação da conduta.

Portanto, conclui-se que não pode o magistrado, ao interpretar a lei, emitir decisão de impronúncia, uma vez que esta não reforça a segurança jurídica tão aspirada no Estado Democrático de Direito que prima pelo Garantismo penal integral.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução Virgílio Afonso Silva. 2 ed. São Paulo: Malheiros editores LTDA, 2015

BECCARIA, Cesare Bonesana. **Dos delitos e das penas**. Tradução José Cretella. 2 ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1999.

BELO, Warley. **Tratados dos princípios penais: volume I e II**. Florianópolis: Bookess, 2012.

BONFIM, Edilson Mougnot. **O novo procedimento do júri: comentários à lei 11.689/2008**. São Paulo: Saraiva 2009

BRASIL, VadeMecum: 2016. **Com foco no exame da OAB e concursos públicos**: 7 ed. Niterói (RJ): Impetus, 2016.

CARNELUTTI, Francesco; MILLAN, Carlos Eduardo Trevelin. **As misérias do processo penal**. Editora Pillares, 1995.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, Bookess, 2012.

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito processual penal**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, Bookess, 2014.

RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. 18. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, Bookess, 2011.

SANTOS, Washington dos. **Dicionário jurídico**. Belo Horizonte Ed. Única, Del Rey, 2001.

A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA: EM BUSCA DA *RES PUBLICA* DO BRASIL

Maria Angélica Bragança³⁸

Chare Viviane Mesquita³⁹

Prof. Mestre Alex Cabral⁴⁰

Resumo: A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerada a cidadã, tem fundamento no princípio republicano, que estabelece a relação entre governantes e governados, bem como determina que, no ordenamento jurídico, prevaleça o interesse público. Diante dos fenômenos reincidentes de corrupção e instabilidade política que delineiam a atual situação política do país, faz-se necessário um estudo do que realmente representa a forma de governo instituída desde a Constituição de 1891, verificando se ele efetivamente é respeitado, e como ele está presente em outras repúblicas, como a Venezuela e Portugal.

Palavras-chave: República. Forma republicana de governo. Princípio republicano.

INTRODUÇÃO

O Estado Republicano é uma sociedade organizada com suas bases na formação moral, na igualdade, na justiça e na administração do bem público. É a forma de governo onde se governa o que pertence ao povo, o que é de todos e para todos. Partindo-se da premissa de que os modelos republicanos diferem entre si, de um país para outro, refletindo sua história, sua cultura, seus valores e princípios básicos, o estudo sobre a formação e o desenvolvimento do Estado Republicano brasileiro torna-se fundamental para a compreensão dos reflexos na sociedade atual.

No Brasil, apesar da existência de instituições como o Ministério Público, a Controladoria Geral da União e de organizações não governamentais, como por exemplo, a Transparência Brasil (Santos, 2014), há pouquíssima transparência e

³⁸Graduanda do curso de Direito da Faculdade Kennedy.

³⁹Graduanda do curso de Direito da Faculdade Kennedy.

⁴⁰Professor do curso de Direito da Faculdade Kennedy.

publicidade na gestão dos recursos públicos. Ainda de acordo com Santos (2014), mesmo em tempos republicanos, a política imperialista patrimonialista, “concentrou poderes políticos e militares nas mãos dos mais poderosos senhores locais”, e sempre atendeu aos interesses de poucos se perpetuou e ainda pode ser observada nos dias atuais, somando-se ao despotismo, à corrupção e ao desrespeito à coisa pública.

Nessa perspectiva, ao infringir o princípio republicano, alguns administradores do bem público, eleitos pelo povo, que se encontram imersos na corrupção obstam o principal objetivo da forma republicana de governo, ou seja, a igualdade entre as pessoas. Conforme relata Santos (2014), a cultura política brasileira de satisfação de interesses pessoais compromete a efetiva implementação das bases republicanas fundamentais no Brasil.

A presente pesquisa teve por objetivo identificar e analisar as bases teóricas da formação do Estado Republicano e seus reflexos práticos na organização político-administrativa brasileira, avaliando se os fundamentos republicanos foram, de fato, implementados nas Repúblicas do Brasil, Venezuela e Portugal.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste trabalho, que tem por premissa formação do Estado republicano e seus reflexos práticos na organização político-administrativa brasileira, avaliando se os fundamentos republicanos foram, de fato, implementados nas Repúblicas do Brasil, Venezuela e Portugal, utilizou-se, como método de pesquisa, a fenomenologia. Por meio da fenomenologia, buscou-se compreender o fenômeno republicano, baseando-se nas características manifestas em cada um dos países estudados, em contraposição às suas constituições. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou como estratégia de investigação a revisão bibliográfica de artigos e doutrinas.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo dos conceitos que cercam o Estado é possível caracterizar uma república a partir de sua Constituição, sendo que, o que distancia um país do outro, é a efetividade do princípio republicano, que vai depender da conduta de seus governantes diante da busca do bem comum.

A República Bolivariana da Venezuela e a República de Portugal tiveram intensa participação popular, o que não ocorreu com o Brasil, que proclamou a primeira república de um dia para o outro, para atender a interesses políticos de alguns.

A história constitucional de cada país permite identificar os fatores que influenciaram o desenvolvimento político, social e econômico. E uma grande diferença entre os países estudados é o desvirtuamento do sentido da República, levando à corrupção e ao desrespeito à coisa pública, base fundamental do princípio Republicano. O que notoriamente observa-se no Brasil, que possui um histórico de contínuo abuso de poder e violação constitucional, que persevera nos dias hodiernos, em contrapartida à República Portuguesa, que conseguiu consolidar o tal princípio.

De forma consistente a República Portuguesa estabeleceu que o Estado servisse aos cidadãos e não o contrário. O Estado se responsabiliza pelos danos que causar aos cidadãos, garantindo o sufrágio universal, direto e secreto, o mandato periódico dos eleitos e a participação das organizações populares de base no exercício do poder local. Direitos inseridos na Constituição portuguesa e que regem o princípio republicano.

Outro aspecto de grande importância é a participação popular, quer seja na escolha dos representantes do povo, quer seja nas consultas públicas, indo ao encontro do interesse da maioria. Nesse ponto, os três países possuem meios de participação popular, seja por voto direto ou indireto, por plebiscito ou referendo.

A participação popular no Brasil, em regra é limitada ao voto, e pouco se consulta da população, diferente da Venezuela que utiliza amplamente a participação dos cidadãos na condução das decisões do governo e de maneira direta coíbe abusos e os riscos de golpe contra o governo. Sob o ponto de vista da participação popular, a Constituição Venezuelana é muito mais próxima da democracia e da República do que a Constituição brasileira.

Enfim, o que define a República é a efetividade do princípio Republicano, que pode ser objetivamente observado nas Repúblicas da Venezuela e de Portugal, entretanto quando os governantes buscam interesses próprios, o que notoriamente observa-se no Brasil, desde a primeira República, não há *Res Pública*, mas sim uma consolidada oligarquia.

CONCLUSÃO

A Teoria Geral do Estado define República como “coisa pública”, assim um governo republicano administra aquilo que é público. E para que um país seja efetivamente republicano é necessário implementar o Princípio Republicano, sem o qual não há república.

Esse princípio carrega em si todas as características e forma de atuação governamental, necessárias a efetividade da república. E para sua implementação, considerar-se-á, conforme Fernandes (2017), o interesse da maioria, a temporariedade dos seus representantes, que deverão ser escolhidos pelo povo de forma direta ou indireta, pois na república o povo é o titular do poder político. Há, ainda, que efetivar a autodeterminação, o autogoverno, a participação popular, a responsabilização do Chefe de Governo e/ou do Estado por suas condutas e a igualdade formal entre as pessoas.

Examinando as constituições dos países estudados, é possível traçar um perfil da forma de governo de cada um, baseando no princípio Republicano e nos fatos notoriamente conhecidos sobre Venezuela, Portugal e Brasil.

De forma evidente, Portugal se mostra, de fato, uma república diante das características de sua constituição e da efetividade do princípio Republicano. A República Portuguesa não seria assim denominada se não protegesse os artigos, inseridos na Constituição, que regem o Princípio Republicano. Sendo assim em seu artigo 290 ela estabelece os limites materiais da revisão os quais se inserem a Unidade do Estado e a Independência Nacional, a forma Republicana de governo; os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos; o sufrágio universal, direto, secreto do voto; o mandato periódico dos eleitos; a participação das organizações populares de base no exercício do poder local; dentre outras.

A Venezuela tem uma constituição profundamente republicana, considerando que essa pesquisa se baseou na Constituição de 1999, promulgada por Hugo Chaves, alicerçada nos ideais de Bolívar, na busca por uma sociedade livre, igualitária e justa, que apesar das instabilidades herdadas dos governos anteriores, conseguiu estabelecer uma das características mais consistentes do princípio republicano que é a ampla participação popular no governo, indo ao encontro da maioria.

O Brasil, como país republicano, tem uma constituição considerada pelos doutrinários como “cidadã”. Apesar de ter a previsão da participação popular, ela não é tão amplamente utilizada, ficando restrita em regra ao sufrágio universal, e em pouquíssimos casos, desde sua promulgação, foram utilizados o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular.

É preciso destacar que o que distância o Brasil dos outros países estudados é o desvirtuamento do sentido da república, que persevera desde a primeira república. A corrupção, a violação dos direitos fundamentais e prevalência dos interesses privados dos governantes, degeneraram a república brasileira, levando ao que caracteriza uma oligarquia.

Assim, quando comparado com a Venezuela e Portugal, o Brasil não só tem deficiências sobre a efetividade do princípio republicano, como também apresenta desvios nas condutas dos governantes que transformaram o país em uma oligarquia. Portanto o Brasil não proclamou de fato a república, ainda prevalece o interesse de poucos, que por si só sacrifica o princípio republicano.

AGRADECIMENTOS

A Deus, Criador universal e a Nossa Senhora, pela oportunidade a nós proporcionada pelas mãos do Professor Alex Cabral e da Professora Cristiane Lima, os quais admiramos e agradecemos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. 6. ed. São Paulo: Martin Claret, 2015.

BRASIL. **Constituição federal interpretada**: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Costa Machado, organizador; Anna Cândida da Cunha Ferraz, coordenadora. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2016.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 9. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.

PORTUGAL. Constituição (1976). Constituição da República Portuguesa. Sétima Revisão, 2005. Disponível em: [https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRP VIIrevisao.pdf](https://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/CRP%20VIIrevisao.pdf).

SANTOS, Nair de Lourdes Sperandio. Corrupção no Brasil e a ineficiência dos instrumentos de controle: Reflexos de uma cultura política patrimonialista. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 5, n. 2, 2014.

VENEZUELA, Constituição (1999). *Constitucion de La Republica Bolivariana de Venezuela*, 1999. Disponível em: unefm.edu.ve/web/motor_constitucion/constitucion.pdf.

UBER: DA CONFIGURAÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO NO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE MOTORISTAS PRIVADOS POR MEIO DO USO DE APLICATIVOS

Maria Antonieta Fernandes ⁴¹

Hellom Lopes Araújo⁴²

Resumo: O exercício das funções de motorista por meio do uso de aplicativos constitui uma nova forma de trabalho flexível, decorrente do advento desta nova tecnologia ao setor de transportes. Apesar disso, as empresas de tecnologia têm travado batalhas jurídicas, políticas, econômicas e sociais, para burlar as legislações trabalhistas ao redor do mundo. Assim, passa-se a reexaminar as diferenças entre relações de consumo e relações de trabalho, e, dentro deste gênero, os elementos que diferenciam o trabalho autônomo do trabalho subordinado, a fim de situar juridicamente esses motoristas no quadro geral dos trabalhadores aptos a serem tutelados pela legislação trabalhista, a fim de evitar e combater as modernizações e flexibilizações que venham para precarizar as relações de trabalho e promover o retrocesso social. Esta pesquisa adota a abordagem metodológica dedutiva, analisando-se obras e documentos relacionados com o tema. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, quanto ao problema, e exploratória quanto ao objeto. Tomando-se a empresa Uber e seus motoristas como sujeitos da relação investigada, faz-se uma pesquisa bibliográfica, sendo a análise dos dados realizada pela análise do discurso das narrativas colhidas. Os resultados apontam para a confirmação da hipótese da presença do vínculo empregatício, levando à conclusão de que entre a Uber e os motoristas prevalece a relação de emprego.

Palavras-chave: UBER. Aplicativos. Relação de Emprego.

INTRODUÇÃO

O advento de novas tecnologias, especialmente as relacionadas à telecomunicação, vêm provocando profundas alterações no mundo do trabalho. O tema central da pesquisa são as relações jurídicas estabelecidas entre trabalhadores

⁴¹Graduanda pela Faculdade Kennedy de Direito de Minas Gerais, bolsista do Programa de Iniciação Científica do Núcleo de Pesquisa e Pós-graduação da mesma instituição, servidora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais desde 2003. tallufernandes@gmail.com

⁴²Professor orientador do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Kennedy.

e empresas de tecnologia utilizadoras de aplicativos. Para tanto, examina o modo como a empresa Uber organiza sua atividade econômica, procurando responder como na relação jurídica entre Uber e motoristas podem ser identificados os pressupostos fático-jurídicos⁴³ da relação de emprego.

O objetivo Geral é demonstrar a presença dos pressupostos fático-jurídicos do vínculo empregatício na relação jurídica entre a Uber e seus motoristas. Esta pesquisa adota a abordagem metodológica dedutiva, analisando-se obras e documentos relacionados com o tema. Por intermédio das revisões bibliográfica e documental, são analisados os argumentos da Uber para substituir as relações de trabalho pelas relações de consumo quando as disputas entre Uber e motoristas chegam à Justiça do Trabalho; como a doutrina diferencia os dois institutos jurídicos; e, finalmente, como os pressupostos fático-jurídicos da relação de emprego estão presentes na relação entre Uber e motoristas.

Assim, conforme Mônica Queiroz (2010), “a relação jurídica de consumo ocorrerá quando os sujeitos interligados forem o consumidor e o fornecedor, ambos transacionando produtos e serviços”. Há que se verificar, portanto, se na relação jurídica entre Uber-Motoristas estes dois sujeitos poderão ser definidos como consumidor e fornecedor, analisando-se se o objeto dessa relação, e verificando-se se é a Uber que fornece uma mercadoria – o aplicativo-, aos motoristas, ou se são estes quem fornecem à Uber um produto, que, por sua natureza de trabalho humano, não deve receber o mesmo tratamento jurídico dispensado às demais mercadorias.

Muitos fatores impedem que somente o ato de consumo da força de trabalho dos motoristas pela Uber seja suficiente para qualificar essa relação como uma relação de consumo. Entre esses fatores, está principalmente a exclusão dos “interesses de caráter trabalhista”, pois segundo Geraldo Brito Filomeno, “não poderão ser igualmente objeto das chamadas ‘relações de consumo’ os interesses de caráter trabalhista.”⁴⁴ Por essa definição dos “interesses de caráter trabalhista”, portanto, é relevante reforçar que a Uber utiliza a força de trabalho dos motoristas

⁴³DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 15 ed. São Paulo: LTr, 2016.

⁴⁴SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. 12. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2017, p. 238.

para “a consecução da sua finalidade social”, ou seja, para ofertar no mercado de consumo o serviço de transportes. Quanto à definição da relação de trabalho, pode-se afirmar que seja “aquela que diz respeito, repise-se, a toda e qualquer atividade humana em que haja prestação de trabalho”, sendo que na relação de trabalho se caracteriza “pela presença de três elementos: o prestador do serviço, o trabalho (subordinado ou não) e o tomador de serviço”.⁴⁵

Na relação jurídica entre Uber e motoristas o que se verifica é que o objeto dessa relação é justamente a força de trabalho humana utilizada para conduzir veículos, pois esses motoristas não fornecem diretamente à Uber, nenhum serviço de transporte, mas trabalho de motorista. Assim, na análise do modelo de negócio da Uber, trabalho de motorista e serviços de transporte devem ser tratados de modo diverso, por possuírem naturezas diversas. O primeiro é objeto da relação de trabalho entre motoristas e Uber, o trabalho humano; e o segundo, é o objeto da relação de consumo entre Uber e passageiros, o transporte de pessoas.

Uma vez demonstrado que se trata de uma relação de trabalho, resta verificar se se trata de uma relação de trabalho autônomo ou subordinado, sendo que “os diversificados vínculos de trabalho autônomo existentes afastam-se da figura técnico-jurídica da relação de emprego essencialmente pela falta do elemento fático jurídico da subordinação”.⁴⁶ A espécie jurídica “relação de emprego” é constituída quando se verifica no gênero “relação de trabalho” a presença dos pressupostos fático-jurídicos que configuram o vínculo empregatício. Estes elementos são cinco: pessoa física, personalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação.⁴⁷

Trabalho prestado por pessoa física é o prestado somente por uma pessoa natural, o que facilmente se verifica na Uber, já que os motoristas ainda são seres humanos, enquanto não venham a ser excluídos pelos carros autônomos já em fase avançada de desenvolvimento.

⁴⁵LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 267.

⁴⁶DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 15. Ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 358.

⁴⁷IDEM, p. 299.

A pessoalidade se verifica pelo efetivo caráter de *infungibilidade*⁴⁸, o que, no caso Uber, pode-se comprovar pela exigência de que o motorista indicado pelo aplicativo ao usuário-passageiro seja o mesmo que esteja conduzindo o veículo, inclusive como medida de segurança. Apesar de dois motoristas poderem utilizar um mesmo veículo, a cada corrida esta norma da empresa deve ser observada, o que faz prevalecer a infungibilidade do prestador do trabalho.

A onerosidade verifica-se pela “intenção contraprestativa”⁴⁹ no plano subjetivo, o que é fato notório, já que todos os motoristas trabalham para auferir renda, e no plano objetivo, porque realmente tal renda é auferida.

A não eventualidade verifica-se pela conjugação de diferentes critérios. Interpretando-os em conjunto, segundo a orientação do professor Maurício Godinho Delgado, os serviços prestados pelos motoristas a) *correspondem aos fins normais da empresa*; b) *o serviço de transporte não concerne a um evento certo, determinado ou episódico*; c) *não têm curta duração no tempo*; e os motoristas d) *tendem a fixar-se à Uber*, pois dependem do uso do aplicativo para a prestação do serviço, sendo importante salientar que a fixação jurídica não significa exclusividade, podendo um motorista fixar-se juridicamente a mais de um tomador de serviços.

A subordinação jurídica se manifesta no recebimento pelo empregado de ordens diretas e pessoalmente emanadas do empregador, uma vez que “a subordinação nada mais é do que o dever de obediência ou o estado de dependência na conduta profissional, a sujeição às regras, orientações e normas estabelecidas pelo empregador inerentes ao contrato, à função, desde que legais e não abusivas”.⁵⁰ No caso Uber verifica-se a subordinação pela emissão de ordens claras que, uma vez descumpridas pelos motoristas, levam a punições que podem evoluir para a efetiva exclusão do aplicativo, numa demonstração perfeita do que seja a subordinação em seu sentido clássico.

⁴⁸DEM, p. 301.

⁴⁹DEM, p. 309.

⁵⁰DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 15. ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 301.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adota a abordagem metodológica dedutiva, analisando-se obras e documentos relacionados com o tema. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, quanto ao problema, e exploratória quanto ao objeto. Apesar de haver sido tomada a empresa Uber como exemplo, prevaleceu a pesquisa bibliográfica e a análise dos dados coletados foi realizada pela análise do discurso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da exploração do tema, realizando-se uma ampla pesquisa documental sobre o modo como a Uber organiza o seu modelo de negócio e defende a flexibilização e a desregulamentação como imprescindíveis à manutenção de suas atividades econômicas, descobriu-se que sua principal estratégia jurídica é negar qualquer relação de trabalho, alegando que se trataria de uma relação de consumo.

Passou-se, então, pela pesquisa bibliográfica, à exposição dos conceitos de relação de consumo e relação de trabalho. Feita esta distinção, demonstrou-se que entre Uber e motoristas existe uma relação de trabalho. Assim sendo, passou-se à demonstração de como a presença destes pressupostos pode ser verificada a partir da análise do *modus faciendi* da prestação laboral quotidiana.

CONCLUSÕES

Conclui-se que não há entre Uber e motoristas nenhuma relação de consumo, bem como que essa alegação visa a dissimular uma relação jurídica que se estabelece por si mesma, a par da vontade dos sujeitos que dela participem, sempre que estes sujeitos, pelo modo como se relacionam, realizam entre si uma troca cujo objeto é o trabalho humano prestado sob os pressupostos fático-jurídicos configuradores do vínculo empregatício, em suma, a relação de emprego.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 15. ed. São Paulo: LTr, 2016.

QUEIROZ, Mônica. **Direito civil**: direito das obrigações e responsabilidade civil. São Paulo: Atlas, 2010, p. 236

SCHIAVI, Mauro. **Manual de direito processual do trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTr, 2017, p. 239.

A DESCONFORMIDADE DO INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA COM O PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Matheus Magalhães da Silva⁵¹

Cristina de Oliveira Ferreira⁵²

Resumo: O objetivo do presente trabalho é analisar a possível desconformidade do instituto da colaboração premiada à luz do princípio do devido processo legal. A observância a esse princípio do processo penal é da maior relevância, posto que por meio dele é possível alcançar um processo justo, no qual são asseguradas as garantias constitucionais ao acusado.

Palavras-chave: Colaboração premiada. Devido processo legal. Garantias.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende analisar a possível desconformidade do instituto da colaboração premiada com o princípio devido processo legal, princípio este que é previsto na Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 5.º, incisos LIV e LV, e significa que é garantido a todos um processo em que serão observadas todas as etapas previstas em lei e todas as garantias constitucionais.

Será, também, objeto de nosso estudo a análise da lei número 12.850/2013, que prevê o acordo de colaboração premiada, um benefício concedido ao acusado que fornece informações de grande relevância para as investigações referentes às condutas de organizações criminosas. Por intermédio dessa lei tem sido possível obter a condenação de delinquentes que há tempos era impensável.

Para a realização do presente artigo foi efetuada uma análise histórica do instituto da colaboração premiada no direito comparado e no direito pátrio, a sua

⁵¹Técnico em Mineração pelo Instituto de Educação Belo Horizonte (IEB-CECON). Bacharel em Direito pela Faculdade Promove. E-mail: matheus.magalhaes.silva@gmail.com.

⁵²Bacharel em Direito pela Faculdade Promove. E-mail: tina_oli@yahoo.com.br.

aplicabilidade, as características, bem como a dinâmica dos atos que envolvem a colaboração premiada. Para tanto, é fundamental a análise dos princípios processuais penais, posto que constituem arcabouço sobre o qual se fundamentará todo o ordenamento.

Pretende-se com este estudo efetuar uma análise crítica da colaboração premiada e sua repercussão no direito brasileiro diante da alegada inconformidade de tal instituto à luz do princípio do devido processo legal, uma vez que são frequentes as situações em que a delação é conseguida pelo Estado por intermédio de meios bastante questionáveis, como a prisão processual.

METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido a partir do modo descritivo e o analítico portanto, houve o estudo e análise das obras utilizadas, bem como da lei número 12.850/2013. O registro das informações coletadas para a confecção do artigo foi realizado sob a forma de fichamento das obras.

O raciocínio utilizado foi indutivo-dedutivo, assim através das informações coletadas, partindo de premissas gerais para premissas singulares e vice-versa, chegou-se a uma conclusão a respeito da possível incompatibilidade do uso da colaboração premiada frente ao princípio do devido processo legal.

Cumprir informar que também foi adotado o tipo de investigação jurídico-descritivo, considerando o propósito de identificar a melhor interpretação da norma à luz do princípio do devido processo legal, princípio basilar do processo penal.

As técnicas de pesquisa utilizadas foram qualitativas, com objetivos exploratórios e explicativos, deste modo além do levantamento de informações, ocorreu o registro o estudo das mesmas. Foram feitos estudos comparativos entre o instituto da colaboração premiada em alguns países e no Brasil e também houve a realização de pesquisas bibliográficas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode o Estado ter carta-branca para agir em nome do fim? O grande problema de permitir tal ato, é que em nenhuma época justificavam-se suas atitudes com fundamento para o mal, sempre haverá uma justificativa em nome do bem, isso ficará claro ao pensar em um momento histórico, como, por exemplo a inquisição que praticou todas suas barbaridades em nome de Deus, alegando que extinguiriam o pecado da terra e com isso queimando uma série de mulheres que eram consideradas por eles “bruxas”.

A sociedade, esgotada por um país devastado pela corrupção acaba movida pela sede de vingança, acreditando que os fins justificariam os meios, no qual a delação e meio execrável na busca da finalidade que é a punição dos criminosos, entretanto, não podemos permitir que o discurso de prevalência dos interesses coletivos decaia sobre os interesses individuais, neste sentido resume Binenbojm⁵³

A noção de um princípio jurídico que preconize a prevalência *a priori* de interesses coletivos sobre os interesses individuais revela-se absolutamente incompatível com a ideia da Constituição como sistema aberto de princípios, articulados não por uma lógica hierárquica estática, mas sim por uma lógica de ponderação proporcional, necessariamente contextualizada, que demanda uma avaliação da correlação entre estado de coisas a ser promovido e os efeitos decorrentes da conduta havida como necessária à sua promoção.

O Estado deve agir, entretanto, respeitando sempre o devido processo legal bem como todos os princípios englobados por ele. Evidente é que o instituto da delação vem se mostrando palpável no combate à criminalidade, com resultados significativos, entretanto, devemos observar sempre a consonância dele com o estado democrático de direito.

⁵³ BINENBOJM, Gustavo. A Constitucionalização do direito administrativo no Brasil: Um inventário de avanços e retrocessos. **Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado**, Salvador, n. 13, p. 9-9, mar. 2008. Disponível em: <<https://docs.com/AnselmoCarvalho/3468/binenbojm-gustavo-a-constitucionalizacao-do>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colaboração premiada deve ser analisada criteriosamente, pois, se mal interpretada pode caracterizar um dilaceramento dos direitos e garantias fundamentais consagrados na Magna Carta, como, por exemplo o devido processo legal e os princípios dele decorrente.

Ressalta-se que, um dos requisitos para a celebração do acordo da colaboração premiada é a voluntariedade.

Nesse contexto, cumpre observar que a prisão pode caracterizar um vício de vontade, isto é o acordo não é realizado de forma voluntária, pois, estando o acusado preso, este sente-se coagido, e visa desesperadamente se libertar da situação em que se encontra.

Nesse cenário, destaca-se que o delator age mediante uma extrema tortura psicológica, em virtude disso, o que deveria ser um ato de arrependimento, um desejo de reparar o erro, dá lugar a um ato egoísta, regido pelos interesses pessoais do delator.

O acordo da colaboração premiada deve ser lastreado com provas capazes de comprovar as afirmações do delator, ou seja, a colaboração por si só não tem forças para levar à condenação. Diante disto ninguém deverá ser investigado ou processado tão somente com base nas informações prestadas pelo delator.

Por fim, salienta-se que a ineficácia do Estado em prevenir e punir os indivíduos envolvidos no crime organizado, não autoriza a utilização de tal instituto sem o devido respeito as normas constitucionais, visto que a má utilização desta afronta diretamente direitos fundamentais do individuo.

Pelo exposto, diante da impunidade dos autores de crimes de corrupção e do anseio da sociedade de vê-los sendo punidos, é cabível a aplicação do referido instituto, entretanto, este deve ser revisto em alguns aspectos, sobretudo, na sua forma de aplicação e interpretação⁵⁴

⁵⁴ESPINEIRA, Bruno; CALDEIRA, Felipe. **Delação premiada: Estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio**. Belo Horizonte. ed.: d'plácido; 2016. P362

REFERÊNCIAS

BRITO, Michelle Barbosa de. **Delação premiada e decisão penal: da eficiência à Integridade**. Belo Horizonte: D'plácido, 2016.

DIPP, Gilson. **A “delação” ou colaboração premiada: uma análise do instituto pela interpretação da lei**. Brasília: IDP, 2015.

PACELLI, Eugênio. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2016.

ESPIÑEIRA, Bruno; CALDEIRA, Felipe (Org.). **Delação premiada estudos em homenagem ao ministro Marco Aurélio Mello**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016. 566 p.

FILIPPETTO, Rogério; ROCHA, Luísa Carolina Vasconcelos Chagas. **Colaboração premiada contornos segundo o sistema acusatório**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017. 212 p.

BINENBOJM, Gustavo. A constitucionalização do direito administrativo no Brasil: um inventário de avanços e retrocessos. Revista Eletrônica sobre a reforma do Estado, Salvador, n. 13, p. 9-9, mar. 2008. Disponível em: <[https://docs.com/Anselmo Carvalho/3468/binenbojm-gustavo-a-constitucionalizacao-do](https://docs.com/AnselmoCarvalho/3468/binenbojm-gustavo-a-constitucionalizacao-do)>. Acesso em: 06 nov. 2017.

A RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA E A APLICAÇÃO DA TEORIA DA PERDA DA CHANCE: QUESTÕES POLÊMICAS

Natália Cristina Siqueira Costa⁵⁵

Silvia de Abreu Andrade Portilho⁵⁶

Resumo: O presente trabalho visa, especificamente, indagar acerca da possibilidade de indenização, em caso de conduta ilícita atribuída ao profissional da medicina, pela denominada perda da chance de cura. Especificamente em relação à responsabilidade civil por erro médico, o artigo pretende abordar quando é efetivamente devida a indenização pela perda da chance de cura, qual sua natureza jurídica e quais os critérios para fixar o *quantum* devido a título de indenização.

Palavras-chave: Responsabilidade Civil. Perda. Chance. Médico. Dano.

INTRODUÇÃO

Entende-se por responsabilidade civil a obrigação de uma pessoa em reparar o dano causado à outra, seja por conta dos seus próprios atos ou de pessoas dependentes. A responsabilidade civil é, portanto, um vínculo obrigacional de reparar o dano causado a outrem.

O presente trabalho tem por objetivo indagar acerca da possibilidade de indenização, em caso de conduta ilícita atribuída ao profissional da medicina, pela denominada perda da chance de cura, ou de sobrevivência.

A teoria da perda de uma chance caracteriza-se pelo fato de que em virtude de uma conduta ilícita (ação ou omissão), desaparece a possibilidade da ocorrência de um evento que traria um benefício futuro para a vítima ou evitaria o risco de um

⁵⁵Bacharelada em Direito na Faculdade Kennedy de Minas Gerais. Bolsista do Programa de Iniciação Científica. E-mail: natalia-siqueira@hotmail.com

⁵⁶Mestre em Direito Civil pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduada em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Advogada. Professora da Faculdade Kennedy de Minas Gerais. E-mail: silviaaap@yahoo.com.br

determinado prejuízo. Assim, a teoria da perda de uma chance está lastreada na ideia de probabilidade de que, se determinado fato ocorresse ou se tivesse sido evitado, haveria uma situação de melhoria para a vítima ou ao menos seria evitado um prejuízo maior.

A responsabilidade civil do médico é, em regra, subjetiva, ou seja, dependente de comprovação de culpa, assumindo o médico uma obrigação de meio, e não de resultado. Nos dizeres de Carlos Roberto Gonçalves,

[...] O objeto do contrato médico não é a cura, obrigação de resultado, mas a prestação de cuidados conscienciosos, atentos, e, salvo circunstâncias excepcionais, de acordo com as aquisições da ciência. Comprometem-se a tratar o cliente com zelo, utilizando-se dos recursos adequados, não se obrigando, contudo, a curar o doente.⁵⁷

No que tange à aplicação da teoria da perda da chance, ainda controversa no ordenamento jurídico brasileiro, na responsabilidade civil do médico, os seguintes problemas ganham destaque: quando é efetivamente devida a indenização pela perda da chance de cura ou de melhora do paciente? E ainda: qual é a sua natureza jurídica – trata-se de dano patrimonial ou de dano extrapatrimonial? Quais os critérios para fixar o *quantum* devido a título de indenização?

A problemática em torno do instituto da responsabilidade civil pela perda da chance consiste na dificuldade em se demonstrar a exatidão do dano causado, já que a fixação da indenização leva em consideração a probabilidade de cura do paciente, ou pelo menos de se minorar o seu prejuízo. A culpa, nesse caso, se caracteriza pelo fato de não terem sido dadas ao paciente todas as chances de se recuperar. Indeniza-se, portanto, a chance perdida, estando a culpa do profissional presente em seu agir.

METODOLOGIA

O presente artigo científico foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, visto que buscou explicar o problema a partir de

⁵⁷ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 15. Edição. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 336.

referências teóricas publicadas em livros, na legislação e na jurisprudência, por meio de estudo de casos.

O método utilizado incluiu, também, uma investigação jurídico-descritiva, pois se utiliza do procedimento analítico de decomposição de um problema jurídico em seus diversos aspectos, relações e níveis.¹

A análise dos dados coletados se deu por meio do método dedutivo-indutivo, que visa a esclarecer o conteúdo apresentado e a estender sua amplitude na tentativa de se trazer uma possibilidade de solução para o problema.

Por fim, realizou-se o trabalho por meio do método jurídico-propositivo, sugerido por Gustin², no que diz respeito ao questionamento do instituto da perda da chance na seara médica, especialmente quanto à fixação dos valores de indenização e hipóteses de cabimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer da pesquisa verificou-se que, não obstante a imprevisibilidade da atividade médica é plenamente cabível a responsabilização do profissional da Medicina pela perda da chance de cura ou de sobrevivência do paciente.

Na responsabilidade civil médica, ficou demonstrado que o que se indeniza não é a ausência da cura, por exemplo, mas sim a perda da oportunidade de conseguir alcançar tal resultado, ou seja, o objeto da indenização é a frustração da chance perdida. E ainda, para ser indenizável, deve haver uma probabilidade de obter tal chance comprovada superior a 50% (cinquenta por cento); portanto, nem todos os casos serão indenizáveis.

Com isso, o desenvolvimento da pesquisa possibilitou uma análise mais detida da teoria da perda de uma chance na seara médica, assim como o entendimento de que, por não haver critérios fixos em lei, deverá ser levada em

⁵⁸GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re)pensando a pesquisa jurídica**: Teoria e Prática. 2ª Ed. Del Rey, Belo Horizonte, 2006, p. 29.

⁵⁹GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **Op. Cit.**, p. 30.

consideração a chance séria e real, o grau de probabilidade de obter uma vantagem ou sofrer um prejuízo, o nexo causal entre a ação do agente e a oportunidade perdida, além do dano e da culpa. Defende-se, ainda, a possibilidade, por analogia, de utilização dos critérios para fixação do dano moral, tais como a capacidade econômica das partes, o grau de culpa do profissional e o sofrimento da vítima.

Observou-se, ainda, que há grande divergência sobre a natureza jurídica da teoria, porém o melhor entendimento, conforme auferido nesta pesquisa, é no sentido de que a perda de uma chance deverá ser considerada categoria autônoma, podendo ora assumir a natureza de danos patrimoniais, ora assumir a natureza de danos extrapatrimoniais.

Nos julgados acerca do tema, verificou-se que, em relação à fixação do valor da indenização, este nunca poderá alcançar o valor do bem perdido, uma vez que jamais será possível comprovar se a vítima alcançaria o resultado pretendido, caso não tivesse sua chance (de cura ou sobrevivência) perdida.

Nas palavras de Grácia Cristina Moreira do Rosário, na fixação do valor da indenização por perda da chance voltada à seara médica,

Faz-se necessária a demonstração da existência de uma lesão final, sendo que a quantificação do prejuízo depende do estágio de possibilidade de que a chance perdida se efetuassem. O *quantum* estará atrelado à estimativa do dano conseguinte à perda.⁶⁰

O que se indeniza, portanto, não é a vantagem esperada, pois esta sempre ficará no campo da incerteza, mas sim a chance perdida. Assim sendo, é por meio de cálculos de probabilidades e da análise detida dos requisitos ensejadores da indenização, que se procura oferecer ao lesado uma resposta, levando-se em consideração os princípios basilares da responsabilidade civil, tais como a reparação integral dos danos e a dignidade da pessoa humana.

⁶⁰ ROSÁRIO, Grácia Cristina Moreira. **A perda da chance de cura na responsabilidade médica**. Disponível em http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista43/Revista43_167.pdf. Acesso em 05.11.2017.

CONCLUSÕES

No presente trabalho, após a análise dos resultados obtidos, concluiu-se que a teoria da perda da chance, aplicável à seara médica, a cada dia vem ganhando mais espaço no âmbito jurídico.

Inicialmente tímida, mas atualmente já são diversos os julgados dos Tribunais pátrios que reconhecem a sua aplicação, porém ainda há controvérsias para a fixação da perda da chance como uma categoria autônoma, já que a prova da culpa na responsabilidade civil do médico é sempre uma tarefa árdua.

Na indenização pela perda da chance, que aqui defendemos constituir uma categoria autônoma de danos, procura-se oferecer uma resposta à vítima (no caso, o paciente ou sua família), que viu frustrada uma legítima oportunidade de auferir um benefício, ou de evitar um prejuízo, tal como a morte. O valor da indenização, por sua vez, deverá refletir a chance real, o grau de probabilidade de se obter uma vantagem ou sofrer um prejuízo.

Assim, ainda que se denote a ausência de dispositivos legais que mencionem expressamente o dano causado pela perda da chance, tal fato não poderá ser empecilho para a aplicação dessa teoria, até mesmo face à ideia da reparação integral dos danos causados à vítima. A oportunidade séria e real de obtenção de vantagem ou a expectativa de não sofrer danos jamais poderão ser desprezadas pelo julgador, sob pena de injustiça.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pela saúde e força para superar as dificuldades, ao Coordenador Silvino Neto pelas palavras de incentivo desde o início, e a orientadora Silvia de Abreu, por ser uma excelente profissional, por ter sido paciente, e ter dado todo o suporte e apoio necessário.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade civil**. 15. Edição. São Paulo : Saraiva, 2014.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. **(Re) pensando a pesquisa jurídica**: Teoria e Prática. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

ROSÁRIO, Grácia Cristina Moreira. A perda da chance de cura na responsabilidade médica. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista43/Revista43_167.pdf>. Acesso em 05.11.2017.

A (DES) PROTEÇÃO DO IDOSO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA IMPOSIÇÃO DO REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS À PESSOA IDOSA

Sheila Martins de Lana Abreu⁶¹

Mariana Swerts Cunha⁶²

Resumo: O presente trabalho analisa, criticamente, a imposição do regime de separação obrigatória de bens à pessoa idosa, prevista no art. 1.641, II, CC/02, a fim de verificar se o ordenamento jurídico protege o idoso ou se a intervenção estatal, nas relações familiares, não seria na verdade uma afronta à liberdade e autonomia individual do idoso. Para isso, por meio de uma pesquisa descritiva, demonstrou-se o aumento da expectativa de vida dos brasileiros e o conseqüente envelhecimento da população. Posteriormente, por meio do método histórico-evolutivo, abordou-se a disciplina legal do idoso, bem como a definição e espécies de regime de bens. Por fim, a conclusão é focada em analisar se a tutela jurídica dispensada ao idoso quanto ao regime de bens constitui proteção ou desrespeito à liberdade e autonomia individual.

Palavras-chave: Idoso. Regime de Separação Obrigatória de Bens. Autonomia Individual. Dignidade da Pessoa Humana.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por escopo analisar a (des) proteção do idoso no ordenamento jurídico brasileiro, em especial quanto à imposição do regime de separação obrigatória de bens à pessoa idosa, maior de 70 (setenta) anos.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o perfil demográfico da população brasileira iniciou uma radical transformação após a década de 1960, em razão da diminuição dos níveis de fecundidade e de mortalidade, o que

⁶¹ Estudante de Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais – Unidade Venda Nova.

⁶² Mestre em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Especialista em Direito Processual Civil, Professora da Faculdade Kennedy de Minas Gerais.

reduziu a taxa de crescimento populacional e, conseqüentemente, alterou a estrutura etária do país, diminuindo o crescimento do número de crianças e adolescentes.

Paralelamente a isso, houve crescimento da população adulta, destacando-se, principalmente, o aumento da população idosa.

Assim, a população idosa tornou-se uma preocupação para o Estado, que passou a intervir nas relações sociais, a fim de garantir ao idoso especial proteção.

O legislador brasileiro, malgrado tenha criado mecanismos de proteção à pessoa idosa, partiu do pressuposto que a pessoa ao completar 70 (setenta) anos se torna incapaz de manifestar sua vontade, limitando sua autonomia quanto à escolha do regime de bens ao se casar.

Dessa forma, faz-se necessária a seguinte indagação: a imposição do regime de separação obrigatória de bens à pessoa com idade acima de 70(setenta) anos é uma forma de proteção?

Parece que o legislador ordinário, na tentativa de proteger o idoso, partindo-se do pressuposto de vulnerabilidade, acabou por inserir uma norma preconceituosa, discriminatória que poderá se caracterizar em verdadeira afronta a autonomia individual da pessoa idosa com idade acima de 70 (setenta) anos.

Portanto, a presente pesquisa é de grande importância social, vez que pode vir a contribuir com a sociedade acadêmica e a comunidade para melhor compreensão da velhice, a fim de tentar apagar qualquer resquício de preconceito em relação à pessoa idosa.

Assim, segundo Maria Berenice Dias (2015, p.46), a Constituição Federal de 1988, revelou enorme preocupação em banir discriminações de qualquer ordem, deferindo à igualdade e à liberdade especial atenção no âmbito familiar, de sorte que a liberdade é exercida quando se concede ao indivíduo o direito de escolher o modelo de família, planejamento familiar, regime de bens etc., sem qualquer interferência externa.

Neste mesmo sentido, Lima e Sá (2015) afirmam que a autonomia familiar é traduzida na liberdade de fazer escolhas sem interferências da sociedade ou do Estado, sendo que este só deve atuar para garantir a liberdade de autodeterminação ou em situações extremas para proteger os membros da família que estejam em posição de vulnerabilidade.

Diante disso, inicialmente, esta pesquisa aborda o envelhecimento da população brasileira a partir da análise de dados do IBGE, bem como trata da definição etária de idoso e da disciplina legal para se delimitar o tratamento jurídico dispensado a esta parcela da população.

Em seguida, foi feita a análise dos regimes de bens em espécie para se estabelecer os efeitos da regra contida no art. 1.641, II, CC/02. Por fim, as considerações finais são apresentadas a partir de uma análise crítica das disposições infraconstitucionais que retiram da pessoa idosa a autonomia de deliberar sobre o estatuto patrimonial a reger seu casamento, demonstrando claro intervencionismo indevido do Estado nas relações familiares.

METODOLOGIA

Esta pesquisa pertence à vertente jurídico-dogmática. Segue o tipo genérico de investigação chamado jurídico-exploratório, por meio de análise do art. 1.641, II, CC/02. Realizou-se pesquisa descritiva a partir de dados do IBGE, bem como bibliográfica, utilizando-se do método histórico-evolutivo, para possibilitar a compreensão do processo de envelhecimento e, ainda, o tratamento que ordenamento jurídico dispensa aos idosos, em especial, quanto a sua autonomia na escolha do regime de bens.

Em relação às técnicas de pesquisa foi utilizado o método da documentação indireta, vez que além da pesquisa bibliográfica foi feita pesquisa documental aliada à leitura de artigos jurídicos e demais produções acadêmicas cabíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os estudos desenvolvidos percebe-se que envelhecer não está associado somente ao aspecto cronológico do qual decorre o aumento da idade. Pelo contrário, trata-se de um processo complexo e heterogêneo, influenciado pela interação de fatores genéticos, ambientais e estilo de vida.

Entretanto, o Brasil adotou o critério cronológico para definir a pessoa idosa, assim considerada aquela maior de 60 anos, a fim de determinar grupos populacionais para receber recursos e conceder direitos.

Historicamente, a velhice foi associada a doenças, deterioração do corpo e morte, tanto a morte física quanto social, pelo que esta etapa da vida passou a ser vista com certo preconceito associada a aspectos negativos.

Diante disso, fez-se necessária a análise da (des) proteção do idoso no ordenamento jurídico, em especial quanto aos efeitos patrimoniais em decorrência do casamento, a fim de verificar se a intervenção estatal nas relações familiares das pessoas com idade igual ou superior a 70 (setenta) anos ao invés de protegê-los não estaria, arbitrariamente, cerceando a autonomia da vontade dessa parcela da população, bem como ferindo princípios e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

O texto constitucional preconizou ser dever da família, da sociedade e do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando-lhes participação na comunidade, bem como defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida (art. 230, CR/88).

Apesar de todo o esforço do ordenamento jurídico em proteger o idoso, quanto ao aspecto familiar, verificou-se que o legislador ordinário partiu da discutível premissa que a partir dos 70 anos a pessoa não estaria apta a formar uma família baseada no afeto, limitando sua liberdade de escolha quanto ao regime de bens, na tentativa de proteger a pessoa idosa contra possível casamento interesseiro, o malfadado “golpe do baú”.

Dessa maneira, ao art. 1641, II, CC/02, deverá ser conferida interpretação conforme, norteadas pelo princípio da dignidade da pessoa humana, de forma que não se choque com o plano geral das diretrizes constitucionais, levando-se em conta a afetividade como mola propulsora para constituição familiar e não o patrimônio.

CONCLUSÕES

Por meio dos estudos realizados verificou-se que o tratamento jurídico dispensado ao idoso se apresenta como verdadeiro intervencionismo estatal limitador da autonomia individual, eivado de inconstitucionalidade, pois vai de encontro aos princípios e garantias constitucionais, sobretudo o princípio da dignidade da pessoa humana, pois retira do idoso seu poder de autodeterminação, considerando-o incapaz de inspirar amor e escolher seu próprio regime de bens.

REFERÊNCIAS

ANGHER. Anne Joyce. **VadeMecum acadêmico de direito**. 17. ed. São Paulo: Rideel, 2016.

DIAS. Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das famílias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/default.shtm>>. Acesso em: 12 mar. 2017

LIMA, Taísa Maria Macena de; Sá, Maria de Fátima Freire de. **Ensaio sobre a velhice**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2015.

OUTEIRO, Tiago Fleming. A biomedicina na prevenção, diagnóstico e terapia de doenças. Cadernos de Saúde: Veritati - Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, v. 002, n. 02, p.7-10, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.14/9872>>. Acesso em: 22 ago.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016.

O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA COMO LIMITE À APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Simoni Caetano Miranda⁶³

Rene Vial⁶⁴

Resumo: O presente artigo discute as formas de aplicação das medidas de segurança no Direito brasileiro tendo em vista a falta de limitação temporal desse instituto. O texto sugere uma análise sob a ótica da dignidade humana e, visto que o Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, enfatiza a situação dos indivíduos com doença ou desenvolvimento mental incompleto, a fim de verificar se a aplicação das medidas de segurança tem respeitado os seus direitos fundamentais.

Palavras-chave: Medidas de segurança. Dignidade Humana. Desinternação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de discutir acerca da aplicação das medidas de segurança no ordenamento jurídico brasileiro. Há celeuma jurídica no que tange ao lapso temporal do cumprimento dessas sanções, já que o Código Penal não estabelece um limite máximo, e os Tribunais Superiores divergem sobre o tema.

A fim de analisar se os direitos fundamentais das pessoas que cumprem medidas de segurança estariam sendo violados, o artigo abordou o conceito de imputabilidade penal, e, também, a forma com a qual o Direito pátrio trata os indivíduos inimputáveis que cometem conduta tipificada como ilícito penal.

Conforme ressalta Mirabete,

⁶³ Aluna do 9º período do curso de Direito da Faculdade Kennedy de Minas Gerais.
E-mail: simonymiranda@yahoo.com.br

⁶⁴ Mestre em Direito. Professor de Graduação da Faculdade Kennedy de Minas Gerais e de Pós-graduação do IEC - Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Advogado. E-mail: rene.vial@kennedy.br

*Apoio: Programa de Bolsas de Iniciação Científica das Faculdades Promove e Kennedy 2017.

A imputabilidade é aferida quanto ao momento em que o agente pratica o fato ilícito; é imputável aquele que, ao tempo da ação ou omissão, não tem capacidade de entendimento e autodeterminação. Passando a sofrer doença mental após o fato, o agente responderá pelo ilícito praticado. (Mirabete, 2011, pg. 201).

O critério de inimputabilidade psicológica, que interessa a esse trabalho, é subdividido em semi-imputáveis e totalmente inimputáveis. Os semi-imputáveis são indivíduos que, à época da conduta delituosa, possuíam certa condição de discernimento. Nesse caso, haverá a diminuição da pena em razão do juízo de valoração da conduta, visto que não é possível “valorar adequadamente o fato e posicionar-se de acordo com essa capacidade” (BITENCOURT, 2014, p. 481).

Já os indivíduos totalmente inimputáveis, são aqueles que não têm nenhum discernimento e, portanto, falta-lhes capacidade de autodeterminação. Por esse motivo, quando esses sujeitos praticam conduta contrária à lei penal, e, por meio de um incidente de sanidade mental, são considerados inimputáveis, são absolvidos impropriamente e submetidos à medida de segurança.

Historicamente, as medidas de tratamento foram criadas com o objetivo de proteger a sociedade das pessoas que não se encaixavam nos moldes sociais, em uma época em que a concepção de Direito Penal era meramente retributiva⁶⁵.

Assim, a Escola Clássica considerava as medidas de tratamento, conforme Ferrari (2001, p. 16), apenas como um “meio de defesa social contra os antissociais”, demonstrando, assim, o seu caráter nitidamente neutralizador.

Nesse contexto, Para Nucci, as medidas de segurança seriam:

Uma forma de sanção penal, com caráter preventivo e curativo visando a evitar que o autor de um e, torne a cometer outro injusto e receba tratamento adequado. (NUCCI, 2017 P. 551).

O Código Penal de 1940 utilizou-se do Sistema Duplo Binário para a aplicação de penalidades, dessa forma, o indivíduo era submetido a dois tipos de penalização por uma mesma conduta, contrariando o princípio *ne bis in idem*.⁶⁶ Após

⁶⁵ A retributividade nessa época é marcada pelo objetivo que possuíam as normas criminais de infligir castigo a quem não agia conforme os parâmetros da sociedade.

⁶⁶ O Princípio *ne bis in idem* estabelece que ninguém pode ser apenado duas vezes pelo mesmo fato.

a reforma do referido Código houve a mudança desse sistema para o Vicariante⁶⁷. Tal alteração foi consideravelmente importante, entretanto, no que se refere à limitação do tempo das medidas de segurança, essas permaneceram com caráter perpétuo.

Para dar conta de resolver esse problema, o Supremo Tribunal Federal, por meio do Habeas Corpus 107.432, posicionou-se realizando interpretação analógica, de modo a entender adequado que o tempo máximo para o cumprimento das medidas de segurança fosse de trinta anos, conforme determina o Código Penal ao se referir à limitação temporal das penas privativas de liberdade.

O Superior Tribunal de Justiça, por outro lado, editou a Súmula 527, posicionando-se de modo divergente. Reza a referida súmula que “o tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado”.

Nota-se que o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça atendeu ao princípio da individualização da pena que, conforme Moraes (2017) estabelece a obrigatoriedade de ser ela proporcional ao delito praticado, o que também reforça o princípio da reserva legal, segundo o qual não deve haver pena sem prévia cominação em lei.

Para Fernandes, essa interpretação baseia-se no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana que:

Irradia valores e vetores de interpretação para todos os demais direitos fundamentais, exigindo que a figura humana receba sempre um tratamento moral condizente e igualitário, sempre tratando cada pessoa como fim em si mesma, nunca como meio (coisa) para a satisfação de outros interesses ou interesses de terceiros. (FERNANDES, 2017, p. 408).

De fato, o reconhecimento da dignidade da pessoa humana como vetor constitucional implica em um dever de prestação tanto por parte do Estado que deve implantar políticas a fim de assegurar as liberdades individuais, como da sociedade que exerce a prestação negativa de não interferir nas escolhas pessoais.

⁶⁷ Pelo Sistema Vicariante o agente seria submetido, se imputável, às penas previstas no tipo penal e, se inimputável, teria o direito à redução de pena ou seria submetido à medida de segurança.

O Princípio da Dignidade Humana serve de limitação do poder estatal e está intimamente ligado à autonomia do indivíduo. Destarte, analisando as medidas de segurança sob essa ótica, e após a Constituição de 1988, resta evidente que a falta de limitação temporal vai além do tratamento dispensado ao indivíduo.

METODOLOGIA

Este artigo científico foi elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, visto que buscou explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas em livros, nas leis e na jurisprudência.

O método utilizado incluiu, também, uma investigação histórico-jurídica descrita por Gustin (2006, p.26) como “aquelas que, segundo o autor, analisam a evolução de determinado instituto jurídico pela compatibilização de espaço/tempo.”.

A análise dos dados coletados se deu por meio do método dedutivo-indutivo que, conforme descreve Gustin (2006), visa a esclarecer o conteúdo apresentado e a estender sua amplitude na tentativa de se trazer uma possibilidade de solução para o problema.

Por fim, realizou-se o trabalho por meio do método jurídico-propositivo, sugerido por Gustin (2006), além do questionamento das normas jurídicas que regulam as medidas de segurança, e a proposição de soluções a curto e a longo prazo do problema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do levantamento dos dados apresentados, verificou-se, quanto à evolução normativa das medidas de segurança que mesmo tendo passado por várias mudanças em seu procedimento, seu conceito continua se baseando na periculosidade do agente.

No que diz respeito à aplicação das medidas de segurança pelo Poder Judiciário, os resultados evidenciaram que ainda há divergência entre os Tribunais Superiores em relação à limitação temporal dessas medidas, e que as formas materiais de cumprimento ainda não foram discutidas por essas Cortes.

Finalmente, quanto ao tratamento dispensado às pessoas com deficiência, observou-se que tanto a norma internacional de regência quanto a Constituição Federal impõem que a aplicação das medidas de segurança seja modificada a fim de que se promova a recuperação do portador de sofrimento mental com o retorno desse indivíduo ao convívio familiar e social.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a atual forma de aplicação das medidas de segurança fere a dignidade humana, uma vez que trata o portador de doença ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado em confronto com a lei penal como alguém desprovido de dignidade. Esse tratamento vai de encontro ao tratamento igualitário previsto tanto na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência quanto na Constituição Federal

Deve-se igualmente atentar para o fato de que essas pessoas quando praticam um ilícito precisam ser tratadas de modo que tenham a oportunidade de se medicar, voltando tão logo ao convívio familiar e social. Em relação a isso, sugere o Estatuto da Pessoa com Deficiência tratamentos que tentem, ao seu máximo, inibir a internação manicomial.

Sugere-se, em um primeiro momento, que o Judiciário se comprometa com o tratamento digno das pessoas com deficiência que cometam ilícitos penais, recrudescendo o debate entre os tribunais superiores a fim de que sejam harmonizados os entendimentos desses tribunais, proporcionando simultaneamente respeito à individualização das medidas de segurança, maior segurança jurídica, menor arbítrio estatal e, perpassando tudo isso, maior respeito aos indivíduos.

Em longo prazo, é forçoso reconhecer que será necessária a positivação legal a respeito da aplicação das medidas de segurança, sem a qual elas não poderão cumprir o seu papel de tratamento do indivíduo, visando minimizar os problemas mentais para que ele seja reinserido na sociedade.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, César Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BRASIL. Código penal de 1940 versão original. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consultado em 29 de julho de 2017.

BRASIL. Código Penal de 1984 versão original. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181608>. Consultado em 30 de julho de 2017.

BRASIL. Decreto 1132 de 22 de dezembro de 1903. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1132-22-dezembro-1903-585004-publicacaooriginal-107902-pl.html>. Consultado em 29 de julho de 2017.

FERNANDES, Bernardes Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 9 ed. Salvador, JusPodivm: 2017.

FERRARI, Eduardo Reale. **Medidas de segurança e direito penal no estado democrático de direito**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. **(RE)Pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MIRABETE, JulioFabrini; FABRINI, Renato N. **Manual de direito penal: parte geral**. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos e direitos fundamentais: teoria geral**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de direito penal**. 13 ed. Rio de Janeiro, Forence: 2017.

ENGENHARIAS (CIVIL, MINAS E PRODUÇÃO)

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA PARA EQUIDADE SOCIAL POR MEIO DE PRODUTOS DE MODA: ESTUDO DE CASO NA APAC MASCULINA DE NOVA LIMA / MG

Alandes Ferreira de Paiva, Faculdades Kennedy⁶⁸

Daniel Fernandes Leite, Faculdades Kennedy⁶⁹

Luciana dos Santos Duarte, Faculdades Kennedy⁷⁰

Resumo: O presente trabalho realizou um estudo com base nas abordagens de inovação social, design de sistema para sustentabilidade, e engenharia do produto, visando a integração dos recuperandos da Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC) masculina de Nova Lima / MG. O objetivo central consiste no desenvolvimento de um projeto de sistema-produto de inovação social com produtos de moda sustentáveis, realizados com a mão de obra dos recuperandos e, assim, promovendo a ressocialização dos mesmos. Como objetivos específicos, constam: (a) o estudo das habilidades e competências dos recuperandos; (b) a pesquisa de sistemas de inovação social e mix de produtos de moda; (c) o delineamento de estratégias de integração de projeto – produção – sociedade – produtos, conforme os requisitos de design para sustentabilidade e equidade social. Inicialmente, a metodologia utilizada fundamenta-se em uma revisão de literatura sobre o estudo de produtos desenvolvidos em cárcere, em projetos de inovação social que integram presidiários à sociedade. Em seguida, foram realizadas visitas técnicas e realizaram-se entrevistas semiestruturadas e/ou desestruturadas com diversos atores. Os resultados obtidos foram alocados em critérios pertinentes da análise do impacto social, compreendendo os dados qualitativos sobre trabalho no cárcere e ressocialização via projetos, produção e produto. Finalmente, esta pesquisa buscou gerar resultados práticos, como a proposição de requisitos e modelo para ressocialização dos recuperandos da APAC, tendo o desenvolvimento de produto e a produção carcerária como vetores para o bem-estar social. A pesquisa teórica mostrou-se interdisciplinar, ao conjugar conhecimentos de diversas áreas como engenharia, sociologia, política e sustentabilidade.

Palavras-chave: *Design* de sistemas para sustentabilidade. Inovação social. Produção carcerária.

⁶⁸ Graduando do Curso de Engenharia de Produção da Faculdade Kennedy.

⁶⁹ Graduando do Curso de Engenharia de Produção da Faculdade Kennedy.

⁷⁰ Professora orientadora do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Kennedy.

INTRODUÇÃO

O conceito de moda apareceu no final da Idade Média e princípio da Renascença, na corte de Borgonha (atualmente parte da França), com o desenvolvimento das cidades e a organização da vida das cortes. A aproximação das pessoas na área urbana levou ao desejo de imitar: enriquecidos pelo comércio, os burgueses passaram a copiar as roupas dos nobres. Ao tentarem variar suas roupas para diferenciarem-se dos burgueses, os nobres fizeram funcionar a engrenagem – os burgueses copiavam, os nobres inventavam algo novo, e assim por diante. Desde seu aparecimento, a moda trazia em si o caráter estratificador (PALOMINO, 2003). Nesse sentido, a moda caracteriza-se como:

Fenômeno social ou cultural, mais ou menos coercitivo, que consiste na mudança periódica de estilo, e cuja vitalidade provém da necessidade de conquistar ou manter, por algum tempo, determinada posição social. (FREYRE, 2009, p. 28).

O design para sustentabilidade é caracterizado por: ampliar o conceito de sustentabilidade, questionar a função do produto, possibilitar influenciar os padrões de consumo exigentes e destacar a responsabilidade do consumidor (CASTRO ; CARRARO, 2008). De acordo com Vezzoli (2010), o design para a sustentabilidade, tido como uma área de conhecimento, ampliou seu escopo e atuação: “do design para o ciclo de vida (ou ecodesign) para o design de sistemas ecoeficientes (que envolve tanto o produto quanto o serviço) e para o design para a coesão e a igualdade social”. Ainda de acordo com o mesmo autor, são propostas as seguintes diretrizes de sistemas para a equidade e a coesão social:

- Aumentar a equidade e a justiça em relação aos atores envolvidos;
- Promover o consumo responsável e sustentável;
- Melhorar a coesão social;
- Incentivar o uso e a valorização dos recursos locais (VEZZOLI, 2010).

Trazendo a discussão do empoderamento para o campo do sistema prisional, é sabido que essa autoridade é nula ou quase nula de parte dos detentos, o que se pode constatar em uma das discussões do livro “Vigiar e punir” (FOUCAULT, 1987). O trabalho nos presídios, em geral, obedece a um direcionamento pré-estabelecido por uma rede de atores, desde os que criam a demanda, até os agentes que comercializam os produtos. Um exemplo de produto de moda, de reconhecimento

nacional, que é desenvolvido por uma diretora de criação e sua equipe, e manufaturado em presídios, é o caso dos produtos de moda da marca Doisélles. A empresa capacita os detentos para tricotar artigos de prêt-à-porter, com alto valor agregado, e paga-lhes salário pela produção (DOISELLES, 2017). Os produtos já foram comercializados no principal evento e feira de moda de Minas Gerais, o Minas Trend Preview, confirmando os valores somados ao produto ao longo de sua cadeia de valor e processo de desenvolvimento de produto.

A literatura indica que o trabalho no sistema prisional tende a apresentar consequências positivas, tanto para as empresas correlacionadas / demandantes de produção, quanto por parte da sociedade e do próprio cárcere. Por exemplo, um estudo sobre a reintegração social de detentos em uma penitenciária de Florianópolis, constatou que o trabalho prisional tem eficácia na busca da ressocialização do interno, melhorando o relacionamento entre os presos, diminuindo a frustração e baixando o índice de reincidência no crime (COSTA, 1998). Já os resultados de estudo de caso na penitenciária em Foz do Iguaçu confirmaram que há benefício com o trabalho dos presos para as empresas empregadoras, porquanto permitindo boa produtividade e baixos custos de produção, o que melhora a competição das firmas (SHIKITA e BROGLIATTO, 2007). A sociedade somente se sentirá protegida quando o preso for recuperado (CAMARGO, 2006). Por esse motivo a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é uma entidade que se dedica à recuperação e reintegração social dos condenados a penas privativas de liberdade, bem como socorrer a vítima e proteger a sociedade. Sua filosofia é 'Matar o criminoso e Salvar o homem', a partir de uma disciplina rígida, caracterizada por respeito, ordem, trabalho e o envolvimento da família do sentenciado. A APAC se diferencia do sistema carcerário comum, pois lá os presos (chamados de recuperandos, pois todos estão ali para se recuperar) são corresponsáveis pela própria recuperação, além de receberem assistência espiritual, médica, psicológicas e jurídicas prestadas pela comunidade. A segurança e a disciplina são feitas com a colaboração dos recuperandos, tendo como suporte funcionários, voluntários e diretores das entidades que representam cerca de 10% do efetivo, com isso não existem presença de policiais e agentes penitenciários, o que torna o sistema mais econômico para o governo.

O objetivo da APAC é gerar a humanização das prisões, sem deixar de lado a finalidade punitiva da pena. Assim é possível evitar a reincidência no crime, e proporcionar condições para que, o condenado se recupere e consiga a reintegração social. Na APAC, o recuperando ocupa sua mente com trabalho, hortas, cozinha, padaria, marcenaria, artesanatos e outras atividades durante todo o dia. 20% do dinheiro arrecadado com as atividades desenvolvidas são destinados para a manutenção da APAC, e o restante é revertido ao próprio recuperando, que pode comprar objetos pessoais ou ajudar sua família. Seu lema é: “Todo homem É MAIOR que seu erro”.

METODOLOGIA

Este projeto apresenta ênfase experimental, com estudos de casos com pesquisa e prática nos presídios. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e/ou desestruturadas com: recuperandos na APAC; um ex-detento, na Favela Morro do Papagaio; empresários da área de moda, que estimulam a produção carcerária; agentes penitenciários; um palestrante renomado e dedicado à humanização nos presídios e APACs; e com lojista da Savassi que estimula produção de artefatos com abordagem de projeto de produto para sustentabilidade. As entrevistas foram transcritas *ipsis literis*, destacando as verbalizações propositivas para a modelagem de um sistema-produto sustentável, envolvendo APAC – empresa – loja – consumidores – resíduos têxteis como matéria-prima – processo produtivo de costura. A proposta metodológica foi dividida em quatro etapas, e estão descritas a seguir nos materiais e métodos.

Etapas de Base Teórica

Foram realizados os estudos teóricos, com base nos periódicos da Capes, em bancos de pesquisa de universidade e do governo, assim foi possível adquirir informações, que nos deu todo o suporte para iniciarmos nossa pesquisa, usamos fortes referências de estudiosos que já pesquisaram sobre esse assunto. Com a

realização de estudos de casos semelhantes ao proposto neste projeto e analisando artigos que falam sobre design de sistemas para sustentabilidade, design para inovação social, produção carcerária, produtos de moda e processos de desenvolvimento de produto, foi possível notar uma oportunidade de melhora no sistema penitenciário brasileiro por meio da produção carcerária, consequentemente alcançar uma melhora na ressocialização dos condenados.

Etapas de Base Exploratória

Foram realizadas visitas técnicas à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), em Nova Lima/MG, que conta com Detentos do sexo Masculino e Feminino. As detentas realizam algumas atividades produtivas como: Artesanato e Pintura. A APAC conta com quatro detentas do sexo feminino e 86 do sexo masculino, devido à alta rotatividade esses números são alterados frequentemente.

Devido ao baixo número de detentas, na APAC de Nova Lima, foi preciso realizar uma mudança para os detentos do sexo masculino, pois eles possuíam maior número de equipamentos e uma prática mais eficaz no quesito produção têxtil. Durante a etapa exploratória percebemos que na APAC não existe detento, afinal, “o crime ficou lá fora”, o que entra na APAC são homens e mulheres que buscam a recuperação e por esse motivo são chamados de recuperandos.

Foram feitas Colheitas de várias informações relevantes para o desenvolvimento do trabalho, como capacidade produtiva, quantidade de máquinas, mão de obra capacitada, cursos ofertados e foi possível ver de perto a rotina dos recuperandos. Também foi realizada uma visita ao sistema comum juntamente ao Tio Flavio (Responsável por diversos projetos sociais). Durante essa visita foi possível sentir a diferença entre os dois sistemas, mesmo o condenado do sistema comum, custando duas vezes mais que o condenado da APAC vive em uma condição subumana. Uma das entrevistas realizada nesta pesquisa foi com o líder social e presidente da associação do Morro do Papagaio, Júlio Fessô, que já foi preso diversas vezes no sistema comum, mas que hoje faz palestras conscientizando os jovens sobre as vantagens de se viver longe das drogas e dos crimes.

Foram relatados, também, os dizeres do empresário Rogério Lima, que tem vasta experiência com a produção no cárcere e que passou um pouco da sua expertise para agregar valor ao nosso projeto.

Etapas de Base Experimental

As informações da etapa teórica com a etapa exploratória são articuladas de acordo com as visitas e entrevistas que foram feitas no decorrer do trabalho. Foram realizadas pesquisas para desenvolver e engajar o trabalho na implementação de um projeto de sistema-produto, baseamos na experiência de empresários, que já fazem esse tipo de trabalho, acrescentamos todo o conhecimento adquirido nas disciplinas de qualidade, produção, manufatura, planejamento e desenvolvimento de produto, marketing, gestão ambiental, gestão de pessoas, e valorizando a mão de obra de recuperandos para produzir produtos de baixa complexidade produtiva, para fins experimentais. Assim foi possível validar as estratégias delineadas, com implementação de ferramentas da qualidade aplicando no processo de produção foi possível realizar a confecção de um pequeno mix de produtos de moda na APAC de Nova Lima com o apoio dos recuperandos e de parceiros que fizeram a doação da matéria prima. Os resultados obtidos foram alocados em critérios pertinentes da análise do impacto social, com dados qualitativos sobre empoderamento no cárcere e ressocialização via projeto, produção e produto. Ao final, foi apresentado um mapa de sistema de serviço-produto sustentável, integrando a APAC com o mercado consumidor.

Etapas de Base Conclusiva

Foi elaborado o mapa de um sistema-produto para sustentabilidade, delineando fluxos de valores, pessoas, materiais e produtos, e enfatizando a abordagem de equidade social. Esta pesquisa buscou gerar resultados práticos, como a proposição de requisitos e modelo para ressocialização dos recuperandos da APAC, tendo o desenvolvimento de produto e a produção carcerária como vetores

para o bem-estar social. A pesquisa teórica mostrou-se interdisciplinar, ao conjugar conhecimentos de diversas áreas como engenharia, sociologia, política e sustentabilidade. Finalmente, nos aspectos conclusivos da pesquisa foi apresentada a compreensão dos resultados analisados e indicaram-se novas possibilidades de pesquisas, a partir desta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi feito um trabalho que procurou investigar como viabilizar projeto de sistema produto, interagindo com diversos atores em função a APAC, operários, por meio de entrevistas semiestruturadas, base teórica, base exploratória e base experimental. Ao final os resultados obtidos de um mapa sistema produto, que envolve a produção de mix de produtos em que mostra os processos de produção, logística, parcerias, vendas, produtos e materiais. O projeto é complexo, pois demanda interação em muitas partes e estabelece elos com empresários, APAC e consumidor. O projeto mostra que é viável com aplicação do conhecimento de engenharia de produção, gestão de projeto de pessoas, logística reversa e abordagem de sistema.

O projeto sistema produto é uma abordagem viável, pois a questão central da APAC é ressocializar o recuperando por meio do trabalho e da produção carcerária. Para que seja viável essa vocação da APAC, de reintegrar os recuperandos à sociedade, são necessários alguns mecanismos. Desses mecanismos as ferramentas e conhecimentos de engenharia de produção, design de sistemas de produto sustentável, se mostraram uma alternativa viável para a realidade da APAC.

Essa pesquisa mostrou que é viável criar o projeto de sistema produto sustentável para APAC de Nova Lima/MG, acredita-se que essa abordagem pode ser passada para outras APACs, o projeto está aberto para pesquisas futuras, para criar um conhecimento maior sobre os treinamentos dos recuperandos, métodos de ensino do ofício e fazer a implementação desse sistema.

REFERÊNCIAS

CASTRO, M. L.; CARRARO, C. L. **O resgate da ética no design: a evolução da visão sustentável.** In: 8º CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM DESIGN. São Paulo, 2008.

COSTA, A. M. **O trabalho prisional e a reintegração social do detento: um estudo de caso no presídio masculino de Florianópolis.** Dissertação, Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998, 158 p.

DOISELLES. Desenho em tricô. Disponível em: <<http://www.doiselles.com.br/>>. Acessado em 13 março 2017.

FLINTERMAN, W. **The limits of private social codes as a means of governing labour.** DevelopmentISSues, Vol. 14, N. 1, Jun. 2012, p. 12-14.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987. 288p.

FREYRE, G. **Modos de homem & modas de mulher.** São Paulo: Global, 2009.

MANZINI, E.; VEZZOLI, C. **O desenvolvimento de produtos sustentáveis.** São Paulo: EdUSP, 2005.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Levantamento nacional de informações penitenciárias – Infopen, Junho de 2014. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-na-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>>. Acesso em: 13 de março 2017.

PALOMINO, E. **A moda.** São Paulo, Publifolha, 2003.

QUEIROZ, L. L. **Utopia da sustentabilidade e transgressões no design.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, 215 p.

ROZENFELD, H. et al. **Gestão de desenvolvimento de produtos: uma referência para melhoria do processo.** São Paulo: Saraiva, 2006, 542 p.

SHIKIDA, P. F. A, BROGLIATTO, S. R. M. **O trabalho atrás das grades: um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu – PEF (PR).** Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 4, n. 1, p. 128-154, jan-abr/2008, Taubaté, SP, Brasil.

SLACK, N. et al. **Administração da produção.** São Paulo: Atlas, 1997, 754 p.

VEZZOLI, C. **Design de sistemas para a sustentabilidade.** Salvador: EDUFBA, 2010.

DIRETRIZES PARA A CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL LEED E AQUA NA CONSTRUÇÃO CIVIL EM BELO HORIZONTE

Camila Márcia Leão⁷¹

Vanêssa Cruz Trigueiro⁷²

Victor Vinicius de Jesus Elias⁷³

Sirlei Geraldo de Azevedo⁷⁴

Resumo: O setor da Construção Civil tem incorporado cada vez mais práticas sustentáveis no ciclo de vida das edificações. O objetivo do trabalho é estabelecer diretrizes para se obter as Certificações Ambientais LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) e AQUA (Alta Qualidade Ambiental), assim como levantar questões que motivaram os empreendimentos a buscar estas certificações, dificuldades encontradas durante o processo e benefícios alcançados. Para isso, foram realizadas visitas e aplicados formulários em empresa de consultoria para certificação LEED, entidade certificadora AQUA e empreendimentos certificados em ambas localizados no município de Belo Horizonte. A pesquisa apresenta também estudos comparativos entre dados relacionados ao tema obtidos em bibliografia e resultados encontrados. Neste estudo podemos perceber que no município de Belo Horizonte as questões ambientais vêm superando o aspecto financeiro na busca pelas Certificações Ambientais LEED e AQUA, sendo os problemas encontrados durante o processo de certificação, decorrentes do baixo índice de empreendimentos que buscam pelas certificações na região.

Palavras-chave: Certificação ambiental. Construção sustentável. Certificação. LEED. Certificação AQUA.

⁷¹Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy. E-mail: camilamarcia@hotmail.com

⁷²Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy. E-mail: vanessa.trigueiro@hotmail.com

⁷³Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy. E-mail: victor.elias14@yahoo.com.br

⁷⁴Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy. E-mail: sirleigazevedo@gmail.com

INTRODUÇÃO

As certificações Leadership in Energy & Environmental Design (LEED) e Alta Qualidade Ambiental (AQUA), foram criadas para garantir menores impactos e melhores performances do sistema e do edifício. Avaliam os aspectos construtivos, climáticos e ambientais, levando em conta não somente a edificação em si, mas também o seu entorno e a relação com a cidade e ambiente global.

Este artigo tem como objetivo apresentar diretrizes para Certificação Ambiental LEED e AQUA na Construção Civil, por meio de estudos de casos no município de Belo Horizonte. Também será identificada as motivações, benefícios e os problemas/dificuldades mais encontrados durante o processo de Certificação, permitindo com isso orientar os Stakeholders para que seja cada vez mais frequente a busca pela sustentabilidade na Construção Civil

Sendo assim, o conhecimento e a comparação entre as certificações AQUA e LEED, irá trazer benefícios à sociedade, incorporadores, projetistas, construtores, fornecedores e usuários irão responder a muitas perguntas como: O que se significa ter Certificado Ambiental? Quais os ganhos diretos e indiretos da Certificação Ambiental? Como obter uma Certificação Ambiental com sucesso? Quais os pontos fortes e fracos, essenciais para um Planejamento adequado de uma edificação em todos os ciclos de vida?

Barros (2012), por meio de questionários aplicados, concluiu que as maiores motivações para se buscar uma Certificação Ambiental LEED seria a melhoria da imagem, oportunidade de lucro, vantagem competitiva, gestão ambiental e redução dos custos operacionais. Quanto aos benefícios proporcionados pelas certificações, os itens mais mencionados foram: imagem, diferenciação e valorização do produto, tornar o empreendimento mais atraente, novas oportunidades negócio e redução nos custos de investimento, operação e manutenção.

METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido no município de Belo Horizonte, tendo como universo da pesquisa entidades certificadoras LEED e AQUA, consultores, empreendimentos certificados e órgão público gestor da regulação urbana municipal.

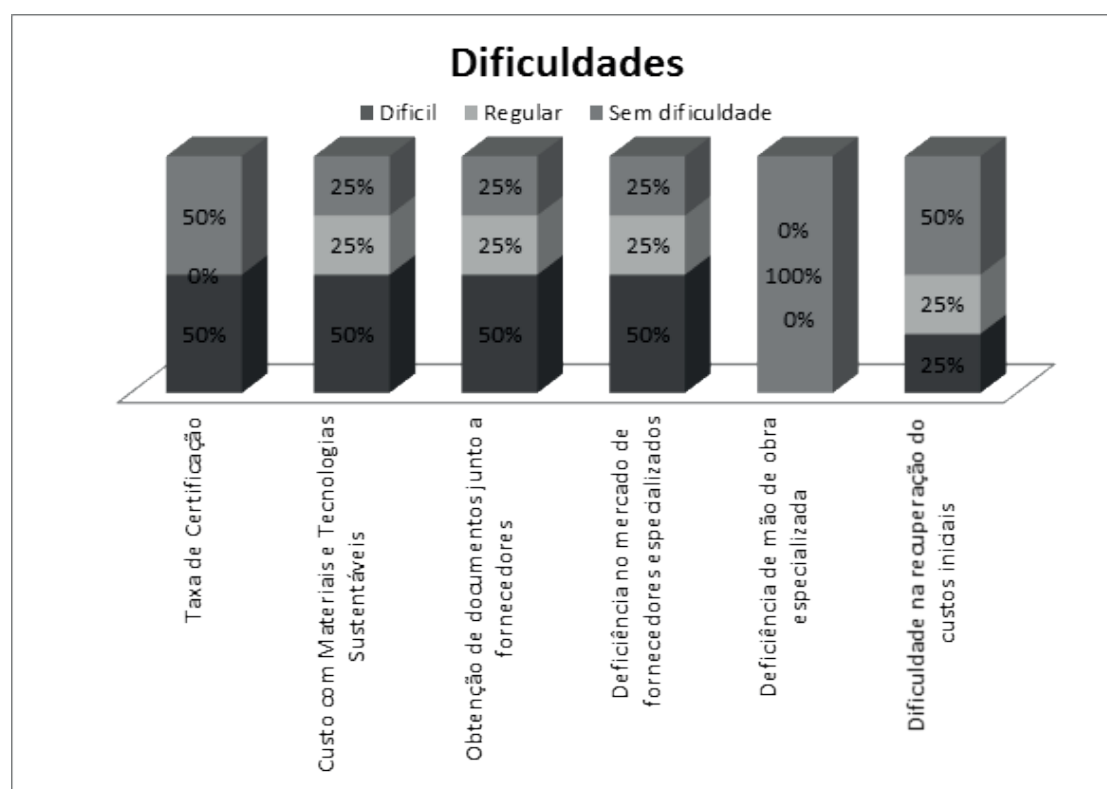
A metodologia empregada teve uma abordagem do tipo indutiva, realizada por meio de pesquisas exploratórias e descritivas. Foram elaborados e enviados, via e-mail, formulários em formato check in list, compostos por indicadores e itens quanti-qualitativos com o objetivo de avaliar quais os principais motivos que levaram as empresas a buscarem as certificações AQUA e LEED, bem como os principais benefícios e dificuldades decorrentes do processo de certificação.

O formulário para as entidades certificadoras AQUA e LEED foram aplicados na Fundação Vanzolini e na empresa consultora EcoBuilding, respectivamente. Quanto aos empreendimentos com Certificação AQUA, no município de Belo Horizonte, existem apenas dois empreendimentos, sendo que, somente um deles contribuiu para a pesquisa. Quanto à certificação LEED, dentre cinco empreendimentos certificados, quatro contribuíram com informações para a pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca por uma melhor qualidade de vida, a priorização da construção sustentável, assim como a redução de custos operacionais, a vantagem competitiva e o objetivo de tornar aquele empreendimento um exemplo para os demais, foram as principais motivações mencionadas para que os empreendimentos busquem pela Certificação Ambiental LEED, todos com 75% das respostas. Com as informações coletadas, foi possível perceber, ainda, que a exigência de clientes e governo, mesmo com seus incentivos aos empreendimentos, é o item menos atrativo para os empreendedores, sendo mencionados, apenas, por uma das edificações como um fator relevante.

Figura 1 – Dificuldades encontradas durante o processo de Certificação LEED



Dentre os dados levantados na pesquisa, a Certificação LEED possibilitou uma redução nos danos causados ao meio ambiente a todos os empreendimentos (100%), seguida da melhoria da imagem e valorização do empreendimento, qualidade de vida e aumento na produtividade, conforto e saúde de seus usuários, com 75% das respostas. O item benefícios econômicos foi o menos mencionado pelas edificações, sendo que 50% delas consideram este aspecto como regular e o restante como sem importância.

Nos estudos de Barros (2012), os principais aspectos motivadores e benefícios proporcionados pela Certificação LEED se baseavam nas questões financeiras, sendo pouco citadas as questões ambientais. No entanto, neste estudo, podemos perceber uma maior preocupação dos empreendimentos com relação às questões ambientais. Isto se deve à mudança de paradigmas na Construção Civil que vem demonstrando maior interesse nas questões ambientais e na implantação de práticas sustentáveis.

Durante a Certificação Ambiental são encontradas dificuldades que atrasam o processo e que também podem tornar a busca pela certificação pouco atrativa para

os empreendimentos. Como mostra a FIGURA 1, o fator econômico é um item bem frequente nas respostas.

Para os empreendedores desta pesquisa, as dificuldades mais pontudas durante o processo de certificação LEED foram: taxa de certificação, custo com materiais e tecnologias sustentáveis, a obtenção de documentação junto a fornecedores e a deficiência no mercado de fornecedores especializados. Estas dificuldades estão de acordo com os dados levantados por Barros (2012).

Em visita realizada a um empreendimento com certificação AQUA, foi relatado que as motivações que levaram o empreendimento buscar a certificação foi a busca por uma gestão ambiental e a preocupação em trazer qualidade de vida e conforto aos seus ocupantes, assim como redução nos custos operacionais. Quanto aos benefícios, um dos principais fatores foi o aspecto econômico, como a redução nos custos de investimentos, operacionais e de manutenção. Dentre as dificuldades encontradas durante o processo de certificação, foram enfatizadas as dificuldades na obtenção das documentações junto aos fornecedores, custos com materiais e tecnologias sustentáveis e dificuldades na criação de parâmetros de simulação energética e dos ensaios de materiais.

No processo de certificação LEED o empreendimento é avaliado e pontuado em oito categorias temáticas, em que deve obter de 40 a 110 pontos. Por meio da pontuação obtida será definido o nível de certificação: Certificação Básica (26 a 32 pontos), Prata (33 a 38 pontos), Ouro (39 a 51 pontos) e Platina (52 a 69 pontos). A obtenção da Certificação LEED ocorre por meio de uma plataforma online do GBCI, onde os dados serão analisados e enviados ao GBC americano.

No processo de certificação AQUA todos os documentos necessários são analisados pela Fundação Vanzolini. Durante auditorias, é analisada a implantação do Sistema de Gestão do Empreendimento (SGE) e da Qualidade Ambiental do Empreendimento (QAE), etapa no qual o edifício é avaliado em 14 categorias, classificadas em um dos três níveis: Base (bom), Boas Práticas (superior) ou Melhores Práticas (excelente). Para que o empreendimento seja certificado, deve alcançar no mínimo um perfil de desempenho com três categorias no nível Melhores Práticas, quatro categorias no nível Boas Práticas e sete categorias no nível Base.

CONCLUSÕES

Neste estudo podemos perceber que no município de Belo Horizonte as questões ambientais vêm superando o aspecto financeiro na busca pelas Certificações Ambientais LEED e AQUA, sendo os problemas encontrados durante o processo de certificação, decorrentes do baixo índice de empreendimentos, que buscam pelas certificações na região. As Certificações em Sustentabilidade estão deixando de ser tratadas de maneira mercadológica e econômica, e sendo vistas como uma forma de buscar um ambiente saudável para todos. O Engenheiro Civil tem um papel importante neste aspecto, sendo um dos responsáveis por apresentar aos empreendedores os Certificados em Sustentabilidade, apontar seus benefícios e divulgar em meio acadêmico a importância que a Construção Civil tem em direcionar a sociedade para esta nova tendência de mercado.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ana D. **A Adoção de sistemas de avaliação ambiental de edifícios (LEED e AQUA) no Brasil: motivações, benefício e dificuldades**. 208f. Tese (Mestrado) – Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia, Universidade de São Paulo, 2012.

FUNDAÇÃO VANZOLINI. O processo AQUA-HQE. Disponível em: <https://vanzolini.org.br/aqua/certificacao-aqua-em-detalhes/>. Acesso em: 08 de nov. 2017.

GBC BRASIL. Certificação LEED. Disponível em: <http://www.gbcbrazil.org.br>. Acesso em: 08 de nov. 2017.

QUALIDADE EM SERVIÇOS: ESTUDO DE CASO DE UM RESTAURANTE DE PEQUENO PORTE NA CIDADE DE BELO HORIZONTE/MG

Camila Marques Generoso⁷⁵

Eduardo Gonçalves Magnani⁷⁶

Resumo: Uma das principais maneiras de uma empresa de serviços diferenciar-se dos concorrentes é prestar serviços de alta qualidade. A chave é atender ou exceder às expectativas de qualidade dos consumidores alvos. O objetivo deste trabalho é identificar a qualidade de serviços e satisfação do cliente, utilizando para análise o estudo de caso de um restaurante de pequeno porte, da cidade de Belo Horizonte/MG. Foi elaborado um questionário contendo 22 perguntas, onde todas as respostas deverão ser classificadas entre muito ruim, ruim, satisfatório, bom, excelente e não sei. Como resultado foi possível verificar os três pontos críticos que são o aspecto físico das paredes, o aspecto físico dos funcionários e a variedade do cardápio como os mais críticos. Avaliamos, também, os três itens de melhor índice da pesquisa, a fim de manter ou elevá-los que foram: higiene e utensílios, cordialidade e formas de pagamento. Sugerimos a continuação e ampliação do estudo de caso, ouvindo as reclamações dos clientes, para que posteriormente atendam suas expectativas, aumentando o nível de qualidade no serviço prestado e desenvolva vantagens competitivas sólidas.

Palavras-chave: Qualidade de serviços. Concorrentes. Satisfação. Restaurante.

INTRODUÇÃO

O estudo da qualidade dos serviços merece destaque, pois as instituições devem conhecer e entender as expectativas e percepções dos clientes, buscando oportunidades de melhoria para obter êxito na sua atuação enquanto prestadora de serviços.

⁷⁵Engenheira Ambiental e Sanitária – Universidade Federal de Lavras. Bacharelanda do Curso de Engenharia de Produção – Faculdade Kennedy de Belo Horizonte. Bolsista de Iniciação Científica pelo NPP - Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa. generoso.mila@gmail.com.

⁷⁶Engenheiro Metalúrgico, Mestre em Engenharia Mecânica – Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Faculdade Kennedy de Belo Horizonte. eduardogmagnani@yahoo.com.br.

O problema identificado no restaurante em estudo é o de manter o padrão de qualidade de seus serviços, analisando possíveis lacunas nesse serviço, que podem de alguma forma, interferir no relacionamento e satisfação dos clientes. Por meio de um estudo de caso iremos identificar a qualidade de serviços e a satisfação do cliente em um restaurante de pequeno porte, da cidade de Belo Horizonte/MG.

Diante disso, a elaboração da pesquisa de satisfação trará a percepção do nível de qualidade do serviço pelo cliente e empreendedor em um restaurante de pequeno porte, de forma a contribuir para possíveis melhorias no que tange o serviço prestado.

A necessidade de ampliar a realização de pesquisas na área de qualidade em serviços e a carência de conhecer as expectativas dos clientes são as justificativas para a realização do estudo. Os clientes e frequentadores do restaurante ajudarão com o intuito de propor sugestões de melhorias na prestação dos serviços, tendo operações internas mais confiáveis e eficientes para o caso estudado.

Serviço é um “produto intangível, podendo ser entendido como uma ação ou um desempenho que cria valor por meio de uma mudança desejada no cliente ou em seu benefício” (DIAS, 2003, p. 106).

Uma das principais maneiras de uma empresa de serviços diferenciar-se dos concorrentes é prestar serviços de alta qualidade. A chave é atender ou exceder às expectativas de qualidade dos consumidores alvos. Suas expectativas são formadas por experiências passadas, divulgação boca a boca e propaganda da empresa de serviços (KOTLER, 2012).

Conforme Pigatto e Lemos (2014), o setor alimentício, principalmente os que oferecem alimentações fora do domicílio, sofreu um aumento na movimentação de pessoas que vivem nos centros urbanos e também na arrecadação financeira.

Essas alterações no comportamento alimentar das pessoas ocorreram em função da falta de tempo para o preparo e consumo dos alimentos, o que resulta em busca por praticidade e rapidez e no deslocamento das refeições de casa para estabelecimentos comerciais (SANTOS et al., 2011).

METODOLOGIA

Realizamos uma coleta de dados por meio de visita técnica ao restaurante estudado. Sendo essa visita guiada por um membro da administração do estabelecimento. Essa coleta de dados baseou-se a partir dos fatores considerados importantes, a saber, atendimento, funcionários, cardápio, preço, tempo de fila, equipamentos, instalações e gestão, e, posteriormente, foi elaborada uma análise dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este é um estudo de caso, realizado por meio de uma pesquisa de campo no Restaurante Aurora Self-Service que ocorreu no período do mês de agosto de 2017.

a) Percepção da qualidade na visão da proprietária

A proprietária considera que seu estabelecimento oferece uma qualidade adequada a seus clientes, mas admite que melhorias são necessárias em seu espaço físico, tal como a reformulação do layout. Ressaltou também que o espaço reduzido do ambiente é um dos fatores negativos que levam a perda dos clientes. Indicou que a clientela é composta por funcionários dos comércios próximos e em sua maioria é fixa.

b) A percepção da qualidade na visão dos clientes

Na pesquisa realizada, num primeiro momento, buscou-se traçar o perfil dos clientes por intermédio da identificação de fatores como sexo, faixa etária, frequência ao restaurante e seu motivo de escolha. Também foi levantado os níveis de satisfação geral em relação ao estabelecimento. Foram expostos questionamentos em relação ao ambiente interno do restaurante aos entrevistados, tais como aspectos físicos, atendimento e buffet do local, conforme tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 - Avaliação dos Clientes: Aspecto físico do restaurante

Questionamento	Respostas					
	Muito Ruim	Ruim	Satisfatório	Bom	Excelente	Não Sei
Limpeza (chão, balcão, mesa, cadeiras, tolhas e uniformes)	0%	0%	24%	49%	27%	0%
Higiene de utensílios	0%	0%	16%	35%	49%	0%
Qualidade dos talhares e pratos	2%	0%	18%	37%	43%	0%
Iluminação do ambiente	0%	0%	14%	47%	39%	0%
Posição do buffet	0%	2%	33%	41%	24%	0%
Posição das mesas	0%	6%	29%	43%	22%	0%
Aspecto físico das paredes	2%	12%	37%	33%	14%	2%
Clima do ambiente	0%	0%	16%	59%	25%	0%
Acesso ao restaurante	0%	0%	8%	47%	45%	0%

Fonte: Autores, 2017.

Tabela 2 - Avaliação dos Clientes: Atendimento do restaurante

Questionamento	Respostas					
	Muito Ruim	Ruim	Satisfatório	Bom	Excelente	Não Sei
Cordialidade	0%	0%	2%	24%	75%	0%
Tempo de fila ou espera	2%	0%	10%	41%	45%	2%
Aspecto físico dos funcionários (utilização de uniforme, cabelos presos corretamente ou uso de toca, avental limpo, unha aparada e barba aparada)	0%	6%	16%	39%	37%	2%

Fonte: Autores, 2017

Tabela 3 - Avaliação dos Clientes: Análise de buffet

Questionamento	Respostas					
	Muito Ruim	Ruim	Satisfatório	Bom	Excelente	Não Sei
Qualidade geral da refeição e bebida	0%	0%	14%	41%	45%	0%
Variedade do cardápio	0%	6%	27%	39%	27%	0%
Sabor e aroma dos alimentos	0%	0%	14%	49%	37%	0%
Preço dos produtos/serviços	0%	0%	16%	51%	33%	0%
Formas de pagamento	0%	0%	6%	31%	63%	0%

Fonte: Autores, 2017.

Na pesquisa, identificamos três pontos críticos, ou seja, os três itens da pesquisa de menor resultado para se planejar ações para elevar o índice de qualidade dos serviços. Apontou-se o aspecto físico das paredes, aspecto físico dos funcionários e a variedade do cardápio como os mais críticos. Avaliamos, também, os três itens de melhor índice da pesquisa, a fim de manter ou elevá-los, que foram: higiene e utensílios, cordialidade e formas de pagamento.

CONCLUSÕES

O objetivo da pesquisa foi o diagnóstico da qualidade dos serviços oferecidos pelo restaurante Aurora Self-Service no município de Belo Horizonte/MG. Permitido a proprietária implantar estratégias que proporcionem um melhor posicionamento no mercado e assim estar sempre atualizada quanto às mudanças ocorridas.

Como sugestão ao restaurante, será de grande importância a continuação e ampliação do estudo de caso, ouvindo as reclamações dos clientes, para que posteriormente atendam suas expectativas, aumentando o nível de qualidade no serviço prestado e desenvolva vantagens competitivas sólidas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o criador, e a todos que contribuíram para o estudo de caso.

REFERÊNCIAS

DIAS, S. R. (coord.). **Gestão de marketing**. São Paulo: Saraiva, 2003.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.

PIGATTO, G; LEMOS, G. O. **Critérios de seleção de fornecedores de hortaliças para restaurantes comerciais**. In: Anais ENEGEP, XXXIV Encontro nacional de Engenharia de Produção, Curitiba, 2014.

SANTOS, M. V.; PROENÇA, R.P.C; FIATES, G.M.R.; I CALVO, M.C.M. **Os Restaurantes por peso no contexto de alimentação saudável fora de casa**. Revista de Nutrição, Campinas, v. 24, n. 4, ago. 2011.

AVALIAÇÃO DA AUTOCICATRIZAÇÃO DO CONCRETO PARA COLMATAÇÃO DE FISSURAS EM ESTRUTURAS DE CONCRETO ARMADO

Cristiano Bertolini⁷⁷

Denison de Castro⁷⁸

Edson Salomão⁷⁹

Elieu José⁸⁰

Resumo: Este resumo apresenta um estudo experimental sobre o aditivo redutor de permeabilidade (ARP) em diferentes tipos de cimento Portland nacionais. O objetivo deste estudo é avaliar os efeitos do ARP, principalmente como impermeabilizante. Também foram analisadas as propriedades relacionadas à durabilidade pela penetração da água sob pressão, e absorção de água por capilaridade.

Palavras-chave: Aditivo redutor de permeabilidade (ARP). Cimentos Portland. Concretos autocicatrizantes. Durabilidade.

INTRODUÇÃO

O concreto é o material de construção mais utilizado em todo o mundo. Segundo Mehta e Monteiro (1994), as razões para que o concreto seja largamente empregado na engenharia reside nas seguintes características: primeiramente ele possui excepcional resistência à água, conferindo às estruturas capacidade de resistir à ação da água sem sofrer sérias deteriorações. A segunda razão está na facilidade de manuseio e moldagem do concreto permitindo uma variedade de formas e tamanhos de peças. A terceira razão traduz-se no custo do material, uma vez que ele é normalmente mais barato e mais facilmente disponível no canteiro de obras devido à disponibilidade de sua matéria-prima.

⁷⁷Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy.

⁷⁸Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy.

⁷⁹Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy.

⁸⁰Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy.

O concreto possui também outras características que o tornam um material vantajoso, tais como elevada resistência à compressão, durabilidade e desempenho, que garante vida útil satisfatória às estruturas. É fundamental que as estruturas de concreto desempenhem suas funções, mantenham a resistência e a utilidade que delas se espera, durante um período de vida (NEVILLE, 1997). Assim, conforme Neville (1997) o concreto deve poder suportar o processo de deterioração ao qual se supõe que venha a ser submetido. Nessas condições, o concreto é considerado durável. A durabilidade é, então, o resultado da interação entre a estrutura de concreto, o ambiente e as condições de uso, operação e manutenção.

Contudo, observa-se hoje uma crescente degradação precoce das estruturas. Isaia (2011) relata que uma das principais causas de deterioração prematura das estruturas foi o critério adotado por projetistas e executores em considerar a resistência mecânica como principal parâmetro de projeto, minimizando questões relacionadas à durabilidade e técnicas executivas.

A durabilidade inadequada de uma estrutura pode ser causada por diversos fatores, como por exemplo, a fissuração, uma vez que as fissuras permitem a entrada de agentes agressivos. Ainda, a fissuração pode ser prejudicial à estanqueidade e à transmissão acústica de estruturas ou afetar sua aparência.

As fissuras são inerentes ao material concreto devido à sua baixa resistência a tração. Portanto, é de fundamental importância o controle da abertura dessas fissuras. Isso geralmente é feito executando corretamente as etapas de produção do material e da estrutura.

Existem diversos estudos visando à minimização da fissuração e permeabilidade/porosidade do concreto. Dentre esses estudos pode-se citar o processo de autocicatrização do concreto. Repette (2011) enfatiza que os estudos desenvolvidos objetivam o aumento da capacidade de cicatrização natural de concretos que tem sua eficácia limitada por diversos fatores. A cicatrização natural ocorre pelo preenchimento das fissuras com produtos de hidratação das porções anidras do cimento remanescentes pela água que penetra pelo concreto (REPETTE, 2011). Ainda segundo Repette (2011), o aumento da capacidade de autocicatrização se dá, basicamente, pela introdução de fibras que reduz a abertura de fissuras, pelo

uso de agentes retentores de água, que proporciona maior umidade ao concreto nas proximidades das fissuras e pelo uso de agentes cicatrizantes poliméricos ou biológicos. Moreira (2016) menciona em seu estudo que a adição de aditivos redutores de permeabilidade ou aditivos cristalizantes também funciona como mecanismo de autocicatrização do concreto. Esses aditivos atuam por meio da cristalização capilar e são materiais hidrofílicos, reagindo facilmente com a água, originando depósitos insolúveis, ocasionando bloqueios nos poros e nas fissuras.

No Brasil essa tecnologia foi utilizada nas concretagens da laje de subpressão do Museu de Imagem e do Som (M.I.S) em Copacabana e da Cobertura Fluida do Museu de Arte do Rio (M.A.R) no centro do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, a finalidade dessa pesquisa é avaliar as propriedades da autocicatrização de concretos produzidos com cimento Portland, utilizando o aditivo redutor de permeabilidade.

METODOLOGIA

Não foi possível realizar pesquisa experimental devido às dificuldades de obtenção de material e a pesquisa desenvolvida foi do tipo Bibliográfica. Segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Para cumprir os objetivos propostos, a pesquisa foi dividida nas seguintes etapas:

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Realizada em livros, teses, dissertações, artigos científicos nacionais e internacionais e trabalhos realizados em instituições de ensino, consistindo um conjunto de informações pertinente para realização deste artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados extraídos das bibliografias consultadas serão avaliados e discutidos levando-se em consideração os parâmetros utilizados nos processos.

Os dados obtidos resultaram em um artigo científico e será apresentado à comunidade em geral através de pôsteres utilização do laboratório da Instituição.

CONCLUSÕES

Analisando os resultados obtidos, pode-se chegar a algumas conclusões, as quais são listadas a seguir:

O aditivo cristalizante, quando adicionado ao concreto, promove um aumento na consistência.

O cristalizante provoca um aumento no tempo de início de pega dos Concretos.

O cristalizante aumenta a resistência tanto à tração quanto à compressão do concreto, quando adicionado ao concreto.

A presença do aditivo cristalizante apresentou redução na porosidade e na absorção de água quando imersos somente quando utilizado o cimento CPIII, para a idade avaliada que foi de 28 dias.

Com o teste do cachimbo, foi comprovado que o aditivo cristalizante reduziu a permeabilidade do CCP III com mais eficiência que do CCPV

Portanto, conclui-se que o cristalizante reagiu melhor no concreto com cimento CP III.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 5738:** Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova. Rio de Janeiro, 2008.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 5739:** Concreto - Ensaios de compressão de corpos de prova cilíndricos. Rio de Janeiro, 2007.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 11768:** Aditivos químicos para concreto de cimento Portland - Requisitos. Rio de Janeiro, 2011.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 12653:** Materiais Pozolânicos - Requisitos. Rio de Janeiro, 2012.

AÏTCIN, Pierre-Claude. **Concreto de alto desempenho.** São Paulo: Pini, 2002.

ANDRADE, Jairo J. O.; TUTIKIAN, B. F. **Resistência Mecânica do Concreto.** In: ISAIA, G. C. Concreto: Ciência e Tecnologia. São Paulo: IBRACON, 2011. 1 v. cap. 17. p. 615-651.

BATTAGIN, Arnaldo Forti. Cimento Portland. In: ISAIA, G. C. **Concreto: Ciência e Tecnologia.** São Paulo: IBRACON, 2011. 1 v. cap. 6. p. 185-232.

CINCOTTO, Maria Alba. **Reações de Hidratação e Pozolânicas.** In: ISAIA, G. C. Concreto: Ciência e Tecnologia. São Paulo: IBRACON, 2011. 1 v. cap. 11. p. 381-413.

DAL MOLIN, Denise C. C. Adições Minerais. In: ISAIA, G. C. **Concreto: Ciência e Tecnologia.** São Paulo: IBRACON, 2011. 1 v. cap. 8. p. 261-309.

FUSCO, Péricles B. **Tecnologia do concreto estrutural.** São Paulo: Pini., 2008.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HARTMANN, Carine; JEKNAVORIAN, Ara; SILVA, Denise; BENINI, Humberto. Aditivos Químicos para concretos e cimentos. In: ISAIA, G. C. **Concreto: Ciência e Tecnologia.** São Paulo: IBRACON, 2011. 1 v. cap. 1. p. 01-55.

ISAIA, Geraldo C. **A evolução do concreto estrutural.** In: ISAIA, G. C. Concreto: Ciência e Tecnologia. São Paulo: IBRACON, 2011. 1 v. cap. 10. p. 347-380.

MEHTA, P. Kumar; MONTEIRO, Paulo J. M. **Concreto: estrutura, propriedades e materiais.** São Paulo: Pini., 1994.

MOREIRA, Mirellen M. **Efeito do aditivo redutor de permeabilidade em concretos com diferentes tipos de cimento Portland – Contribuição aos processos de autocicatrização.** Dissertação (Mestrado) – Departamento de Engenharia Civil e Ambiental – Faculdade de Tecnologia – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

NEVILLE, Adam M. **Propriedades do concreto**. São Paulo: Pini., 1997.

PAULON, Vladimir; KIRCHHEIM, Ana Paula. Nanoestrutura e Microestrutura do concreto endurecido. In: ISAIA, G. C. **Concreto: Ciência e Tecnologia**. São Paulo: IBRACON, 2011. 1 v. cap. 16. p. 585-614.

REPETTE, Wellington L. Concretos para fins especiais e de última geração. In: ISAIA, G. C. **Concreto: Ciência e Tecnologia**. São Paulo: IBRACON, 2011. 2 v. cap. 49. p. 1807-1842.

RIXOM, Roger; MAILVAGANAM, Noel. *Chemical admixtures for concrete*. 3 ed. E&FN Spon. London, 1999.

TAKAGI, Emílio M. **Concretos autocicatrizantes com cimentos brasileiros de escória de alto-forno ativados por catalisador cristalino**. Dissertação (Mestrado) – Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica, Infraestrutura Aeroportuária. Instituto Tecnológico de Aeronáutica. São José dos Campos, 2013.

ESTUDO DOS CICLOS OPERACIONAIS QUE INFLUENCIAM A QUALIDADE DO DESMONTE DA LAVRA DE MINA SUBTERRÂNEA

Jean Carlo Silva Lopes⁸¹

Carlos Antônio Diniz⁸²

Cláudia Duarte da Conceição⁸³

Resumo: A necessidade de atendimento à meta de produção da lavra em mina subterrânea, ou a sua falta de conhecimento, leva algumas mineradoras a não praticarem o ciclo operacional do desmonte de rocha. Isso acarreta em resultados indesejáveis, tanto na qualidade e produção, quanto na preservação das rochas encaixantes. Ao se adotar o ciclo operacional, tem-se a preparação da área a ser detonada conforme o planejamento da produção e a padronização da sequência das etapas subsequentes. O presente artigo tem como objetivo principal demonstrar as etapas fundamentais que compõem esse ciclo operacional. Para fins metodológicos, cada etapa do ciclo será apresentada de forma teórica, convalidada com estudos bibliográficos e detalhada por meio de estudo exploratório e documental, a partir da experiência de anos em mina subterrânea. As conclusões da pesquisa demonstram que é imprescindível buscar a qualidade da detonação, que contribui significativamente para a fragmentação desejada e com o menor impacto no maciço rochoso, e evitar a instabilidade da área operacional, que pode impossibilitar operações de exploração.

Palavras-chave: Ciclo operacional. Desmonte de rocha. Qualidade.

INTRODUÇÃO

Devido à necessidade de cumprimento da produção de minério, percebe-se que a etapa de desmonte de rocha (fragmentação) é a etapa chave para viabilizar o transporte do material. Sabe-se que a detonação das rochas pode ser realizada sem obedecer aos ciclos operacionais, mas que tal fato comprometerá significativamente

⁸¹ Graduando do curso de Engenharia de Minas das Faculdades Kennedy de Belo Horizonte-Bolsista da Iniciação científica – jean.minas6@gmail.com

⁸² Graduando do curso de Engenharia de Minas das Faculdades Kennedy de Belo Horizonte – cadiniz.engminas@gmail.com

⁸³ Mestre em Engenharia de Minas e professora do curso de Engenharia de Minas da Faculdades Kennedy - Orientadora – clauduarte17@yahoo.com.br

os resultados do desmonte. (BARROS et. al, 2017). Isso porque a queima de etapas implica em uma falta de controle da detonação que proporcionará um desmonte sem qualidade, colaborando com grandes impactos na rocha (vida útil), fragmentação indesejada, perda de face livre e automaticamente o não cumprimento das metas de produção estabelecidas. Por isso, há diversos estudos na área da Engenharia de Minas voltados a descrever como se minimizam as perdas existentes nessa etapa, pois se sabe que qualquer resultado negativo impactará diretamente na produção planejada. Diante das necessidades de melhoria no desmonte de rocha na lavra de mina subterrânea, percebe-se a importância de conhecer e planejar corretamente todas as etapas do ciclo operacional. (ALVARENGA, 2012). Tais operações irão contribuir para uma qualidade do processo e menor impacto nas rochas encaixantes.

As aplicações dessas etapas consistem em procedimentos de ciclo operacional, que consistem em atingir uma padronização de sequências operacionais, evitando queima de etapas. As sequências dessas etapas compreendem a preparação do ambiente de trabalho para a perfuração, levantamento topográfico, perfuração, monitoramento da qualidade de perfuração por intermédio da perfilagem, filmagem dos furos para identificação de estruturas, desenvolvimento do plano de fogo e controle de virações por meio de sismógrafo.

Este artigo apresenta relevância teórica e prática por realizar um estudo bibliográfico e descritivo dos processos envolvidos nos ciclos operacionais de desmonte de rocha, visando apontar a influência desses procedimentos na qualidade da fragmentação da rocha da lavra e conservação das rochas encaixantes, que representa a vida útil da mina.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar ferramentas para a contribuição da qualidade do desmonte de rochas nas minas subterrâneas para conservação das encaixantes e cumprimento da produção. Os objetivos específicos são:

- Descrever quais são os procedimentos necessários para se preparar o ambiente de trabalho para perfuração;
- Analisar os fatores preponderantes para o monitoramento da qualidade de perfuração, por meio da perfilagem dos furos;

- Identificar quais podem ser as falhas e fraturas que podem ser visualizadas por intermédio de filmagens dos furos;
- Demonstrar como devem ser o planejamento das cargas de explosivos e de retardos;
- Dissertar sobre a importância da Sismografia para monitorar impactos no maciço.

O artigo de ciclo operacional tem a sua devida importância pelo fato do resultado interferir diretamente na produção planejada e, conseqüentemente, manter uma estrutura estável da lavra operacional.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos consistiram na análise e descrição sistemática dos fatores e instrumentos envolvidos no desmonte de lavra de mina subterrânea. Primeiramente, realizou-se a análise descritiva e exploratória de diversos relatórios obtidos de uma empresa de grande porte de mineração.

Por questões de ética científica, adotou-se um nome fictício para a mesma, pois o objeto de pesquisa incide somente sobre os relatórios já existentes de desmontes já concluídos e não sobre a empresa como instituição.

Em um segundo momento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica apresentando autores que convalidam a importância e interferência de cada etapa do ciclo operacional no desmonte subterrâneo.

Por fim, apresentou-se um detalhamento de cada etapa desse ciclo, como devem ser realizadas e as devidas influências no desmonte de rocha.

É importante destacar que se trata de uma pesquisa qualitativa, aliada a observações do próprio autor baseados em sua experiência profissional em área correlata ao tema. Portanto, no próximo capítulo, apresentam-se os tópicos referentes às etapas do ciclo operacional e suas devidas considerações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Preparação do Ambiente de Trabalho

A preparação do ambiente de trabalho contribui significativamente para o bom resultado da perfuração, pois a etapa de preparação de pista deste artigo está baseada na captação de água gerada pelo equipamento de perfuração e adequações na fixação de tubulação hidráulica, tubulação de ar comprimido, cabo elétrico e duto de ventilação.

Levantamento Topográfico

O levantamento considerado neste trabalho é realizado por uma estação total, que é a principal ferramenta para coletar dados do comportamento estrutural da galeria. Em seguida, esses dados são transferidos para o software onde ocorre tratamento e projeção.

Tabela 1: Tabela de desvio do emboque dos furos

Furos	Leque 10	Leque 11	Leque 12	Leque 13	Leque 14	Leque 15	Leque 16	Leque 17
1	0,35m	0,38m	0,56m	0,77m	1,09m	1,06m	1,18m	0,20m
2	0,31m	0,6m	0,62m	0,8m	1,05m	0,94m	1,15m	0,27m
3	0,34m	0,52m	0,60m	0,8m	1,18m	1,06m	1,15m	0,37m
4	0,44m	0,51m	0,55m	0,88m	1,11m	0,92m	1,18m	0,07m
5	0,33m	0,48m	1,75m	0,84m	0,98m	0,88m	1,23m	0,21m
6	0,19m	0,03m	0,79m	0,8m	1,10m	1,04m	1,17m	0,24m
7	-	-	-	-	1,03m	0,96m	1,10m	-

Fonte: Arquivo Interno Empresa X(2016)

Perfuração

A etapa de perfuração é a escalação adequada de equipamento, parâmetro de pressão, emboque dos furos, e comprimento de projeto de perfuração, que consiste em quantidade de furos, inclinação e comprimento do furo.

Perfilagem

Nesta etapa realiza-se a avaliação do furo, convalidando a qualidade quanto às exigências de ângulo, inclinação que estão registrados no projeto de perfuração.

Tabela 2: Dados tratados de desvios

Desvios Máximos de Trajetória (m)								
Furos	Leque 10	Leque 11	Leque 12	Leque 13	Leque 14	Leque 15	Leque 16	Leque 17
1	0,47	0,38	0,37	0,43	0,72	0,73	1,18	0,15
2	0,67	0,54	2,63	2,94	1,06	0,76	1,15	0,96
3	0,52	2,65	2,00	1,30	2,45	2,63	1,17	5,76
4	1,05	1,41	1,72	1,20	2,25	2,22	1,15	2,36
5	0,28	0,54	0,46	0,84	1,08	0,83	0,94	2,12
6	1,22	0,20	0,9	0,66	1,19	1,03	0,95	0,76
7	-	-	-	-	1,18	1,10	1,00	-

Fonte: Arquivo Interno Empresa X (2016)

Filmagem

A filmagem é realizada com uma câmera fixada na ponta de uma haste e introduzida dentro do furo de forma manual para visualização de 360 graus da parede dos furos. Ao identificar alguma alteração que possa comprometer o desmonte, a equipe registra a metragem que foi identificada com suas devidas considerações.

Plano de Fogo

Nesse planejamento, desenvolvido pelo blaster ou engenheiro de minas, são apresentados os dados das atividades que antecedem a detonação, bem como o registro dos parâmetros de furação, tipo e quantidade de explosivos e acessórios de detonação que serão utilizados. Com isso em mãos, será calculado o consumo de explosivos bem como o tempo determinado para detonação de cada furo.

Tabela 3: Dados do plano de fogo.

Leque	Furos	Comprimento Realizado (m)	Distância Média entre furos (m)	Tampão (m)	Metragem carregada	Carregamento (kg)	Sequência de detonação
10	1	1,88	0,4	0,2	1,68	9,24	2°
10	2	15,28	0,4	2,5	12,78	70,29	1°
10	3	14,76	0,7	1	13,76	75,68	3°
10	4	9,98	0,8	2,5	7,48	41,14	4°
10	5	6,06	1	2,2	3,86	21,23	5°
10	6	2,53	-	1	1,53	8,41	6°
11	1	2,27	0,4	0,27	2	11,00	2°
11	2	15,73	0,6	2,5	13,23	72,77	1°
11	3	14,86	0,6	1	13,86	76,23	3°
11	4	9,78	0,8	2,5	7,28	40,04	4°
11	5	6,43	1	1	5,43	29,87	5°
11	6	3,2	-	1	2,2	12,10	6°

Fonte: Arquivo Interno Empresa X (2016)

Sismografia

Nessa etapa tem-se, também, uma avaliação da detonação, objetivando monitorar e adequar às vibrações do maciço rochoso decorrente das detonações.

CONCLUSÕES

As etapas do ciclo operacional para o desmonte de rocha da lavra de mina subterrânea são, muitas vezes, negligenciadas porque pode, a princípio, demandar tempo. Em muitos casos, constata-se ainda falta de conhecimento dos gestores dos benefícios que esse ciclo pode representar. As etapas mencionadas neste artigo não são inovadoras, mas são deixadas em segundo plano, prejudicando a qualidade do desmonte, impactando diretamente na produção e na vida útil da mina. A adesão ao ciclo operacional contribuirá significativamente, ao longo de detonações sucessivas, para melhoria da produtividade atendendo a meta almejada conforme planejamento da área operacional e para manter a estabilidade das rochas encaixantes. Esse estudo é de interesse qualitativo e deixa margens para desenvolvimento de estudo quantitativo com a prática do procedimento do ciclo operacional, uma vez que, cada uma de suas etapas influencia na mitigação ou supressão de erros que comprometem a produção planejada.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a orientadora deste artigo Cláudia Duarte, por ter acreditado e investido neste trabalho. Agradeço a Luciane Lopes e Jesuan Caielo, esposa e filho de Jean Carlo e Thais Araújo e João Victor, esposa e filho de Carlos Diniz, que compreenderam o tempo dedicado a este estudo

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Josmar de Freitas. Estudo dos índices operacionais da lavra subterrânea no Brasil. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Engenharia de Minas da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. 2012. Disponível em: <http://200.239.128.16/bitstream/123456789/3493/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Estudo%C3%8DndicesOperacionais.pdf>. Acesso em: 23 de Agosto de 2017

BARROS, Adriano Jose de; ALEXANDRINO, Júnia Soares; DINIZ, Lorena Thainara; CASTRO, Karen Quintão. Estudo de caso: rendimento do desmonte na abertura da face livre na lavra subterrânea mina córrego do sítio no município de Santa Bárbara, estado de Minas Gerais, na porção nordeste do Quadrilátero Ferrífero (QF), com foco no desenvolvimento local. Revista Caribeña de Ciencias Sociales, 2017. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/caribe/2017/02/mina.html>. Acesso em: 22 de Agosto de 2017

PRÁTICAS E CONTROLE DA CORRUPÇÃO NO MERCADO SEGURADOR: UMA PROPOSTA DE BASE DE DADOS PARA SISTEMAS DE CONTROLE E COMPLIANCE

Lucas Cristiano Ferreira Alves⁸⁴

Laíssa Ponciano Rocha⁸⁵

Resumo: O presente artigo tem como objetivo identificar as práticas corruptas que ocorrem no mercado segurador, demonstrar a importância da SUSEP e os mecanismos de controle para mitigar essas práticas. Por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com corretores e gerentes comerciais de grandes seguradoras e corretoras e, posteriormente, por meio da análise temática e de conteúdo, foi realizado levantamento das principais práticas corruptas que acontecem neste mercado.

Palavras-chave: Corrupção. Práticas corruptas. Seguradora. SUSEP.

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa identificar às práticas corruptas executadas no ambiente segurador, fornecer dispositivos para o controle dessas atividades e, apresentar a relevância da SUSEP. O contrato é o instrumento utilizado em tais práticas, é caracterizado pela forma organizada e imperativa em que duas partes, sejam elas físicas ou jurídicas, além de seus estímulos, para atingirem um objetivo comum. Por ser um objeto jurídico, o contrato deve ter entrelaço entre as vontades de ambas as partes, tendo como intenção central algo permitido por lei.

O contrato de seguro é definido pela obrigação do segurador de zelar de forma indenizatória o patrimônio do segurado, sendo este, responsável por pagamento, para execução de tal atividade, tendo como objetivo a proteção dos bens do segurado em possíveis e futuros sinistros. Conflitando a noção de decência que deve haver nos

⁸⁴ Mestre em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento. Professor das Faculdades Kennedy de Belo Horizonte - alves@globo.com

⁸⁵ Graduanda do Curso de Engenharia de Produção das Faculdades Kennedy de Belo Horizonte - laissa-ponciano@hotmail.com

contratos de seguros, a existência de fraudes nesse setor, é destacada pela sua assiduidade.

O Seguro se apóia no princípio de beneficiamento mútuo, e é destinado a proteger prejuízos consideráveis, mas incertos. Segundo Tzirulnik (1999), as fraudes que atingem o mercado de seguros, podem ser consideradas como qualquer comportamento que tenha como foco reproduzir um incidente, para o posterior ganho de indenização de forma imprópria, lesando a empresa de seguros, na tentativa de recebimento de vantagem própria. As ações fraudulentas dificultam as atividades desse sistema, uma vez que, esgotam os recursos que muitos clientes honestos investem para a resolução de problemas verídicos. A fraude enfraquece não somente as seguradoras, mas também os clientes que, por consequência, pagam prêmios mais altos. A sociedade também sofre com a violação, levando em consideração que muitos dos crimes em seguradoras são investidos em outros crimes dentro do corpo social.

Diante do quadro apresentado, o presente estudo tem como objetivo apresentar uma proposta de base de dados, para o possível controle de tais atos desonestos e ilícitos. O presente estudo é expressivo, já que busca por meio de proposta, a governança de um problema que atinge o mercado segurador, assegurando a possibilidade de redução dessa adversidade.

A pesquisa tem como principal objetivo evidenciar as práticas corruptas e mecanismos de controle da corrupção no mercado segurador e propor a estruturação de dados necessários para um sistema de controle e compliance.

A relevância do estudo é devido à preocupação com a ocorrência de fraudes praticadas ao longo da história do mercado segurador. Apesar da escassez de estatísticas que comprovem a veracidade dessas ações, é notório que isso aconteça com frequência no mercado de seguros por ser um crime muitas vezes silencioso e por não possuir uma coibição totalmente operativa e persistente.

METODOLOGIA

Com o objetivo de identificar as principais práticas corruptas que ocorrem no contrato de seguro, utilizou-se uma metodologia qualitativa. As complexidades das ações corruptas, além das dificuldades na apuração e mensuração dos dados, contribuíram para que a investigação tomasse, também, um rumo mais exploratório. Segundo Gil (1989), pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses para estudos posteriores.

Para identificar essas práticas foram realizadas 07 entrevistas, sendo 05 gerentes comerciais e 02 corretores. Nas entrevistas, procurou-se assegurar a diversidade das funções exercidas e dos setores em que atuam os entrevistados.

Na entrevista semiestruturada foram explorados os significados de corrupção, as práticas corruptas presenciadas no contrato de seguro. Para analisar o material extraído das entrevistas, adotou-se a análise temática, que segundo Bardin (1979) compreende o tipo de técnica mais utilizado pela análise de conteúdo, que consiste em operações de desmembramento do texto em unidades (categorias), segundo reagrupamentos analógicos.

O desenvolvimento da análise temática do trabalho deu-se de acordo com as orientações de Minayo (2000), onde os dados coletados nas entrevistas foram transcritos, lidos, revisados e estruturados em núcleos temáticos, subnúcleos temáticos e núcleos de sentido. A análise primária dos dados coletados deu origem ao núcleo temático Práticas Corruptas que, dividido em subnúcleo, deu origem a diversos núcleos de sentidos. Levantou-se o posicionamento de cada entrevistado referente às questões abordadas, e foram realizadas ilações e interpretações a partir dos núcleos de sentido extraídos das entrevistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos resultados foi realizada desvendando os núcleos de sentido do tema “Tipo de Práticas Corruptas”. As práticas corruptas no mercado segurador, diz

respeito aos tipos de práticas que podem ser utilizadas durante o processo de contratação de uma apólice de seguros.

O Seguro Automotivo cobre perdas e danos ocorridos aos veículos terrestres automotores e possui coberturas básicas como: colisão, incêndio e roubo, que podem ser contratadas separadamente ou agrupadas. De acordo com os entrevistados as práticas corruptas nesse seguimento podem ocorrer de várias formas:

No seguro veicular o indivíduo altera o CEP referente à região onde atua e circula, uma vez que existem variações entre valores de prêmios conforme áreas (Corretor 01).

Para o Corretor 01, a alteração de CEP ocorre porque existem regiões em que a tarifa é mais barata, sendo assim o custo do seguro é menor.

Sobre sinistros, foram extraídos os seguintes depoimentos:

Altera-se a responsabilidade do provocador do acidente, uma vez que quem bateu não possui seguro (Corretor 01).

Pede-se que batidas antigas sejam consertadas junto com as mais atuais, ou que, o dono da oficina justifique um valor maior para o conserto, para que ambas as partes possam receber determinada quantia disponibilizada pela seguradora (Gerente Comercial 01).

Troca dos condutores de veículos na hora do acionamento do seguro, caso o real condutor esteja impedido de dirigir por determinados motivos (menor de idade, não habilitado, após o uso de bebidas alcoólicas, com habilitação suspensa) Gerente Comercial (02).

Os entrevistados relataram práticas relacionadas à responsabilidade, batidas antigas e situações nas quais menores de idade batem automóveis e seus pais ou responsáveis assumem a responsabilidade pela batida.

No Seguro Saúde, que objetiva garantir o reembolso das despesas médico-hospitalares, dentro dos limites estabelecidos na apólice, decorrentes de acidentes ou doenças, efetuados pelo segurado titular e respectivo dependentes, uma das práticas mais recorrentes segundo o Gerente Comercial 03, e quando o Segurado dispõe passar o cartão de seguro para que outra pessoa possa utilizar o recurso.

Tentativa de passar cartão de seguro para que outra pessoa possa utilizar o recurso. Tal fraude é considerada falsidade ideológica. (Gerente Comercial 04).

Outra prática bastante recorrente ocorre quando o Segurado omite seu estado de saúde atual para conseguir preços mais competitivos.

Também há o registro de casos de que, ao fazer o seguro, o indivíduo omite informações sobre seu estado de saúde atual para que o valor seja mais baixo. (Gerente Comercial 04).

Em relação ao seguro residencial, que é destinado a residências individuais, como casas e/ou apartamentos utilizados como moradia habitual ou de veraneio, algumas das práticas mais recorrentes segundo o Gerente Comercial 05 são:

Troca de eletrodomésticos, provocação de danos intencionais para que seja acionado o seguro, simulação de arrombamentos e assaltos e alteração de cena do crime (Gerente Comercial 05).

No Seguro de Vida, que em caso de algum sinistro garante ao beneficiário ou ao próprio segurado um capital ou renda determinada no caso de morte, ou no caso do segurado sobreviver em um prazo convencionado. Possui coberturas adicionais que pode cobrir invalidez permanente e, também, em certos casos, acidentes ou situações de desemprego. Os extratos abaixo apresentam as práticas identificadas:

O indivíduo simula a própria morte e apresenta uma certidão de óbito falsa. Quando na verdade, a pessoa não faleceu e está escondida. O interessado tenta receber a indenização de uma morte que muitas vezes não aconteceu. (Corretor 02)

Uma pessoa mutila o próprio corpo para receber a indenização. (Corretor 02).

Ao tomar uma pancada na cabeça durante um acidente, o fraudador afirma estar surdo. “O sujeito faz a reclamação, alegando que está surdo, e se no teste for comprovado à deficiência, o sujeito pode receber a indenização”. (Gerente Comercial 03).

Quanto ao Seguro DPVAT, que é um seguro de responsabilidade civil obrigatório, pago anualmente pelo proprietário de automóvel juntamente ao IPVA, existem práticas de que acordo com o Gerente Comercial 01, quando a pessoa apresenta uma reclamação de um sinistro de um acidente de veículo, quando na verdade não houve acidente. O depoimento abaixo apresenta essa fraude:

Uma pessoa toma uma queda e cai em algum lugar. E o fraudador apresenta uma reclamação, como se o dano tivesse sido provocado por um acidente de trânsito (Gerente Comercial 01).

A TAB. 1, a seguir, apresenta as recorrências encontradas nos depoimentos:

Tabela 1 - Frequência dos núcleos de sentido do subtema “tipos de práticas corruptas”

NÚCLEOS DE SENTIDO	FREQUÊNCIA	% SUBTEMA
Alteração do CEP	1	7,69%
Altera-se a responsabilidade do provocador do acidente	1	7,69%
Certidão de óbito falsa	1	7,69%
Documentos falsos	1	7,69%
Falsa comunicação de sinistro	1	7,69%
Mutilação do próprio corpo	1	7,69%
Omissão de informações sobre o estado de saúde atual	1	7,69%
Omissão de informações	1	7,69%
Pede-se que batidas antigas sejam consertadas junto com as mais atuais	1	7,69%
Perfil falso do condutor	1	7,69%
Tentativa de passar cartão de seguro para que outra pessoa possa utilizar o recurso	1	7,69%
Troca de eletrodomésticos e provocação de danos intencionais	1	7,69%
Troca dos condutores de veículos na hora do acionamento do seguro	1	7,69%
TOTAL	13	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com as frequências calculadas nos depoimentos, os perfis alteração do CEP, altera-se a responsabilidade do provocador do acidente, certidão de óbito falsa, documentos falsos, falsa comunicação de sinistro, mutilação do próprio corpo, omissão de informações sobre o estado de saúde atual, omissão de informações, pede-se que batidas antigas sejam consertadas junto às mais atuais, perfil falso do

condutor, tentativa de passar cartão de seguro para que outra pessoa possa utilizar o recurso, troca de eletrodomésticos e provocação de danos intencionais e troca dos condutores de veículos na hora do acionamento do seguro apresentaram 7,69% cada uma. As frequências acima se referem aos tipos de práticas corruptas encontradas nos depoimentos dos entrevistados referente aos Seguros Auto, Residencial, Saúde, Vida e Dpvt.

CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi evidenciar as práticas corruptas e mecanismos de controle da corrupção no mercado segurador e propor a estruturação de dados necessários para um sistema de controle e compliance.

Por meio das entrevistas, foi possível identificar as principais causas da corrupção nos contratos de seguros. A forte presença dessas práticas no mercado segurador tem levado a sociedade a compreender que somente a aplicação de normas externas, que alicerçam a jurisprudência, não são suficientes para coibir tais práticas. Motivo pelo qual se deve investir em mecanismos de controle mais eficazes que sejam capazes de proporcionar a contenção de crimes tão prejudiciais para a evolução de um dos mercados responsáveis pela evolução da economia do país.

Dessa forma é necessária a utilização frequente de uma base de dados por parte das seguradoras que, por meio do uso interno dessa base, poderão desenvolver técnicas preventivas de crimes associados às ações corruptas. É preciso que esse problema seja resolvido em sua raiz, e que as seguradoras participem no processo de desenraizamento de transgressões corruptas.

Decisivamente, cumpre afirmar que o movimento para a redução de crimes no mercado de seguros, depende da busca incessante por conhecimentos e estudos que instiguem os órgãos e atores responsáveis, a buscarem por projetos que atuem incisivamente sobre o espaço fraudulento que cerca as seguradoras. Dessa forma será possível alcançar a segurança e ordem do mercado.

Esta pesquisa contribuiu ao desvendar as práticas corruptas, que devem ser combatidas no mercado segurador e, para futuros estudos, sugere-se investigações em outros setores, buscando alinhar, por exemplo, tipos de práticas corruptas e meios de controle em fundos de pensão, celeiro de muitas transações decorrentes de desvios de recursos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA COM USO DE RECURSOS MÍNIMOS PARA DEMONSTRAÇÃO DE VIABILIDADE DE INVESTIMENTO EM CONSULTORIA EM UMA PEQUENA EMPRESA

Lucas Tadeu Natan de Queiroz⁸⁶

Maria Cristina Souza Lopes⁸⁷

Eduardo Martins de Oliveira⁸⁸

Resumo: O objetivo é demonstrar que, por meio da eliminação dos desperdícios da empresa, é possível levantar capital para investimento na empresa. Foi usado o MS Access para coleta de dados e Key performance Indicators (KPIs) para auxiliar a coleta de dados. Apesar do pequeno empresário não fornecer alguns dados da formulação do seu produto, o desperdício levantado revelou quantidades de desperdício significativas para uma tomada de decisão por parte da alta administração da empresa.

Palavras-chave: Pequena empresa. *Key performance Indicator*. Consultoria. Desperdícios. *MS Access*.

INTRODUÇÃO

As pequenas empresas têm uma tendência a estarem sempre em desvantagem em relação às aquelas de médio e grande porte no quesito competitividade e capacidade de planejamento. Isso decorre do fato de que, normalmente, essas organizações são fruto do sonho de pessoas que se tornam empreendedores e que embora muitas vezes tenham conhecimento apreciável acerca do produto ou serviço que se propõem a disponibilizar para a sociedade, mas tem dificuldades na gestão.

Nas pequenas empresas e organizações, os colaboradores-chave, normalmente, exercem várias funções dentro da organização e têm que estender seus turnos de trabalho a fim de garantir a sobrevivência da empresa, o que limita consideravelmente

⁸⁶ Graduando em Engenharia de Produção na Faculdade Kennedy de Belo Horizonte

⁸⁷ Graduanda em Engenharia de Produção na Faculdade Kennedy de Belo Horizonte

⁸⁸ Docente do curso de Engenharia de Produção na Faculdade Kennedy de Belo Horizonte

a sua capacidade para a busca da inovação e da melhoria. Estas organizações correm o perigo de se verem enclausuradas em um círculo vicioso similar ao descrito por Xenos (2004), onde não conseguem planejar o futuro por estarem focadas em resolver problemas urgentes e imediatos, ao mesmo tempo em que veem seus problemas urgentes se multiplicando, por não planejarem devidamente o futuro. A falta de tempo e/ou de recursos dificulta a busca por formação gerencial e técnicas mais modernas de gestão e também o acesso às tecnologias avançadas na área onde atuam. A maior parte dos empreendedores iniciais brasileiros (50,9%) apresenta níveis de escolaridade menor que segundo grau completo. (GEM, 2013). Os problemas de dificuldade de gestão ocupam 25% dos motivos alegados pelos empreendedores para que a empresa deixasse de funcionar. (SEBRAE, 2016).

O objetivo geral é demonstrar que com o uso de um conjunto mínimo de indicadores chave de desempenho, levantados com um mínimo de interferência nas rotinas da empresa, é possível levantar dados que demonstrem para o pequeno empresário que o custo da mudança será pago pela eliminação dos desperdícios levantados.

Um desafio para qualquer consultor é convencer um pequeno empresário a trilhar o caminho da mudança corporativa. Embora o microempresário reconheça que haja mudanças necessárias em seu sistema, há uma percepção amplamente arraigada de que a mesma ou será muito cara e/ou muito trabalhosa. A isto é possível acrescentar o medo da mudança, a necessidade de saída da zona de conforto, o desconforto de abrir a organização para pessoas estranhas e o receio de permitir a implantação de práticas administrativas desconhecidas que o empreendedor não se sinta qualificado para manusear.

O presente estudo procura demonstrar que, com práticas simples, de fácil assimilação, é possível quantificar, com relativa rapidez e baixo custo, o tamanho do desperdício existente na organização. A mensuração e a quantificação financeira do desperdício tornam-se, nesse contexto, um argumento para demonstrar a viabilidade do esforço a ser feito para implementação das mudanças corporativas necessárias.

E visa contribuir com a literatura sobre esse tema, na medida em que propõe uma metodologia de fácil compreensão, relativamente simples de ser implementada

e, algo que é muito importante para um microempreendedor, de baixo custo, pois a ferramenta, Microsoft Access, apesar de suas limitações, como qualquer outra ferramenta, foi escolhida para coleta de informações por ter uma boa curva de aprendizado, ou seja, não exige elevado contato e estudo da ferramenta para atingir um bom nível de desempenho. A curva expressa a velocidade com que aprendemos, em fases iniciais do treino mais repetições são necessárias para atingir o desempenho adequado do que em fases adiantadas (EBBINGHAUSS, 1885). E em relação a softwares de armazenamento de dados tem custo de aquisição mais baixo por ser parte do pacote Office e manutenção mais fácil, por ter um ambiente de programação mais amigável.

METODOLOGIA

Os Métodos utilizados foram o dedutivo e indutivo. As técnicas de pesquisa foram: quanti-qualitativa para a classificação do problema; Exploratória, explicativa e descritiva para a classificação dos objetivos; E estudo de campo, estudo comparativo e pesquisa participante para a classificação dos procedimentos.

Inicialmente será feita uma análise da estrutura funcional da organização; depois a determinação dos pontos críticos dentro do processo que, quando monitorados, poderão fornecer um panorama acerca do desempenho financeiro da organização. Os pontos de medição serão definidos em consenso com os colaboradores da organização; E por último desenvolvimento de um aplicativo no MS Access que automatize a coleta, armazenamento, recuperação e análise dos dados com interferência mínima nas rotinas da organização. Após uma massa substancial de dados ser coletada, serão feitas análises de desempenho da organização e os resultados apresentados à gerência para tomada de decisões e se necessário, incluir sugestões ao material apresentado.

Os materiais a serem utilizados são basicamente um computador no cliente, que tenha o banco de dados instalado. O método consiste basicamente na construção de um modelo teórico para coleta, análise e geração de relatório dos dados acumulados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

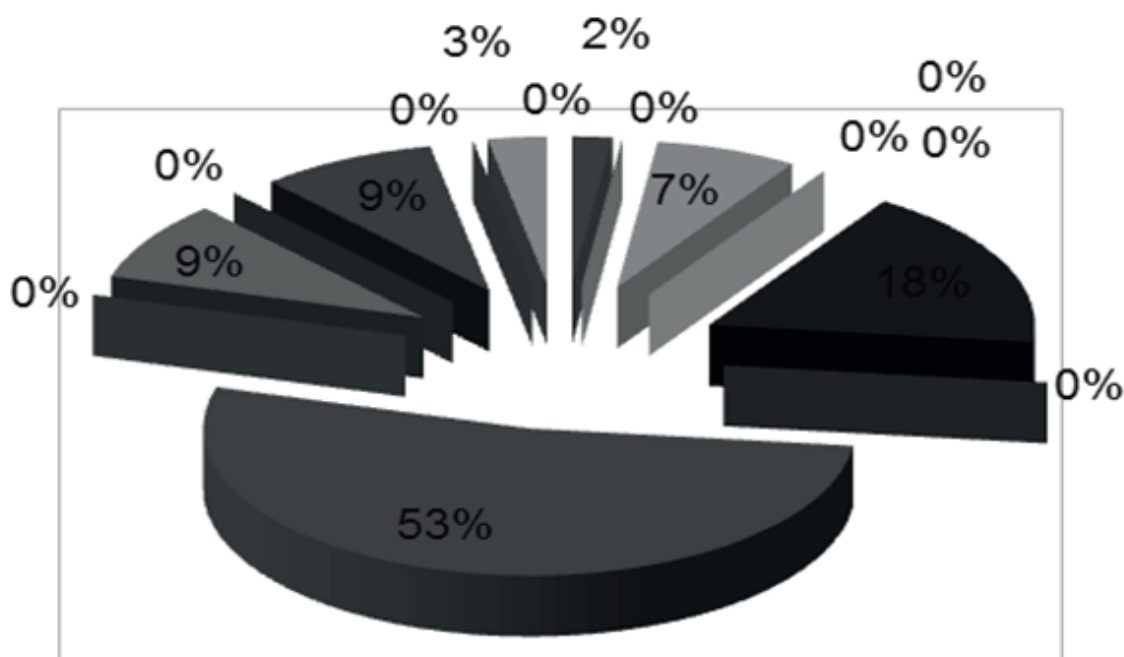
A Coleta da quantidade de produtos vendidos teve duração de seis meses. Os valores coletados seriam confrontados com valores necessários de matéria prima, para produção total dos produtos vendidos juntamente à quantidade de matéria prima comprada e/ou em estoque no mesmo período. Porém os valores confrontados não foram fornecidos pela empresa por optar em manter tais dados em sigilo. Sendo então valores coletados de outras fontes que possuem o mesmo produto final que a empresa analisada, de forma a chegar o mais próximo possível do resultado que seria encontrado.

Durante o período de pesquisa houve grande dificuldade de conseguir informações mais específicas do processo produtivo da empresa analisada, fazendo que o método desenvolvido para abordagem e conciliação com o Dono/Administrador da pequena empresa não se mostrou totalmente eficaz. A maneira encontrada para continuação da pesquisa foi a coleta de dados de outras fontes que simularam as informações necessárias e colaboraram para que os resultados analisados ficassem o mais próximo possível do resultado, que seria encontrado com os dados da própria empresa. Buscamos as informações disponíveis para levantarmos uma faixa de valores aceitáveis na formulação do produto.

A ferramenta desenvolvida no Microsoft Access foi de grande importância para a coleta de dados do número de produtos vendidos no intervalo de seis meses e atendeu a todos os requisitos necessários para a coleta.

Concentrou-se o esforço em dois dos principais itens da formulação que representavam maior parte da quantidade necessária para formulação do produto. Por motivos de sigilo da empresa optamos por não trabalhar com os nomes dos insumos e nem da empresa, apenas como insumo um e insumo dois, representados no gráfico abaixo pelas porcentagens 53% e 18%, respectivamente.

Gráfico 01 - Gráfico da relação de insumos necessária para formulação do produto.



CONCLUSÕES

Os resultados encontrados não satisfazem totalmente o objetivo da pesquisa, trazendo um valor aproximado ao resultado, porém os dados coletados em outras fontes são confiáveis e possuem grande similaridade entre si, o que colabora com a utilização desses dados na análise, juntamente aos dados coletados na empresa com o aplicativo do MS Access. Foram usados, na análise, os dois principais insumos, que representaram a maior parte dos gastos de produção, representados no GRÁFICO 01.

Confrontando os valores indicativos de consumo com a quantidade comprada no mesmo período, levantou-se que para as formulações usuais de mercado, com dados levantados com fornecedores e produtos e sites especializados, várias matérias-primas teriam sido compradas a mais, em relação ao necessário para fabricar o lote vendido, com a majoração das quantidades chegando a valores acima de 100%. Os números foram, então, apresentados ao fabricante, para que este fizesse a sua análise.

O fabricante, hoje, tem mostrado uma postura menos resistente em relação ao acesso aos seus dados, tendo em vista os resultados positivos da atuação do Núcleo de Ações de Engenharia das Faculdades Kennedy em sua fábrica e sinalizando a possibilidade de abertura para intervenção em seus processos produtivos para localização e eliminação dos desperdícios.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar sempre abrindo portas e permitindo ao homem alcançar novas formas de melhorar o mundo. Agradeço a minha família por me dar o apoio necessário para atingir meus objetivos. Agradeço aos professores por compartilharem um pouco do seu conhecimento conosco, colaborando com nossa formação.

REFERÊNCIAS

XENOS, H. G. D. **Gerenciando a manutenção produtiva**. Nova Lima: Falconi. 2004.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Brasil. Empreendedorismo no Brasil. Relatório Executivo. 2013. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio%20Executivo%20GEM%202013.pdf>. Acesso em: 02 de Maio de 2017.

SEBRAE. Sobrevivência das Empresas No Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-relatorio-apresentacao-2016.pdf> Acesso em: 02 de Maio de 2017.

SEBRAE. RELATÓRIO ESPECIAL “Pressão de Custos” Junho/2016. 2016. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/66c4ab8fbd1e274ada28e4f59403039b/\\$File/7205.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/66c4ab8fbd1e274ada28e4f59403039b/$File/7205.pdf) Acesso em: 02 de Maio de 2017.

EBBINGHAUS, H. Memory: A contribution to experimental psychology (Henry A. Ruger & Clara E. Bussenius, Trad.). Original publicado em New York: Teachers College, Columbia University. (Original em alemão. Revista da Biologia – www.ib.usp.br/revista – volume 1 – dezembro de 2008 - 20 “Über das Gedächtnis” publicado em 1885). Acesso em: 10 de Agosto de 2017.

FATORES QUE CONTRIBUEM PARA BELO HORIZONTE SE TORNAR UM POLO DE PRODUÇÃO DE CERVEJAS ARTESANAIS

Matheus Ferreira Amorim⁸⁹

Msc Rubens Hermógenes Ferreira⁹⁰

Resumo: Este artigo visa ao estudo do mercado de cervejas artesanais na cidade de Belo Horizonte, por meio de entrevistas com mestres cervejeiros, visitas in loco e entrevista com um executivo do SindBebidas . Utilizou-se de uma pesquisa online com o público alvo para saber o real motivo do aumento do consumo de cervejas artesanais. Conhecendo, assim, fatores de qualidade e diferenciação do produto que levam as pessoas a consumirem mais cervejas artesanais. Estudou-se a logística e identificou-se por que Belo Horizonte tem sido considerada a Bélgica Brasileira por produzir uma cerveja artesanal diferenciada e que agrada uma diversidade de consumidores, levando a uma experiência diferenciada na visão dos especialistas

Palavras-chave: cerveja, artesanal, produção cervejeira

INTRODUÇÃO

O artigo científico justificou-se pelo crescimento contínuo de fábricas de cervejas artesanais na região de Belo Horizonte, contradizendo o momento de crise pelo qual passa o país.

Belo Horizonte ganha destaque na produção de cervejas artesanais por ser considerada a capital dos bares, e também por ser um grande produtor de cerveja, produzindo em torno de um milhão e 100 litros por mês de cerveja para atender a demanda que a cada dia cresce mais.

⁸⁹Graduando em Engenharia de Produção – Faculdades Kennedy – matheusfamorim@yahoo.com.br

⁹⁰Professor do Curso de Engenharia de Produção das Faculdades Kennedy – Mestre em Gestão da Inovação, Especialista em Educação Tecnológica e Pedagogia Empresarial. Graduado em Psicologia – rubensbhz@gmail.com

⁹¹Sindicato das Indústrias de Cerveja e Bebidas em Geral do Estado de Minas Gerais

De acordo com as informações expostas, pergunta-se: quais fatores contribuem para que Belo Horizonte e sua região metropolitana ganhem destaque na produção de cervejas artesanais?

De acordo com Rao (2010) citando Carrol e Swaminathan (2000) micro cervejarias e pubs foram afloramentos de um movimento artesanal ativado pelos apreciadores de cerveja que chama de evange-ale-istas- descontentes com a cerveja industrial produzida pelas grandes marcas.

De acordo com Hampson (2009) os belgas têm uma variedade impressionante de estilos de cervejas para o tamanho de seu país; além disso, possuem diversas variantes regionais, o que proporciona uma sutileza ainda maior ao processo de seleção de um conhecedor.

Conforme Morado (2009) a produção de cerveja no Brasil até o final do século XIX se fazia artesanalmente e com muitas dificuldades. A falta de cevada e lúpulo, importados da Alemanha e da Áustria, era contornada com o uso de outros cereais (arroz, milho, trigo).

Conforme Ferreira, Vasconcelos, Judice e Neves (2011) além do ambiente favorável para produtos diferenciados, exclusivos e de acesso limitado a pequenos grupos de apreciadores, outros fatores são importantes no advento das cervejas artesanais.

Diversos autores enfatizam a necessidade de entender a cadeia de suprimentos das fábricas de cerveja, de modo a planejar estratégias adequadas, segundo afirma Gontijo e Gessner (2015), apud Morado (2009) comenta que nas micro cervejarias houve um deslocamento da mão de obra da fabricação para os setores de serviço associados ao consumidor, tais como a distribuição, a comercialização e o atendimento ao cliente final.

METODOLOGIA

Fez-se uma abordagem metodológica usando o método indutivo, pois a pesquisa iniciou-se a partir de um fato social, que tem ocorrido em Belo Horizonte e

região, quanto à questão da cultura cervejeira procurando chegar a uma generalização.

Quanto às técnicas de pesquisa classifica-se como quanti–qualitativa pois estudou a população que frequenta ou produz cervejas artesanais por meio do questionário aplicado online, da pesquisa documental sobre o tema, buscando conhecer a população estudada.

Em relação aos objetivos, a pesquisa é descritiva e explicativa, tendo como objetivo descrever esse fenômeno e explicar o aumento do consumo de cervejas artesanais, esclarecendo e justificando os fatores que interferem neste consumo.

Pelos procedimentos usados pode-se classificar como um estudo de campo, pois se fez uma observação in loco, procurando explicar esse aumento.

A população escolhida foi não probabilística baseado em acessibilidade a micro cervejarias e nano cervejarias na cidade de Belo Horizonte e cidades da RMBH que tenham instalações de cervejarias artesanais para estudos de inovação de processos produtivos, e entender melhor a escolha dos ingredientes usados na fabricação de cada cerveja e porque o tempo de fermentação é diferente em cada tipo de cerveja, e entender porque a cada dia mais cervejeiros artesanais começam a produzir cervejas e porque o público, a cada dia, vem crescendo mais.

As etapas do projeto foram pesquisas em artigos, livros e sites relacionados ao assunto de cervejas artesanais, visitas a micro cervejarias e nano cervejarias para entender melhor o processo produtivo de cada uma delas e em que etapas cada empresa buscou inovação para se manter competitiva no mercado, como e porque os mestres cervejeiros escolhem os ingredientes para cada cerveja.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizou-se, por intermédio da plataforma *SurveyMonkey*, pesquisa online, obtendo dados importantes para a pesquisa, como a faixa etária do público alvo, sendo que a maioria em torno de 52% está entre 26 e 38 anos. Outro dado importante

sobre a escolaridade e a maioria dos consumidores tem pós-graduação em torno de 22% dos entrevistados e os que possuem mestrado ou doutorado representam 37%.

Constatou-se que a renda de um percentual de consumidores gira em torno de 35% e ganham o equivalente de sete a dez salários mínimos. O público feminino também está bastante presente no meio cervejeiro, elas, de acordo com a pesquisa, representam 40% dos entrevistados.

Quanto aos hábitos de consumo, cerca de 42% dos entrevistados consomem cervejas artesanais uma vez por mês, sendo que cerca de 54% dos entrevistados responderam que o que mais lhes atrai na cerveja artesanal é o sabor e, de acordo com 70% dos entrevistados, o principal fator que fez com que consumissem as cervejas artesanais é a qualidade elevada que o produto apresenta. Cerca de 93% dos entrevistados perceberam um aumento no mercado das cervejas artesanais

De acordo com as entrevistas realizadas com os mestres cervejeiros Helim da cervejaria ReinesBier e Eduardo Brasil da cervejaria Velho Brasa foi observado que, apesar do país em crise financeira, os mestres cervejeiros apostam em suas cervejas e estão, sempre que possível, investindo em suas cervejarias, seja para aumento da produção ou uma melhoria no processo produtivo, quanto em busca de novos sabores para conquistar o paladar do público, que se torna cada vez mais exigente.

O sindicato que representa o setor de bebidas, o SindBebidas, tem trabalhado para o reconhecimento das cervejarias artesanais mineiras e tem contado com o apoio do governo do estado para isso, e em julho de 2017 o governo de MG reconheceu a grande BH como arranjo produtivo local cervejeiro, que irá contribuir para construção de políticas para o setor, favorecendo, assim, os produtores e os consumidores.

CONCLUSÃO

Como visto os mestres cervejeiros usam vários ingredientes, que geram um sabor diferenciado em sua cerveja, como a rapadura, o mestre cervejeiro usa sua imaginação para fazer combinações de ingredientes e criar uma cerveja única para os apreciadores, e todo ingrediente escolhido passa por um processo de seleção e cada

cerveja tem o seu tempo de produção variado, depende do estilo a ser produzido.

A partir dos resultados deste trabalho observa-se um crescimento de número de cervejarias artesanais em Minas Gerais e que o governo e o sindicato têm tomado algumas medidas para fortalecer o crescimento do setor no Estado.

Percebe-se, também, um aumento expressivo do número de consumidores desse tipo de cerveja, que antes eram consumidos, somente, por pessoas com um poder aquisitivo alto, como as classes A e B, hoje em dia já se percebe um aumento dos consumidores da classe C.

O mercado de cervejas artesanais é um mercado com infinitas possibilidades de crescimento e também com uma alta liberdade para o mestre cervejeiro usar novos ingredientes para agradar os mais variados gostos do público que se deseja atingir.

Por meio deste trabalho conheceu-se um pouco mais sobre o processo de produção das cervejas artesanais, identificar os principais atores do crescimento desse mercado em Minas Gerais, e espera-se que com o trabalho apresentado, estimular novas pesquisas na área.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Rubens Hermógenes; VASCONCELOS, Maria Celeste R. Lobo; JUDICE, Valéria Maria Martins; NEVES, Jorge Tadeu de Ramos. Inovação na fabricação de cervejas especiais na região de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 12 dez. 2011. Disponível em <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1354/978>> Acesso em 10 Abril 2017.

HAMPSON, Tim. **O Livro da cerveja**. Tradução Marcelo Barbão. Porto Alegre (RS). Editora Globo, 2009.

MORADO, Ronaldo. **Larousse da cerveja**. São Paulo (SP). Editora Larousse do Brasil, 2009.

SOU BH. Microcervejarias de BH. Disponível em: <<http://www.soubh.com.br/roteiros/microcervejarias-de-bh/>> Acesso em: 19 agosto. 2017.

RAO, Hayagreeva. **Os revolucionários dos negócios**. Aprenda com os movimentos sociais a promover inovação em sua empresa. Tradução Bete Torii. São Paulo (SP): Editora Gente, 2010. Cap. 3. p. 41-63.

DIMENSIONAMENTO DE PENEIRAS INDUSTRIAIS A PARTIR DE ENSAIOS DE LABORATÓRIO

Milena Pedersoli⁹²

Josimar da Siva⁹³

Wesley Natan⁹⁴

Cristiano Geraldo de Sales⁹⁵

Resumo: O dimensionamento de peneiras para empresas de mineração é tradicionalmente realizado a partir de modelos teóricos, os quais acarretam em incertezas aos projetos. Este trabalho propõe estabelecer um novo método de dimensionamento de peneiras industriais a partir de ensaios padrão em laboratório. Os resultados gerados a partir de ensaios com amostras de importantes substâncias industriais mostraram que existe forte correlação ($R^2 \approx 0,99$) entre as eficiências de peneiramento de ambas as escalas, assim como a distribuição granulométrica de seus produtos. Dessa forma, foi possível se definir um fator de scaleup.

Palavras-chave: Dimensionamento de peneiras. Ensaios de laboratório. Eficiência de peneiramento. Scaleup.

INTRODUÇÃO

A produção e a qualidade dos produtos gerados na prática de peneiramento na mineração, muitas vezes são determinadas diretamente pelas operações unitárias de peneiramento. O sucesso do empreendimento minerário pode, portanto, ser afetado substancialmente pelo controle das variáveis de projeto e operacionais das etapas de peneiramento de uma planta de beneficiamento.

De acordo com Chaves (2003), peneiramento é a operação de separação de uma

⁹²Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy.

⁹³Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy.

⁹⁴Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy.

⁹⁵Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy.

população de partículas em duas frações de tamanhos diferentes, mediante a sua apresentação a um gabarito de abertura fixa e pré-determinada. As partículas que se apresentam à superfície de peneiramento (gabarito) possuem apenas as duas possibilidades: passarem ou ficarem retidas. O fluxo de partículas passante se denomina “undersize”, enquanto o de partículas retida, “oversize”.

Para se dimensionar uma peneira industrial, é necessário se calcular inicialmente a área de peneiramento, além das características do minério. Existe um fator conhecido na maioria dos métodos como “capacidade unitária”, que é um fator determinante para o cálculo de dimensionamento final, que é a relação entre a capacidade mássica a ser alimentada na peneira e sua área disponível para o peneiramento. Possui relação direta com a abertura da tela utilizada, ou seja, quanto maior a abertura, maior a “capacidade unitária de peneiramento”.

A capacidade unitária pode ser encontrada a partir de tabelas e gráficos, baseados em testes empíricos dos próprios fabricantes. Surgem então algumas incertezas na dimensão ideal do equipamento, uma vez que na atividade industrial, é normal que ocorram determinadas variações operacionais ou de projeto, tais como: alteração da abertura ou do tipo de tela, aplicação de telas cegas em determinadas regiões da peneira (como por exemplo, na região de alimentação), alteração na inclinação da peneira, e outras que estão mais associadas à rotina operacional: mudança nas frentes de lavra, na tipologia do minério, aplicação de maiores taxas de alimentação, alterações granulométricas, de umidade, densidades, entre outros.

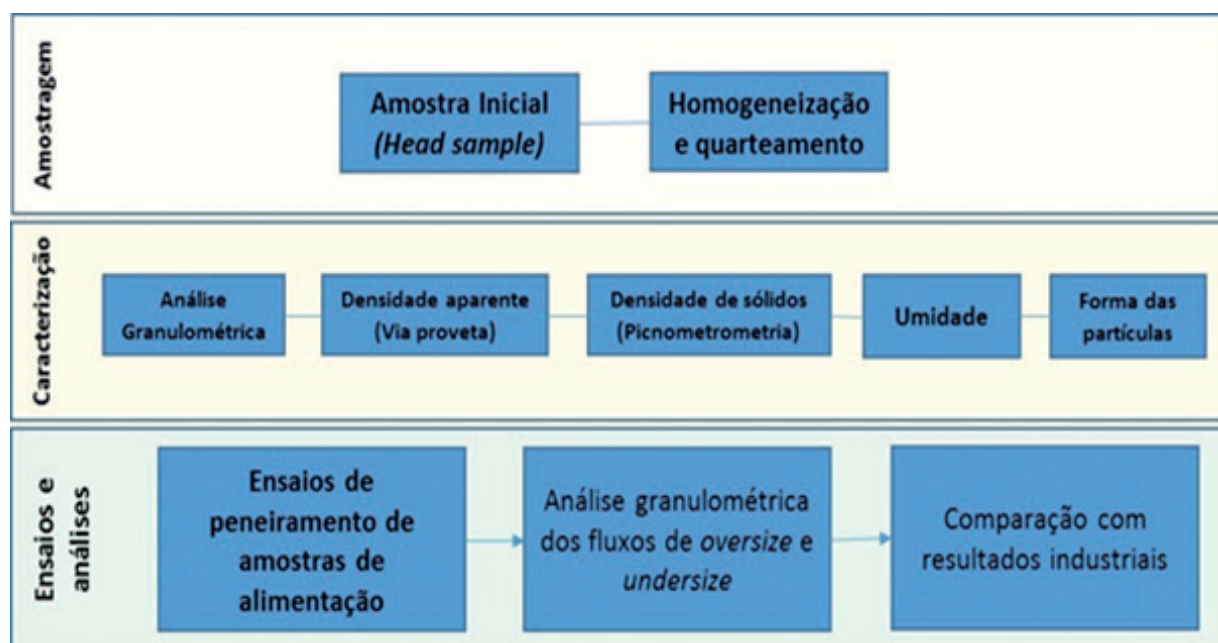
A partir das oportunidades de melhorias levantadas nos métodos clássicos de dimensionamento, este trabalho propõe a investigação de ensaio padrão em peneiras de laboratório, utilizando o mesmo conceito do fator “capacidade unitária de peneiramento”.

METODOLOGIA

A metodologia está dividida e organizada em três partes principais: 1) amostragem, 2) caracterização das amostras e 3) ensaios e análises de peneiramento.

A FIGURA 1 apresenta o fluxograma resumido de todas as atividades realizadas.

Figura 1 - Divisão e organização esquematizada da metodologia adotada neste trabalho.



Cálculo da massa dos ensaios de bancada

Como tentativa de se aproximar e assim, poder se aplicar, o mesmo conceito (capacidade unitária de peneiramento) em ambas as escalas, uma hipótese que é proposta neste trabalho, considera um modelo de peneira industrial operando-se em batelada, sem, contudo, descaracterizar os parâmetros de um equipamento industrial. Dentro desta mesma hipótese, a massa “M” sobre a peneira em um instante poderia se relacionar com sua taxa mássica de alimentação (P), a velocidade de escoamento das partículas sobre o deck (S) e a largura (D) total do equipamento. Assim é possível se calcular a relação entre a massa (estática) alimentada sobre a peneira e sua área de peneiramento. Neste trabalho denominaremos como “massa unitária de peneiramento”, sendo: $Mu = P / (S \times D)$. A massa unitária de peneiramento Mu deverá ser utilizada, como um fator de escala, para se obter a massa exata a ser ensaiada em peneiras de laboratório (MI), em função da área de cada peneira (Apl). Sendo assim: $MI = Mu \times Apl$.

RESULTADOS

Caracterização das amostras

Tabela 1 - Resultados da caracterização das amostras de alimentação

Amostra	Substância	d ₉₅ (mm)	Densidade de sólidos (t/m ³)	Densidade Aparente (t/m ³)	Umidade (%)	Forma de partícula (%Part. Lamelares)
Am.1	Itabirito	12,70	4,31	2,07	0,40	27,5
Am.4	Areia Industrial	18,00	2,66	1,93	1,20	1,5
Am.5	Areia Industrial	24,00	2,66	1,47	1,30	2,0
Am.6	Gnaiss	64,00	2,66	1,31	1,12	5,0
Am.7	Gnaiss	45,00	2,66	1,29	1,21	2,5
Am.23	Areia de aluvião	0,50	2,65	1,28	2,75	0,0
Am.25	Granito	8,00	2,69	1,54	1,20	7,5

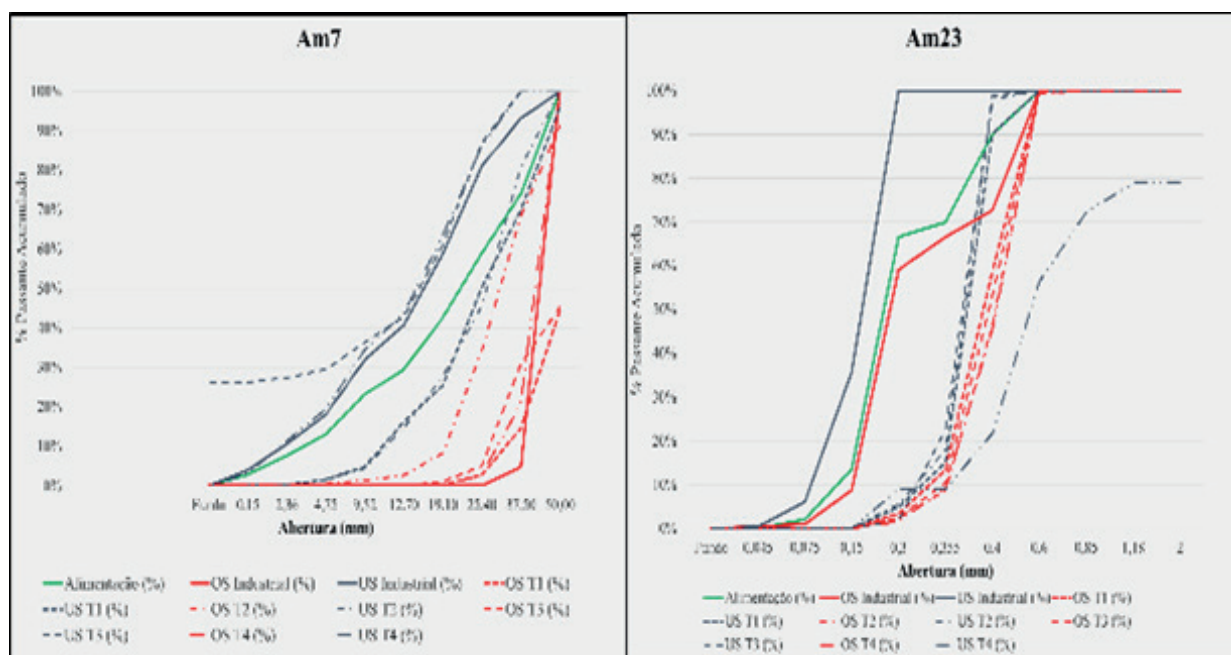
Ensaio e análises de peneiramento

Ensaio de peneiramento de bancada

Tabela 2 - Principais parâmetros dos ensaios de laboratório para cada amostra

ID amostra	Substância	M _u (Kg/m ²)	Massa Alimentação (Kg)	Partição US (%)					Eficiência (%)				
				T1=20s	T2=40s	T3=80s	T4=160s	Média	T1=20s	T2=40s	T3=80s	T4=160s	Média
1	Itabirito	0,0185	5,804	89,0%	86,5%	89,5%	89,6%	88,6%	96,2%	93,5%	96,7%	96,8%	95,8%
4	Areia Industrial	0,0070	2,212	44,2%	44,4%	50,0%	46,6%	46,3%	69,3%	69,6%	78,5%	73,0%	72,6%
5	Areia Industrial	0,0060	1,885	58,4%	58,4%	51,6%	75,4%	61,0%	72,4%	54,6%	63,9%	91,5%	70,6%
6	Gnaiss	0,0061	1,931	17,7%	25,5%	23,7%	14,1%	20,3%	66,1%	95,3%	88,6%	52,7%	75,7%
7	Gnaiss	0,0096	3,004	52,3%	50,0%	75,1%	67,3%	61,2%	70,5%	67,5%	101,4%	90,8%	82,6%
23	Areia de aluvião	0,0042	1,321	19,9%	22,6%	6,2%	1,0%	12,4%	29,8%	34,0%	9,3%	1,5%	18,7%
25	Granito	0,0056	1,745	16,9%	13,7%	21,5%	8,7%	15,2%	46,1%	37,2%	58,5%	23,6%	41,3%

Figura 3 - Exemplos de curvas de distribuição granulométrica geradas nos ensaios de laboratório e industrial – Amostras: 7 e 23.



Observa-se que, com exceção das amostras 23 e dos ensaios T1 e T2 da amostra 7, as curvas de undersize de laboratório oscilam em torno da curva de undersize industrial, o quê para os fins deste trabalho serão admitidas com scaleup igual a “1”.

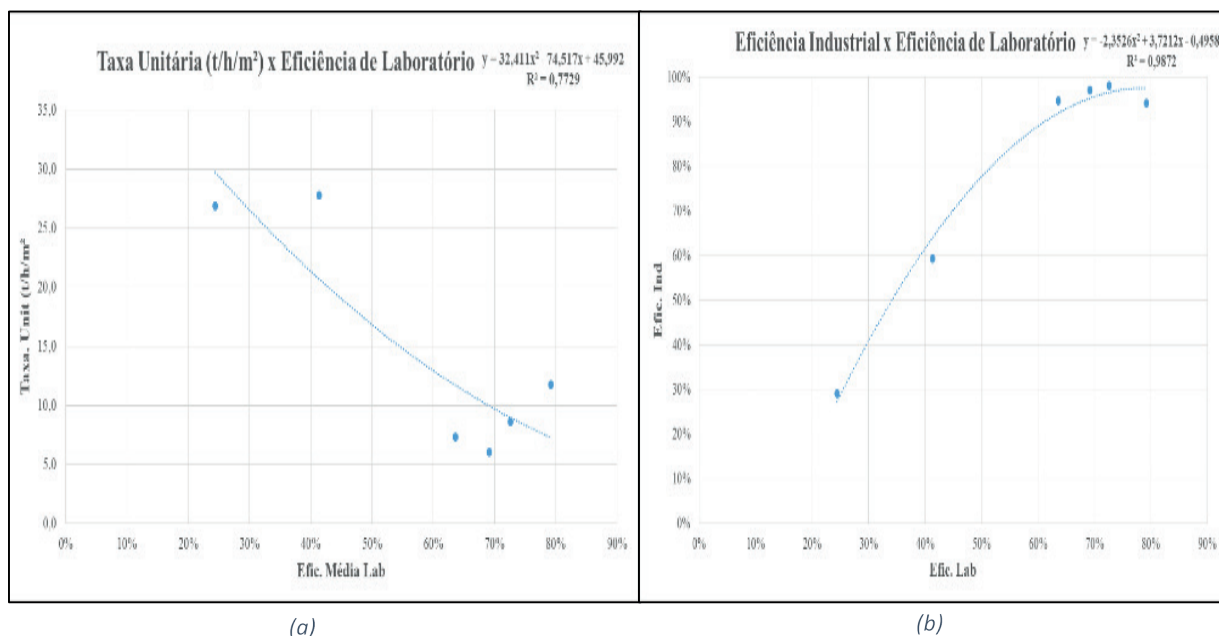
Análise de correlação entre as escalas industrial e de bancada

Figura 4 - Matriz de correlação “R” entre os principais parâmetros do peneiramento industrial e de laboratório utilizados neste trabalho.

	Taxa Alim (t/h)	Top Size Alim (mm)	Comprimento (mm)	Comprimento (mm)	Área (m²)	Taxa Unit (t/h/m²)	Partição Ind	Efici. Ind (%)	Mu (Kg/cm²)	Efici. T1	Efici. T2
Taxa Alim (t/h)	1										
Top Size Alim (mm)	0,61665574	1									
Comprimento (mm)	0,784526106	0,877483467	1								
Comprimento (mm)	0,78695142	0,873321592	0,99201999	1							
Área (m²)	0,793175698	0,888788294	0,999172444	0,994617591	1						
Taxa Unit (t/h/m²)	-0,508938003	-0,702661172	-0,903750874	-0,895365979	-0,891067934	1					
Partição Ind	0,612007872	0,150904172	0,580033837	0,581563941	0,56342337	-0,652108781	1				
Efici. Ind (%)	0,610336276	0,652557068	0,87156231	0,869210601	0,870258464	-0,918209769	0,691300459	1			
Mu (Kg/cm²)	0,433180177	0,344178155	0,627688418	0,683420431	0,625164587	-0,739762923	0,615663891	0,897996518	1		
Efici. T1	0,641804164	0,59726173	0,859653632	0,892835304	0,85579318	-0,91101714	0,791075707	0,986885811	0,865279983	1	
Efici. T2	0,525694252	0,903769373	0,896252196	0,895686929	0,898945414	-0,845096445	0,239429849	0,798087571	0,628341903	0,718661248	1
Efici. T3	0,791864113	0,724474839	0,848689995	0,903921672	0,862629297	-0,717324159	0,5369674	0,900529823	0,799169698	0,871089136	0,770912856
Efici. T4	0,70400558	0,462459987	0,797955343	0,817876283	0,789809995	-0,833216705	0,928323524	0,897588192	0,760099506	0,955587079	0,539166573
Part T1	-0,435665097	-0,304910028	-0,049534197	-0,051862714	-0,07856053	-0,373973061	0,400180415	0,265077514	0,3496254	0,305522718	-0,050773123
Part T2	-0,481334409	-0,19763099	0,003343279	-0,014733895	-0,027018496	-0,425260179	0,240389018	0,261117104	0,368878952	0,258214235	0,116914289
Part T3	-0,317979875	-0,140862412	0,103986606	0,134332476	0,083377062	-0,501860743	0,401457333	0,490250428	0,622535838	0,48940995	0,174994628
Part T4	0,615553791	0,200851808	0,595121699	0,602361629	0,581235994	-0,655792697	0,9897501	0,700433903	0,57920199	0,804751282	0,242297004
Efici. Média	0,750691842	0,718558423	0,927189865	0,958130216	0,928638795	-0,894796015	0,711223975	0,980457087	0,836329996	0,976410081	0,80533883
Efici. Média Lab - S/O	0,784712071	0,681821573	0,919268235	0,945920401	0,919625645	-0,874239527	0,724702903	0,945255519	0,85624685	0,95963571	0,794672602
Densidade deslido	-0,184315211	-0,240294654	-0,364114099	-0,245428091	-0,334203257	0,397478612	-0,25578686	-0,044620014	0,136695089	-0,081633014	-0,268020066
Densidade Aparente	-0,185873994	-0,381843338	-0,082621861	-0,038280648	-0,095271112	-0,184043992	0,279947172	0,318671311	0,685423298	0,287026905	0,02587544
Umidade (%)	-0,466565625	-0,496098701	-0,598267049	-0,69246366	-0,61462421	0,595847353	-0,436618105	-0,851613269	-0,844152043	-0,813856633	-0,595036915
Forma de partícula (%)	-0,067399859	0,193750605	-0,071718894	0,037955574	-0,036163689	0,170403651	-0,379004841	0,117948781	0,153916391	0,038934924	0,107091687

Não se observa boa correlação entre a eficiência de peneiramento de laboratório e o tempo de peneiramento, ao contrário do que se esperaria. Mas, por outro lado, alguns outros parâmetros apresentaram boas correlações. São eles: taxa unitária x eficiência média em laboratório ($R^2 \approx 0,77$), representada pelo gráfico da FIGURA 5a e a eficiência industrial x eficiência média em laboratório ($R^2 \approx 0,99$), representada pelo gráfico da FIGURA 5b.

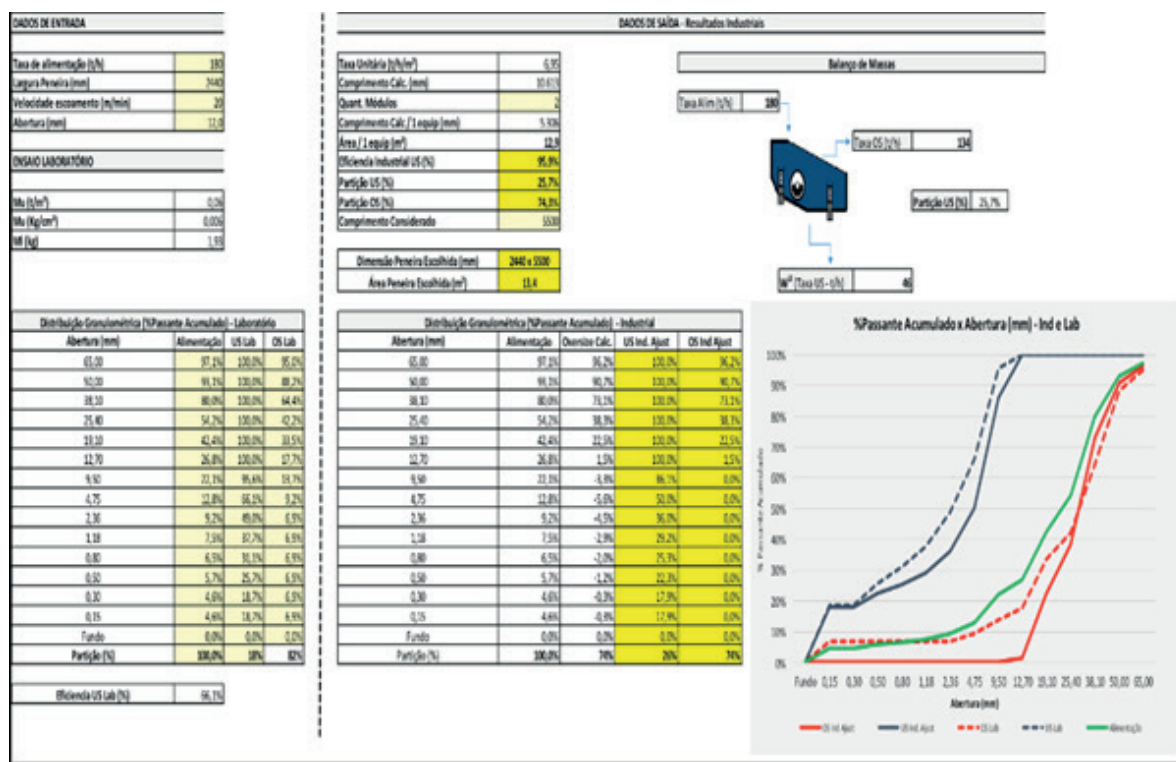
Figura 5 - (a) Gráfico de correlação entre a Taxa Unitária (t/h/m²) x Eficiência média de laboratório e função de interpolação polinomial. (b) Gráfico de correlação entre a Eficiência Industrial X Eficiência de Laboratório e função de interpolação polinomial.



A partir das funções geradas entre as variáveis acima, é possível se calcular a taxa unitária a partir dos valores de eficiência obtidos em laboratório, e, por conseguinte, as dimensões das peneiras industriais, partições de massas e curvas granulométricas dos produtos.

A FIGURA 6 apresenta um exemplo de dimensionamento com a amostra 6, a partir das funções encontradas acima.

Figura 6 - Simulação de dimensionamento de uma peneira vibratória a partir dos dados correspondentes à amostra 6 utilizada neste trabalho.



Nesse caso, os resultados mostram que, as curvas granulométricas geradas da amostra 6, que foi coletada originalmente de uma peneira 2440x6100mm, originou uma peneira de dimensão 2440x5500mm a partir dos cálculos com as funções de correlação obtidas anteriormente, em conjunto com cálculos adicionais de balanço de massas. Desta forma observa-se aqui um erro de 600mm a mais na dimensão da largura da peneira, o que de certa forma, tendo-se obtida uma área maior, pode-se concluir que o modelo encontrado se superestimou, sutilmente, a dimensão da peneira.

Realizando-se a mesma simulação para todas as amostras deste trabalho, podem-se comparar os resultados das curvas granulométricas reais com os do modelo. Infere-se, portanto, que os resultados do modelo, se comparados aos resultados industriais, apresentam um erro de até 7,4% para as curvas de US e de até 20,6% para as curvas de OS (neste caso o erro de 20,6% se refere à amostra 1, a qual pode ser considerada outline devido ao alto desvio em relação às demais

amostras), o que para a maioria das aplicações práticas é perfeitamente aceitável, em decorrência das oscilações de processo, que por suas vezes chegam a apresentar desvios superiores aos obtidos neste trabalho.

CONCLUSÕES

A partir dos resultados obtidos pôde-se concluir que:

- A partição de massa para undersize, juntamente à eficiência de peneiramento de laboratório não apresentou correlação com o tempo de residência, ao contrário do esperado.
- A taxa unitária no peneiramento industrial apresentou boa correlação com a eficiência média de laboratório. A partir de uma função polinomial, obteve-se correlação igual a $R^2=0,77$.
- A eficiência industrial apresentou uma excelente correlação com eficiência média de laboratório. A melhor função ajustada foi a polinomial, obtendo-se um fator de correlação igual a $R^2=0,99$.
- É possível se dimensionar peneiras industriais a partir do ensaio padrão de laboratório e do modelamento matemático proposto, admitindo-se um erro de até 7,45% entre as curvas granulométricas de oversize, com base nas amostras estudadas.

REFERÊNCIAS

CHAVES, A. P. ; PERES A. E. C. **Teoria e prática do tratamento de minérios – britagem, peneiramento e moagem**. 2. ed. São Paulo: Editora Signus, 2003. Vol 3.

Revista Minérios Minerais, São Paulo (SP). Disponível em: http://www.minerios.com.br/EdicoesInt/1343/32/Peneiras_que_operam_em_temperaturas_extremas.aspx. Acessado em 06/09/16.

VALADÃO, George Eduardo Sales; ARAÚJO, Armando Correa (Orgs). **Introdução ao tratamento de minérios**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

APLICAÇÃO DO MASP PARA ANÁLISE DE FALHAS

Rafael Fagundes Sousa⁹⁶

Eduardo Martins de Oliveira⁹⁷

Resumo: Este trabalho realiza análise de falhas em um equipamento que apresenta falha recorrente no elemento de máquina eixo de transmissão, a fim de compreender o comportamento, identificar os fatores geradores e propor possíveis soluções. Por meio da metodologia MASP, foi possível eliminar hipóteses e identificar a causa raiz, a qual estava relacionada a particularidades do elemento de máquina. Foi proposto e realizadas ações corretivas para eliminar a falha e os desperdícios.

Palavras-chave: Análise de falhas. MASP. Qualidade.

INTRODUÇÃO

A indústria nacional tem passado por grandes desafios como: a globalização, os avanços tecnológicos dos países desenvolvidos, alta competitividade e a instabilidade do mercado europeu segundo ABELE et al. (2008). Como se não bastasse, o país passa pela pior crise da história segundo reportagem publicada na edição 926 da revista Época (2016), o que consequentemente influi na estabilidade financeira, redução de investimentos, empregabilidade, etc. Diante desse cenário, a indústria brasileira busca constantemente otimizar seus recursos para reduzir custos, aumentar o desempenho e ser cada vez mais competitiva. A publicação de Abramam (2013) destaca o crescimento da utilização de métodos alternativos para melhorar a manutenção, isto é, da Manutenção Centrada na Confiabilidade (RCM ou MCC).

A ocorrência de falha proporciona impacto direto no desempenho da empresa, pois pode ocorrer exposição a riscos ou perdas e danos como redução da

⁹⁶ Aluno de graduação, cursando 7º período de Engenharia de Produção. Faculdades de Engenharia Kennedy. Belo Horizonte - MG. E-mail: rafafgsousa@hotmail.com.

⁹⁷ Engenheiro Mecânico e Mestre em Engenharia de Produção, Professor-orientador. Faculdade de Engenharia Kennedy. Belo Horizonte – MG. E-mail: engenhariahp50@yahoo.com.

confiabilidade, aumento do custo e redução da produtividade. Para Callister (2014) é uma responsabilidade do engenheiro prever as falhas e no caso de ocorrência, providenciar ações para evitá-las.

É uma das responsabilidades do engenheiro antecipar e planejar considerando possíveis falhas e, no caso de uma falha de fato ocorrer, avaliar a sua causa e então tomar as medidas de prevenção apropriadas contra futuros incidentes.

Todos os produtos têm um ciclo de vida e caso ocorra falha prematuramente, provoca gastos desnecessários. Se a falha não for ocasionada por um acidente (como por exemplo, manuseio de forma inadequada) ou desgaste natural o qual pode ocorrer devido à falta de manutenção preventiva periódica, poderá estar ligada a qualidade do produto ou do serviço. De acordo com Carpinetti (2012) o conceito de qualidade predominante nas últimas décadas e que representa a tendência futura é a qualidade como satisfação dos clientes. Essa definição considera a usabilidade ao mesmo passo em que atende a conformidade com as especificações do produto.

Neste trabalho, busca-se realizar análise de falhas com a finalidade de descobrir a causa fundamental da falha recorrente, a qual reflete em um elemento de máquina eixo de transmissão e assim, apresentar um plano de ação apropriado para eliminá-la e evitar futuras incidências.

METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou o Método de Análise e Solução de Problemas – MASP para identificar os possíveis problemas e gerar um plano de ação para resolver a falha prematura do elemento de máquina eixo de transmissão. A aplicação do MASP seguiu conforme apresentado abaixo:

Identificação do problema

Em um equipamento da empresa, cuja função é transportar os resíduos gerados por aves, apresentou-se quebra recorrente em elemento de máquina eixo estriado, o qual provocou inúmeros desperdícios segundo informação do responsável pela manutenção da empresa.

Observação

Conversou-se com o responsável pela manutenção do equipamento e com a equipe para conhecer o funcionamento a fim de obter informações relevantes para levantamento de hipóteses as quais possam incidir à falha;

Aplicou-se a ferramenta Folha de Verificação para conhecer e quantificar o problema de forma a coletar dados de ocorrência da quebra em um mês (junho).

Análise

Aplicou-se o Brainstorming e discutiram-se as possibilidades com a equipe e o responsável pela manutenção;

Aplicou-se o Diagrama de Ishikawa a causa mais provável a qual foi alinhada com a equipe.

Plano de ação

Criou-se um plano conforme referencial teórico de acordo com a hipótese selecionada.

Se a causa estiver relacionada a falha humana (falha no procedimento de manutenção), pesquisar tipos, formas e técnicas de manutenção.

Se relacionada a travamentos, pesquisar métodos de inspeção.

Se relacionada a sobrecarga, pesquisar formas de dimensionar motores elétricos, redutores e engrenagens.

Se relacionada ao elemento de máquina eixo, pesquisar comportamento dos materiais, analisar a fratura, identificar o material e buscar a norma técnica a qual se aplica ao componente.

Ação

Aplicou-se a ação conforme hipótese selecionada.

Se a causa estiver relacionada a falha humana (falha no procedimento de manutenção), acompanhar o procedimento padrão realizado pela equipe para identificar possíveis erros.

Se relacionada a travamentos, verificar junto com a equipe, pontos de possíveis travamentos no equipamento.

Se relacionada a sobrecarga, verificar juntamente com a equipe, a potência nominal, bem como se há conformidade com as exigências de funcionamento.

Se relacionada ao elemento de máquina eixo, analisar componente conforme material didático e eliminar não conformidades, caso haja.

Verificação

Verificou-se com o responsável se as ações aplicadas reagiram positivamente a hipótese selecionada, tal como, se reduziu ou eliminou a incidência de quebra do elemento de máquina.

Padronizar

Conforme houve resultado positivo, foi documentado e apresentado os resultados à equipe para que se tome precauções no momento da compra e recebimento do material com a finalidade de evitar que a causa do problema retorne.

Conclusão

Avaliou-se o resultado realizando uma comparação com o antes e depois da intervenção da falha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

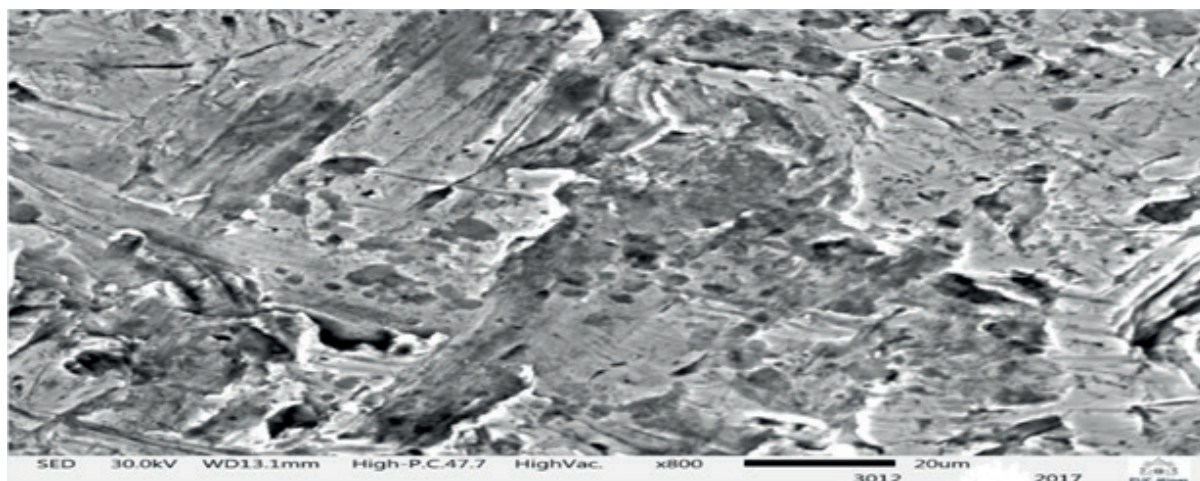
Seguindo a metodologia, foi aplicado uma Folha de Verificação no mês de junho de 2017 para coletar dados da ocorrência da quebra, pois a empresa não tem a prática de documentar as falhas e manutenções realizadas. Foram contabilizadas 43 quebras no mês de junho.

Após coleta de dados, realizou-se visita técnica à empresa para conhecer o funcionamento do equipamento, coletar informações e sugestões com a equipe responsável pela manutenção. Com a análise das informações obtidas, foi realizado um Brainstorming e discutido as possibilidades com o responsável pela manutenção, delimitando-se à pesquisa as propriedades inerentes ao eixo. A pesquisa buscou identificar a normatização do elemento de máquina, analisar propriedades dos materiais, estudar a geometria do eixo, realizar análise de fratura e análise fadiga.

Por intermédio de amostra cedida pela empresa, foram realizadas análises de materiais e identificou-se que o material está entre SAE 1050 e SAE 1060 de acordo com os dados do catálogo ArcelorMittal para a média de 235,86 HV 0,3 kgf/20s (224 HB) com desvio padrão de 18,20940736 encontrados nos ensaios.

Na análise de fratura realizada com o MEV, permitiu identificar uma fratura extremamente frágil, conforme apresenta na FIGURA 1.

Figura 1 - Fractografia eletrônica de varredura. Ampliação 800x.



Fonte: Elaborado pelos autores

CONCLUSÕES

No início do trabalho eram diversas variáveis e hipóteses, as quais estavam relacionadas à falha do elemento de máquina eixo de transmissão. No decorrer da análise da falha, realizada com o auxílio do MASP, foram eliminando-se hipóteses e suposições de forma a delimitar a pesquisa a um único elemento.

Por meio de medições realizadas no mês de junho foi possível quantificar o número de quebras ocorridas e consequentemente, o mesmo número de vezes de manutenção corretiva empregada. De acordo com as imagens captadas no Microscópio Eletrônico de Varredura da fratura, pode-se apontar como causa raiz as imperfeições das estrias, pois a amostra apresentou na análise um tipo de fratura extremamente frágil. Essa não conformidade está relacionada ao seu processo de fabricação, o qual gerou um gradiente de concentração de tensão e o aparecimento de trincas, não podendo afirmar com propriedade se o material utilizado está ou não adequado a aplicação.

Diante dessas análises, foi proposto e aceita as devidas correções. Essas modificações ocorreram a mais de 90 dias e até então, não se registrou falhas dessa natureza no equipamento. Devido ao não aparecimento de falhas, pode-se concluir que as ações corretivas foram eficazes, pois permitiu reestabelecer o funcionamento esperado.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à PUC Minas por propiciar a realização das análises de materiais. Agradecem ainda, ao professor doutorando André Bragança Carvalho França e ao professor MSc Osvaldo Abadia de Carvalho Filho pelas contribuições ao trabalho. O resultado positivo foi obtido graças à contribuição de todos. Obrigado!

REFERÊNCIAS

ABELE, E. ; MEYER, T. ; NÄHER, U. ; STRUBE, G. ; SYKES, R. **Global production** – A Handbook for Strategy and Implementation. 1 sted. Springer Verlag, Berlin: Heidelberg, 2008.

ABRAMAN. Associação Brasileira de Manutenção. A situação da manutenção no Brasil. Documento Nacional, 2013. Disponível em:<<http://www.abraman.org.br/Arquivos/403/403.pdf>>. Acessado em Outubro de 2017.

CALLISTER, W. D.; RETHWISC, D.G. **Ciência e engenharia de materiais**: Uma Introdução. 5. ed. São Paulo: Editora LTC, 2002.

CARPINETTI, L. C. R. **Gestão da qualidade**: Conceitos e técnicas. 2. ed., São Paulo: Atlas, 2012.

GUIA DO AÇO - ArcelorMittal. Durezas Esperadas em Aços-carbono e Ligados no Estado Normalizado em Função da Bitola. Disponível em: <<http://www.arcelormittal.com.br/pdf/quem-somos/guia-aco.pdf>>. Acessado em Julho de 2017.

OLIVEIRA, G. ; Coronato, M. Reportagem publicada na edição 926 de ÉPOCA: Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/04/como-o-brasil-entrou-sozinho-na-pior-crise-da-historia.html>>. Acessado em Novembro de 2017.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM PAUTA: A RELAÇÃO DAS OFICINAS DE CULINÁRIA COM O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DE PESSOAS COM AUTISMO

Lorennia Luíze Silva Dias⁹⁸

Frederico Divino Dias⁹⁹

Resumo: Este artigo toma por referência as oficinas de culinária e suas possíveis influências na socialização familiar de pessoas autistas. Foi feita uma pesquisa em uma instituição da cidade de Belo Horizonte – MG, com os pais e/ou responsáveis de pessoas com autismo. Este estudo teve como objetivo geral analisar quais as influências das oficinas de culinária no processo de socialização familiar de pessoas com TEA. Houve apresentação dos dados coletados por meio de uma rede de análise, criada pelo Atlas.ti. Depois foi feita uma análise dos dados que demonstraram algumas das influências que as oficinas de culinária podem fornecer a estas pessoas.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista. Socialização familiar. Oficinas de culinária.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é “frequentemente associado com comprometimento intelectual e transtorno estrutural da linguagem”, segundo o *American Psychiatric Association* – APA (APA, 2015, s.p). Na classificação do TEA estão incluídas cinco categorias diagnósticas, de acordo com Schmidt e Bosa (2003), que seriam: Transtorno Autista, o Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra Especificação.

A avaliação do processo de habilitação-reabilitação, de uma pessoa com TEA deve ser considerada a partir da melhora e da ampliação das capacidades

⁹⁸Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy.

⁹⁹Professor Orientador do Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa (NPP), Faculdade Kennedy.

funcionais do indivíduo, como, por exemplo: na participação e no desempenho em atividades sociais cotidianas; na autonomia para mobilidade; na capacidade de autocuidado e de trabalho; na ampliação do uso de recursos pessoais e sociais; na qualidade de vida e na comunicação, de acordo com o Ministério da Saúde (2013).

Para atingir o objetivo de habilitar e reabilitar estas pessoas com autismo são utilizadas oficinas terapêuticas, que segundo Salgado (2014, p. 10), “(...) tem por finalidade a integração social por meio de atividades de adaptação e capacitação para essas pessoas (...)”.

Por meio da culinária, é possível proporcionar uma experiência de vivência e reflexão sobre as relações entre alimentação, cultura e saúde (POLLAN, 2007). Além disso, a culinária é também proporcionadora de uma experiência de vivência como atividade a ser valorizada no cotidiano, na perspectiva do cuidado consigo e com o outro, de acordo com Schlickmann et al. (2016).

Desse modo, este artigo tem como objetivo geral analisar quais as influências das oficinas de culinária no processo de socialização familiar de pessoas com TEA. E como objetivos específicos investigar quais os problemas diários enfrentados pelas famílias dos autistas, em relação a socialização; examinar como ocorre as oficinas de culinária nas instituições voltadas para pessoas com TEA, em Belo Horizonte; e, investigar com a família, quais os impactos que as oficinas de culinária tem nas pessoas autistas das instituições, com o intuito de perceber a mudança na socialização familiar.

METODOLOGIA

A pesquisa deste projeto é qualitativa, quanto aos objetivos é classificada em descritiva e o tipo de abordagem foi o dedutivo. O procedimento adotado foi o estudo de caso e será feito na Instituição Brincar localizada em Belo Horizonte. No primeiro momento, houve coleta de dados por meio da revisão de literatura, feita a partir de pesquisas em sites, revistas e artigos acadêmicos. Enquanto, no segundo momento, foi feita uma pesquisa de campo, na instituição escolhida por meio de uma entrevista, que foi aplicada nos responsáveis e pais das pessoas com autismo.

A população foi composta por crianças de 6 a 14 anos, e jovens adultos dos 15 aos 40 anos, de ambos os gêneros e o cenário foi a Instituição Brincar. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas, que foram aplicadas em familiares das pessoas autistas que fazem oficina de culinária. O universo é de 13 famílias entrevistados, e esse número de famílias foi escolhido devido ao fato de que em Belo Horizonte há poucas instituições que trabalham com oficinas de culinária. Além disso, há pessoas autistas com grau severo e por isso, não participam de nenhuma oficina, só do acompanhamento psicológico. O instrumento de pesquisa foi o roteiro de entrevista, que foi baseado na revisão de literatura e questionários objetivos, com os familiares, sobre a mudança de comportamento social na família das pessoas autistas. As análises dos dados serão feitas por meio do *software* Atlas.ti.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O número estimado de famílias entrevistadas era 13, entretanto, em Belo Horizonte o público é específico e fechado para pesquisas. Além disso, também não há apoio das poucas instituições que oferecem a oficina de culinária na grade escolar de pessoas com autismo. As instituições procuradas foram: APAE, DiaDia, Essencial, Ser especial, Comum Viver, Na era, Núcleo, Rozedo – Centro Educacional, INEPE, Arcanjo Gabriel, Artes e Ofício, Dengo Dengo, Integrar, Alivar, Inaplique, Ateliê Arte Especial, Como Viver e Brincar. Por meio da Instituição Brincar foi possível realizar duas entrevistas com os pais e responsáveis de pessoas autistas que participam das oficinas de culinária. As análises das entrevistas foram baseadas na rede de análise de entrevistas, feita a partir do *software* Atlas.ti.

Baseando-se na rede de análise de entrevistas o quesito de Oficina de Culinária foi dividido em três subcategorias: a busca pela oficina e a frequência. Em relação ao item de busca, as respostas foram “A escola ofereceu. Está dentro da grade da escola” (ENTREVISTADX 1) e “A escola oferece, então ele participa. A escola pede para mandar ingredientes.” (ENTREVISTADX 2). Quanto a frequência nota-se que há uma diferença de resposta, pois de acordo com o Entrevistadx1: “A frequência é de 15 em 15 dias. Eu sei quando tem, pois a escola pede para mandar algum ingrediente para a aula. Ele participa servindo as pessoas no suco, nas aulas

que não gosta pega a comida e coloca na boca do outro.”, enquanto para x Entrevistadx 2, “Não sei direito a frequência”.

Para entender como funcionam as mudanças é preciso conhecer e saber das rotinas de cada indivíduo. Bosa (2002) fala que o comprometimento da interação do autista é caracterizado por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas, ou seja, não conseguem desenvolver amizade com pessoas de sua idade e existe o comprometimento no uso de comportamentos verbais e não-verbais. De acordo com x entrevistadx 1, “não pode mexer no seu quarto, é seu santuário. Elx empilha cartas e não pode mexer nisso”.

A relação dentro de casa é importante, pois, como cita Peteers (1998), a maior dificuldade é dentro de casa e conseqüentemente no dia-a-dia é mostrado algumas influências da oficina. Desse modo, foi perguntado sobre como é esta relação pelo ponto de vista dos responsáveis: “Elx mora na casa da avó, tem relação com a mãe e irmã no final de semana. A relação é muito boa, pois elx é uma criança muito saudável. É obediente, amorosx e é tranquilx. Elx está muito bem (ENTREVISTADX 2)”.

Salgado (2014) e Schlickmann et al. (2016) dialogam entre si ao falarem sobre as oficinas terapêuticas e como proporcionam uma experiência de vivência e interação social por meio de atividades adaptadas e específicas. Costa e Figueredo (2008), reafirmam esta ideia ao complementarem que é nas oficinas que ocorrem as grandes transformações.

Foi perguntado aos entrevistados como a partir da vivência deles com o indivíduo é percebido a influência, positiva ou negativa, das oficinas de culinária. Demonstrando assim, a teoria desses autores na prática. “Eu acredito que a influência foi boa, porque X é muito participativx, elx pica verduras quando faço o almoço, me ajuda quando preciso com a comida. Elx gosta de fazer as coisas” (ENTREVISTADX 2).

CONCLUSÃO

Após as análises dos dados foi possível notar quais são as influências das oficinas de culinária no processo de socialização familiar de algumas pessoas com

TEA. Apesar da limitação que o projeto teve devido a especificidade do público alvo a ser pesquisado e a falta de abertura das instituições, por meio das análises das entrevistas, as influências que foram observadas são: mudança na rotina dos pais e das pessoas com autismo, pois antes não tinham interação relacionada a comida, como colocar a mesa, reconhecer frutas e ajudar na hora de se fazer algo na cozinha; mudança no modo de se comunicarem, isso se deve ao fato de que após as oficinas, passaram a servir colegas, responder não-verbalmente se querem ou não alguma comida ou fruta, a se esforçarem para se fazer entendível, fora da instituição; e na socialização familiar, em que houve uma aproximação quando passam mais tempo juntos picando algum legume, ou tirando a mesa, como foi dito anteriormente.

Portanto, depois de toda análise feita, foi concluído que as oficinas de culinária poderiam ter influências positivas na vida das pessoas com autismo, e também na dos pais, o que gera um ambiente familiar equilibrado e propício para a socialização familiar.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Tradução: Maria Inês Cortez Corrêa Nascimento...et al. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

SALGADO, Ana Clara Lopes. A Inserção de Autistas no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Alethes**: periódico dos graduados em Direito da UFJF, v. 4, n. 6, pp. 421-438, jul./dez, 2014.

SCHLICKMANN, Diene da Silva; LENZ, Ana Carolina; PEREIRA, Tais Giordani; MOLZ, Patrícia; FRANKE, Silvia Isabel Rech; LEPPER, Luciano; WICHMANN, Francisca Maria Assmann. Oficina de culinária como estratégia de cuidado da saúde mental. **Anais do II Congresso Brasileiro Interdisciplinar de Promoção da Saúde**. 2016.

SCHMIDT, Carlo; BOSA, Cleunice. A investigação do impacto do autismo na família: Revisão crítica da literatura e proposta de novo modelo. **Interação em Psicologia**, 2003, 7(2), p. 111-120.

POLLAN M. **O dilema do onívoro**. Rio de Janeiro: Intrínseca; 2007.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A PUBLICIDADE NA LÓGICA MIDIÁTICA DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE A ADEQUAÇÃO DO DESIGN PARA INTERAÇÕES CONSUMIDOR-MARCA COM CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO DO FOCO DE ATENÇÃO VISUAL

Nayara Mendes Mendonça¹⁰⁰

Ana Paula Gomes Braga Coelho¹⁰¹

Resumo: A complexidade no uso das novas mídias faz surgir desafios para os métodos das ciências sociais, voltadas para a comunicação de massa, especialmente quanto aos aspectos cognitivos mais complexos (impacto na atenção). Assim, a neurociência surge como uma importante forma de contribuir com respostas que de outra maneira não seriam possíveis. Novas formas de elaboração de conteúdo, desafios na criação publicitária a partir do ciberespaço e métodos de investigação neurocientíficas geram a oportunidade de refletir sobre a natureza teórica da convergência dessas disciplinas, já que apesar da evidente importância da publicidade no universo digital, pouco se sabe sobre sua dinâmica e eficácia na perspectiva científica. Além disso, há de se considerar a infinidade de conteúdos e formatos de participação que podem proporcionar cada vez mais experiências agradáveis por meio do potencial de desenvolvimento do design e a contribuição efetiva da neurociência para a interligação entre os aspectos teóricos e metodológicos. Por esse motivo o artigo a seguir trata-se de um estudo sobre a adequação do design para gerar interações consumidor-marca, a partir das contribuições do estudo do *eyetracking*.

Palavras-chave: Publicidade. Mídia digital. *Design*. *Eyetracking*.

INTRODUÇÃO

Os processos das ciências sociais aplicadas, em especial os do campo da comunicação, estão sofrendo elevado impacto acerca do desenvolvimento das tecnologias digitais.

Muito tem se discutido sobre o papel dos meios digitais na vida cotidiana e na convergência das diferentes linguagens para adequação de conteúdos relacionados

¹⁰⁰ Estudante do 5º período de Publicidade e Propaganda das Faculdades Promove. Bolsista pesquisadora vinculada ao Projeto de Iniciação Científica. E-mail: nayaram709@gmail.com

¹⁰¹ Mestre em Administração de Empresas pela Universidade FUMEC. Master em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing. Bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal Fluminense. Professora nas Faculdades Promove e IEC-PUC Minas. E-mail: anapbraga@globo.com

às mídias tradicionais ao universo digital (HEPP, 2014; COULDRY, 2008). Com a emergência de novas formas de uso das mídias e maneiras diferenciadas de proporcionar experiências de consumo, os usuários também integram a dinâmica das convergências por meio da utilização de diferentes meios, inclusive, simultaneamente (JENKINS, 2009).

Nesse cenário, a internet vem ganhando uma crescente importância por representar uma forma de acesso rápido, entretenimento e atualização de informação, crescendo constantemente e acima da média - ainda que represente apenas 4,6% da posição entre as mídias (MEIO & MENSAGEM, 2014). Com isso, ela atrai cada vez mais investimentos publicitários, o que exige novas abordagens de linguagens e estratégias específicas de atração da atenção do usuário pelo nível de ampliação das oportunidades competitivas.

A publicidade precisou se adaptar no contexto dessa convergência, criando novas experiências de consumo para os usuários, com um ponto comum com o design na criação de projetos de interfaces, interações e experiências do consumidor com a marca, por meio do ambiente virtual.

Assim, surge a necessidade de nova perspectiva metodológica a cerca das estratégias de comunicação, que ainda apresentam lacunas quanto às ferramentas de estudo do consumo e a publicidade na lógica digital. Com importante contribuição quanto aos métodos de estudo das ciências sociais, a neurociência apresenta ferramentas como o *eyetracking*, para medir focos de atenção visual na tela e apoiar a criação publicitária na compreensão de quais seriam os pontos de maior atenção em determinada imagem e os elementos detrativos. Assim, a ferramenta contribui para a leitura do que não é declarado nos processos tradicionais de pesquisa.

Assim, o presente projeto propõe realizar uma reflexão multidisciplinar interligando temas da criação publicitária e da neurociência e sua interface com o marketing, de forma que possam ser apresentados estudos que envolvam a metodologia do foco de atenção visual (*eyetracking*).

A proposição é apresentar uma revisão bibliográfica contendo estudos empíricos que estejam relacionadas às contribuições do neuromarketing para a eficácia publicitária, a partir da distribuição adequada dos focos de atenção de

imagens digitais. O estudo contribui para discussões em torno da convergência midiática, que evidencia um campo de estudos ainda de baixo investimento no Brasil.

METODOLOGIA

O presente trabalho iniciou-se com uma pesquisa bibliográfica para analisar as diferentes abordagens do design e os métodos da neurociência, especificamente o eyetracking, que foi apresentado como método de foco de atenção para responder a diferentes questões. Michael (2005, p. 32) informa não se tratar “de uma pesquisa no sentido restrito, pois envolve, apenas, uma busca de conhecimento, para problemas e soluções, cujas fontes são conhecidas”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base em toda pesquisa bibliográfica realizada durante a elaboração deste artigo, é possível afirmar que o Eye-tracking é uma ferramenta usual e de extrema relevância para ciências como, publicidade, marketing e design.

Como foi dito anteriormente, o marketing é uma ciência estratégica, que tem sua atenção voltada ao consumidor. As necessidades, desejos e interesses do cliente são de extrema importância para essa ciência e suas estratégias, que busca satisfazer o cliente com base no que ele deseja.

Já a publicidade e a propaganda, seriam como ferramentas do marketing, utilizadas para alcançar os objetivos do mesmo. O design é uma das vertentes da publicidade e propaganda e, assim, uma engrenagem de extrema importância, pois o design trata da imagem, tudo aquilo que é comunicação visual é de responsabilidade desse profissional.

Grande parte dos profissionais da área já conhece as regras da *Gestalt* e trabalha com base nelas. Porém, mesmo eles ainda sofrem com as dificuldades em mensurar os reais resultados do trabalho. Como por exemplo, a dificuldade em mensurar a eficácia do design em uma peça publicitária. Atualmente, a eficácia de

uma campanha completa é o resultado também do trabalho do designer, e essa análise em formato macro foi suficiente até agora. Porém, com a chegada da era digital, cada vez mais, o consumidor torna-se exigente com aquilo que é exposto a ele.

Quando se fala da Web e das suas interfaces, o assunto não é diferente. Muitos autores discutem sobre qual seria o *layout* ideal para esse tipo de ambiente. Porém, não existe um consenso ainda. A realidade é que, mesmo para o ambiente acadêmico, o assunto ainda é novo e a rapidez com que a tecnologia tem avançado, aumenta a dificuldade de análise.

O neuromarketing surge como um estudo principalmente do comportamento do consumidor de propaganda. Ou seja, é o estudo de como a publicidade realmente influencia as pessoas e até que ponto o faz. Essa ciência, juntamente com a neurociência, traz o *Eye-tracking*.

O *Eyetracking* é a ferramenta de rastreamento ocular. Ela permite medir a posição e o comportamento do movimento ocular. Essa tecnologia permite avaliar websites, seus layouts e interfaces.

Assim, chega-se ao objetivo do estudo deste tema. Como a ferramenta permite fazer essa leitura, é possível identificar a relação do *design* com o assunto e a necessidade de utilizar a ferramenta, como um meio de aprimorar, não só o design gráfico, como uma ramificação específica desse trabalho, que é o *design* de interface da web. Por ser relativamente nova (se comparada a outras áreas aqui já citadas), essa área precisa de ferramentas que auxiliem na precisão das produções para essa atmosfera, que chamamos de *web*.

O eyetracking pode auxiliar os designers a alcançar o layout ideal para página. Com um trabalho de análise feito com essa ferramenta é possível, ainda, segmentar qual seria o layout ideal para cada tipo de consumidor, possibilitando, assim, que a marca consiga criar um ambiente web ideal para o seu consumidor, atingindo as necessidades visuais que ele não imagina ter, que vão além da estética, e que ficam no âmbito cognitivo. Isso possibilita uma interação consumidor-marca mais intimista e satisfatória.

CONCLUSÕES

Após este estudo, pode-se concluir que, as áreas voltadas às estratégias de comunicação e marketing não são concorrentes, mas convergem em algum momento. Dessa forma, o *marketing*, a publicidade e propaganda, o *neuromarketing* e o *design* estão de alguma forma correlacionados e devem atuar de forma integrada.

Com base nos estudos bibliográficos apresentados, é possível afirmar a necessidade do design em compreender essa ferramenta *Eye-tracking* para, assim, impulsionar a atuação de forma positiva, quando o assunto for a web. Além de poder oferecer com isso uma relação consumidor-marca mais próxima e assertiva, saindo do ambiente consciente e considerando o ambiente cognitivo.

A ferramenta precisa ser mais explorada pelo *design* para entender seu real potencial para área. Ela pode agregar muito valor ao trabalho que, com a ferramenta, conseguirá apresentar resultados palpáveis e precisos.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Ana Margarida. ***Eyetracking como método de investigação aplicado às ciências da comunicação***. 2012. 19 p. Artigo científico. (Doutorado em Comunicação Organizacional) - Universidade Nova de Lisboa, [S.I.], 2012.

COUTINHO, Clara Pereira; JUNIOR, João Batista Bottentuit. ***Blog e wiki: os futuros professores e as ferramentas da web 2.0***. 2007. 6 p. Artigo científico (N/A)- Universidade do Minho, [S.I.], 2007.

DA SILVA, Gisele Elios et al. Eyetracking e métricas na web como ferramentas para estratégias inovadoras de comunicação. 2016. 14 p. Artigo científico. (N/A)- Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2016. 6. Disponível em: <<https://seer.imes.edu.br/index.php/raimed/article/download/1132/827>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

FERREIRA, Sofia da Natividade. ***Design e processamento cognitivo de informação online: um estudo de EyeTracking***. 2009. 113 p. Dissertação de Mestrado (Mestre em Multimédia)- Universidade do Porto, [S.I.], 2009.

GABRIEL, Martha. ***Marketing na era digital: conceitos, plataformas e estratégias***. [S.I.: s.n.], 2017. 424 p

KAWANO, Diogo Rógora; FURTADO, Eva Jussara; BATISTA, Leandro Leonardo Design, publicidade e neurociência: uma reflexão Interdisciplinar em tempos de convergência midiática. 2006. 22 p. Artigo científico (N/A)- PPGCOM-USP, SP, 2006.

MANTEIGUEIRO, Ana Catarina. A publicidade clandestina no audiovisual: um estudo de EyeTracking. 2011. 131 p. Dissertação (Mestre em Comunicação Multimédia)- Universidade de Aveiro, [S.I.], 2011.

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: DESENVOLVIMENTO DE UM ESTUDO DIAGNÓSTICO JUNTO AO NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA DA FACULDADE PROMOVE

Hudson Rodrigues da Silva Alves¹⁰²

Maria Renata Silva Furtado¹⁰³

Resumo: Os dados revelados pelos últimos censos educacionais não se referem ao percentual de alunos com deficiência no Ensino Superior brasileiro. A falta de dados oficiais impossibilita chegar a indicadores mais concretos sobre sua situação educacional. Por isso, este artigo teve como objetivo geral realizar uma avaliação diagnóstica junto aos alunos com deficiência da Faculdade Promove - Campus João Pinheiro - para propor a criação de um programa de inclusão e, como objetivos específicos, a pesquisa buscou identificar os alunos com deficiência e aplicar formulário para esses alunos. Recorremos à pesquisa bibliográfica e à pesquisa quantitativa com aplicação de formulários, como metodologia da pesquisa. Os resultados obtidos na pesquisa foram: dos 75% dos alunos com deficiência, identificados no 1º semestre de 2017, oito desistiram de suas graduações. Verificamos que 50% dos alunos encontraram dificuldades pedagógicas. 25% considera os professores preparados e 25% não preparados. 25% alegam que alguns professores possuem alguma preparação e 25% decidiram omitir ou não responder à pergunta. No que diz respeito à estrutura física da Faculdade, 50% considera que ainda possui barreiras arquitetônicas que prejudicam sua mobilidade. Ficou evidente que a faculdade ainda não se encontra totalmente preparada para atender e receber o aluno com deficiência. Em nossos estudos podemos concluir que Professores, Coordenadores e Pedagogos precisam se preparar melhor para atender esse aluno específico. A grande evasão nos mostra uma falha enorme nesse processo, deixando clara a existência de uma demanda para um melhor acompanhamento do aluno com deficiência por meio da ampliação dos serviços oferecidos pelo NOP.

Palavras-chave: Deficiência. Educação inclusiva. Inclusão social. IES.

¹⁰² Aluno Voluntário de Iniciação Científica do Curso de Bacharel em Sistemas de Informação da Faculdade Promove. E-mail: hudsonralves@hotmail.com

¹⁰³ Professora Orientadora do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Promove, Mestre em Psicologia. E-mail: riarenatafurtado@gmail.com

INTRODUÇÃO

A inclusão social de pessoas com deficiência (PCD) é um movimento relativamente recente em nossa sociedade, tendo surgido há cerca de duas décadas em âmbito mundial. No Brasil, esse movimento começou, nos últimos dez anos, tendo maior repercussão de cinco anos para cá (BATISTA, 2002).

Muitos foram os fatores que determinaram as mudanças de postura frente à pessoa excluída. Em nível macro, os movimentos mundiais mobilizaram a sociedade como um todo, com a construção de um novo modo de interação social, no qual há uma revolução de valores, práticas e atitudes em torno de grupos socialmente marginalizados, que foram decisivos (CLASER, 2001). Em nível micro, interesse maior desta pesquisa, as mudanças operadas no interior das Instituições de Ensino Superior (IES) estão voltadas para o reconhecimento das diferenças entre seus alunos e promovem sempre que possível, a aprendizagem conjunta de todos, independentemente de suas condições socioculturais ou de suas características pessoais, o que contribui para transformar a educação regular.

A proposta da educação inclusiva defende a inclusão dos alunos com deficiência em classes regulares. Tal proposta começou a ser implantada a partir da década de noventa, recomendando mudanças estruturais e pedagógicas na escola, assumindo que a escola deve adaptar-se às necessidades de cada aluno e não o contrário.

No entanto, apesar de o ingresso do aluno com deficiência na Universidade representar um avanço, ainda há muito trabalho a ser feito para que se concretize sua inclusão plena. O fato de não existirem dados oficiais, por parte dos censos educacionais sobre a educação superior desse alunado e de a maioria das universidades não dispor de mapeamentos acerca de seu ingresso e permanência e, raramente, possuírem um serviço de apoio a esses estudantes, por si só revela um processo de exclusão. Ora, ao se tomar a inclusão educacional como direito legítimo, supõe-se o direito de todos e de cada um ser parte integrante desse processo de forma irrestrita. Ao negar-se a possibilidade de existir, mesmo que estatisticamente, a exclusão soa como algo oficializado.

Os dados revelados pelos últimos censos educacionais não se referem ao percentual de alunos com deficiência no Ensino Superior brasileiro. A falta de dados oficiais impossibilita chegar a indicadores mais concretos sobre sua situação educacional no Brasil. Visto que, não são apenas os índices quantitativos que precisam ser alterados: a qualidade de sua educação está longe de ser inclusiva, pois há, efetivamente, muitas ausências na educação desses alunos. Falta concretizar políticas públicas que atendam e respeitem as suas especificidades, falta articular medidas específicas e ordinárias de atenção à diversidade e propostas de formação inicial e continuada aos professores que respondam adequadamente aos princípios inclusivos.

É nesse sentido que este artigo teve como objetivo geral realizar uma avaliação diagnóstica junto aos alunos com deficiência da Faculdade Promove - Campus João Pinheiro - para propor a criação de um programa de inclusão e como objetivos específicos a pesquisa buscou: identificar os alunos com deficiência; realizar aplicação de formulário e entrevista estruturada junto aos alunos com deficiência a fim de que as perguntas iniciais do nosso projeto fossem respondidas: nossos alunos com deficiência estão sendo atendidos adequadamente? É possível uma educação que lida com as diferenças e que não exclua?

METODOLOGIA

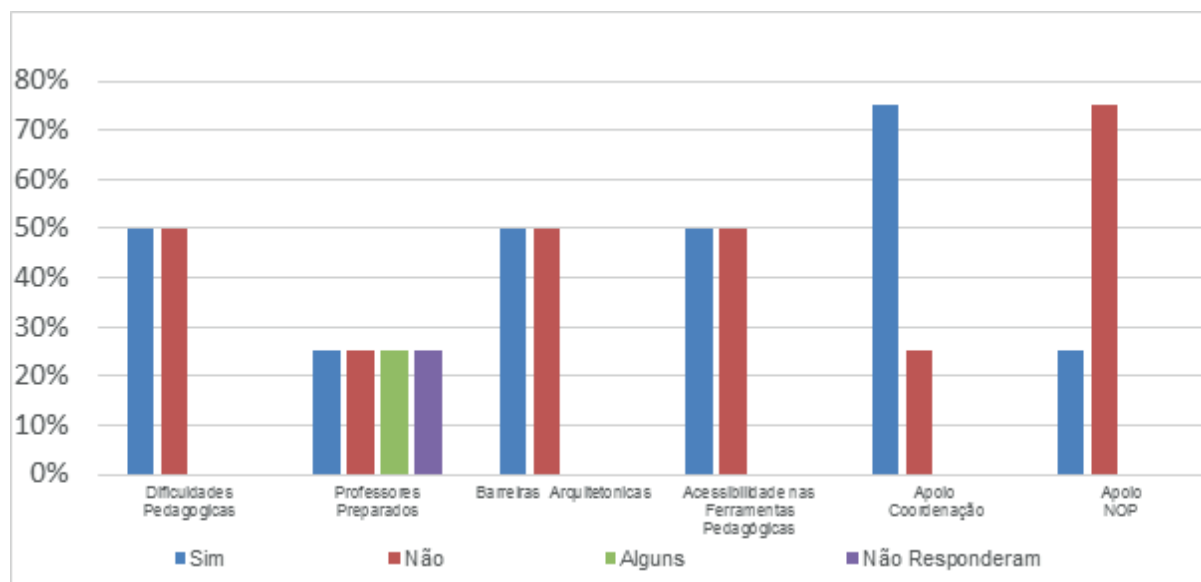
Foi realizada pesquisa bibliográfica, por apoiar-se na busca do conhecimento e análise da teoria já produzida a respeito da questão e nos documentos produzidos pela própria IES que possam informar sobre a situação do aluno com deficiência, além do questionário, que esses alunos responderam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o mês de setembro e outubro/2017 identificamos, novamente, os alunos com deficiência da Faculdade Promove – Campos João Pinheiro e eles responderam ao formulário com ajuda do Núcleo de Orientação Psicopedagógica

(NOP). Já de início verificamos que 75% dos alunos com deficiência, identificados no 1º semestre de 2017, oito desistiram de suas graduações. A causa da evasão não foi motivo desta pesquisa, no entanto, sugerimos como trabalho futuro.

Gráfico 1 - Serviço oferecido aos alunos com deficiência



Fonte: (DADOS DA PESQUISA 2017)

No GRÁFICO 2, verificamos que 50% dos alunos encontraram dificuldades pedagógicas e os demais consideram não haver problemas com o método pedagógico adotado. Entretanto, os alunos ficaram divididos em alguns casos e omitiram suas opiniões, quando questionados sobre a preparação dos professores para recebimento e acompanhamento desse alunado sendo que: 25% consideram os professores preparados, 25% não preparados, 25% alegam que alguns professores possuem determinada preparação e 25% decidiram omitir ou não responder à pergunta.

No que diz respeito à estrutura física da Faculdade, verificou-se que 50% consideram que a estrutura oferecida ainda possui barreiras arquitetônicas que prejudicam sua mobilidade. Também foram identificados que 50% dos Sistemas Acadêmicos utilizados durante a aula e pela faculdade possuem algum tipo de acessibilidade. De acordo com os estudantes, 75% recebem algum tipo de apoio da

Coordenação. Os resultados mostram que da maioria dos respondentes ao formulário, 75% não recebem qualquer tipo de apoio do NOP.

Nessa perspectiva, fica evidente perceber que a Faculdade Promove – Campus João Pinheiro ainda não se encontra totalmente preparada para atender e receber o aluno com deficiência. Em nossos estudos podemos concluir que Professores, Coordenadores e Pedagogos precisam se preparar melhor para atender esse aluno específico. A grande evasão nos mostra uma falha enorme nesse processo, deixando clara a existência de uma demanda para um melhor acompanhamento do aluno com deficiência, por meio da ampliação dos serviços oferecidos pelo NOP.

CONCLUSÃO

A verdadeira IES inclusiva não exclui nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas. O ensino de qualidade contribui para a construção de personalidades humanas autônomas, críticas, na qual os sujeitos aprendem a ser pessoas. No ambiente educativo inclusivo, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade.

É importante deixar claro que admitir o acesso de todos os alunos no ensino superior, sem garantir o prosseguimento, não adianta nada. Tal fato ficou evidente em nossa pesquisa, o aluno com deficiência entrou, mas sua permanência não foi possível.

Acima de tudo, devemos ficar atentos se nossa educação está se transformando, se os alunos estão sendo respeitados nas suas possibilidades de avançar autonomamente. Ao construírem conhecimentos, se esses conhecimentos e outros são produzidos coletivamente nas salas de aula, em clima solidário e com responsabilidade e se as relações entre os alunos, pais, professores e toda a comunidade escolar se estreitam em laços de cooperação, de diálogo que são frutos de um exercício diário de compartilhamento de seus deveres, problemas, sucessos.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota. **A inclusão da pessoa portadora de deficiência no mercado formal de trabalho:** um estudo sobre suas possibilidades nas organizações de Minas Gerais. 2002. 246f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação, Belo Horizonte.

CLASER, Edne Aparecida. **Projeto de educação inclusiva (PR):** proposta para educação na diversidade. 2001. 130 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

